

**DANIEL FABRICIO KOEPEL**

**TIMBÓ EM QUADRINHOS: A HQ COMO POTÊNCIA NARRATIVA SOBRE A  
PRESENÇA LAKLÃNÕ/XOKLENG NO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL DE TIMBÓ  
– (SC).**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em  
Ensino de História – ProfHistória, da Universidade do  
Estado de Santa Catarina como requisito parcial para a  
obtenção do grau de mestre em Ensino de História.

Orientador:

Prof. Dr. Emerson César de Campos

**FLORIANÓPOLIS – SC**

**2021**

Dedico essa dissertação para minha mãe dona Enora Marquardt Koepsel que me deixou no percurso da vida sem mesmo poder me ver graduado em História.

## AGRADECIMENTOS

Quero primeiramente agradecer a minha primeira família, começo com dona Enora Marquardt Koepsel (*in memorian*), mãe forte que sempre viu na educação um caminho importante para a vida de seus filhos. Ao meu pai Sr. Adilson Koepsel que apesar de todas as vicissitudes sempre mostrou-se orgulhoso de minhas conquistas. E também ao meu irmão Luiz Henrique Koepsel que foi grande companheiro depois que nossa mãe partiu jovem.

Também quero muito agradecer a minha nova família composta por uma linda e compreensiva esposa e por uma “filhota” linda que carinhosamente chamo de Gambá. Aricleia Cristina Klitzke Koepsel, obrigado por sempre me acompanhar, acreditar, aceitar e compreender todas as renúncias necessárias para a execução desse trabalho. Obrigado Heloisa Klitzke Koepsel (Gambá do papai) por chegar nesse mundo e alegrar nossas vidas tão docemente.

Quero fazer um agradecimento especial a Professora Dra. Cristina Ferreira, a profissional mais determinada que conheci. Foi ela quem me incentivou em muitos trabalhos, abriu sua casa várias vezes. Sempre cuidou e cuida daqueles que são ou um dia foram seus alunos.

Sou grato também a professora Clarice Ehmke Gayo, uma amiga que conheci nessa caminhada do mestrado. Seu esforço e luta sempre foram inspiração para a conclusão desse trabalho. Obrigado pelos textos trocados, pelos fichamentos e pela troca de experiência e diálogo nas longas horas no trânsito entre Florianópolis e Blumenau.

Um agradecimento ao corpo docente da FAED/UEDESC que integraram o Programa de Mestrado Profissional de Ensino de História – PROFHISTÓRIA, obrigado pelas leituras, conhecimento e dedicação ao ensino de história. Quero aqui externar um agradecimento especial ao professor Rogério Rosa Rodrigues pela empatia, dedicação e incentivo ao programa. Também externar especial agradecimento à professora Claudia Mortari que mudou para sempre a forma de encarar a história a partir da decolonialidade. Sempre muito potente em suas posições, mas sem perder a ternura e o sorriso a cada ponto vista.

Agradecer a banca de qualificação composta pelas Professoras Doutoradas Claudia Mortari e Luiza Tombini Wittmann que muito contribuíram para o aprimoramento dessa dissertação. E aproveito o ensejo para agradecer a professora Dra. Michele Gonçalves Cardoso que juntamente com a professora Luiza e Claudia compõem a banca de defesa.

Estendo um agradecimento ao Professor Doutor Emerson César de Campos por ter aceito ser meu orientador no meio do percurso do mestrado em face do falecimento do

professor Dr. Luiz Felipe Falcão. Professor Emerson sempre muito zeloso e cuidadoso, nas observações apontamentos e sugestões de leitura.

E por último e não menos importante o professor de música, maestro e cartunista Luiz Roberto Lenzi que encarou o desafio de comigo elaborar uma HQ que faz parte desse trabalho como produto educacional.

**DANIEL FABRICIO KOEPEL**

**TIMBÓ EM QUADRINHOS: A HQ COMO POTÊNCIA NARRATIVA SOBRE A PRESENÇA LAKLÃNÕ/XOKLENG NO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL DE TIMBÓ – (SC).**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção de grau de mestre no curso de Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA da Universidade do Estado de Santa Catarina.

**Banca julgadora:**

Orientador: \_\_\_\_\_  
Doutor Emerson Cesar de Campos  
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro: \_\_\_\_\_  
Doutora Luisa Tombini Wittmann  
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro: \_\_\_\_\_  
Doutora Michele Gonçalves Cardoso  
Universidade do Extremo Sul Catarinense

**Florianópolis, 19 de novembro de 2021**

## RESUMO

Este trabalho, desenvolvido no Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória/UDESC teve como objetivo a elaboração de uma história em quadrinhos sobre a história Laklãnõ/Xokleng para as séries iniciais. O desenvolvimento desse produto educacional partiu dessa pesquisa que analisou o ensino de história local nas séries iniciais a partir da Apostila Municipal de História de Timbó. Essa dissertação foi dividida em três partes: na primeira analisou-se o ensino de história a partir da elaboração de uma apostila feita por professoras formadas em pedagogia; na segunda parte, verificou-se a cultura histórica da apostila e suas narrativas oficiais e a possibilidade de uma HQ que viesse a assomar novas narrativas em comparação com materiais já produzidos; e por fim, a análise do produto educacional em contraponto com a historiografia local.

**Palavras-Chave:** Ensino de história. Laklãnõ/Xokleng. História em Quadrinho (HQ).

## **ABSTRACT**

This work, developed in the Professional Master's Degree in History Teaching – ProfHistória/UDESC, aimed to prepare a comic book about the history of Laklãnõ/Xokleng for the early grades. The development of this educational product came from this research that analyzed the teaching of local history in the early grades from the Municipal History Booklet of Timbó. This dissertation was divided into three parts: in the first part, the teaching of history was analyzed based on the preparation of the handout made by teachers trained in pedagogy; in the second part, the historical culture of the booklet and its official narratives and the possibility of a comic book that would appear in comparison with materials already produced were verified; and finally, the analysis of the educational product against the local historiography.

**Keywords:** History teaching. Laklãnõ/Xokleng. Comic Book.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>1 - HISTÓRIA LOCAL COMO OBJETO DE ENSINO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM OLHAR PARA TIMBÓ/SC.....</b>	<b>20</b>
<b>1.1 – Os materiais didáticos e sua relação com a historiografia local. ....</b>	<b>30</b>
<b>2 - A INVISIBILIDADE DOS POVOS ORIGINÁRIOS NO ENSINO DE HISTÓRIA DE TIMBÓ: A ARTE SEQUENCIAL (HQ) APLICADA ÀS SÉRIES INICIAIS.....</b>	<b>50</b>
<b>3 - UM DEBATE ENTRE A HISTORIOGRAFIA E A HQ - "PRESENÇA LAKLÂNÕ/XOKLENG EM TIMBÓ - VALE DO ITAJAÍ." .....</b>	<b>77</b>
<b>3.1 – A construção de uma memória cartográfica homogênea para a cidade de Timbó .....</b>	<b>88</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>123</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>128</b>

## INTRODUÇÃO

Estudar e analisar o ensino de história das séries iniciais não era o plano inicial do meu projeto de pesquisa para o mestrado acadêmico de ensino de história. Mas acabou por se tornar muito premente à medida que o projeto foi maturando e que a ideia inicial do produto ganhou um contorno.

Essa necessidade de se estudar o ensino de história das séries iniciais ganhou relevância com minha vontade de estudar a história da cidade de Timbó e problematizar um conjunto de narrativas oficiais tão comum no âmbito das memórias da cidade.

A minha trajetória com a história da cidade de Timbó tem início no ano de 2006 quando fui convidado pela Fundação Cultural de Timbó para integrar um projeto de publicação de um livro sobre a história dessa cidade. Em dezembro de 2008, após um longo tempo de pesquisa, levantamento de fontes e bibliografias, o livro *Representações da cidade: discussões sobre a história de Timbó*, foi lançado. O livro possuía uma grande equipe de pesquisa, a escrita ficou a meu cargo e da professora Cristina Ferreira, que teve papel extremamente importante na execução desse projeto, graças à sua vasta experiência acadêmica na pesquisa e escrita de história.<sup>1</sup>

Mas esse projeto era também muito importante para a cidade de Timbó, visto que há algum tempo buscava-se problematizar a história dessa cidade, que teve sua última publicação mais sistemática no ano de 1969 em comemoração ao seu centenário, e como uma obra de sua época, apresenta características de uma escrita da história muito imbuída de comemoração.

O livro “*Representações da cidade: discussões da história de Timbó*” foi sistematizado através de eixos temáticos e recortes temporais específicos e pensado para um público mais diverso. “Não se trata de um texto escrito apenas para historiadores ou especialistas da área, mas sim para contemplar leitores interessados no entrelaçamento de informações do passado e do presente.” (FERREIRA, KOEPEL. 2008.p.12). Tão logo, a

---

<sup>1</sup> Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp (2015); Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal de Santa Catarina (1998) e graduada em História pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (1992). Professora efetiva da Universidade Regional de Blumenau - FURB, nas disciplinas História do Brasil II e III; Prática de Pesquisa Histórica I e II, Projeto de Pesquisa em História e Trabalho de Conclusão de Curso. Tem experiência na área de História do Brasil, com especialidade em História Social da Cultura e História Política, com ênfase nas temáticas concernentes às culturas histórica e política, história social do trabalho na Ditadura Civil-Militar, História e Literatura no séc. XIX e mitificação de D. Pedro I no Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972). Atua como pesquisadora em História do Vale do Itajaí, com destaque para estudos sobre migrações e deslocamentos no séc. XIX, envolvendo as relações entre imigrantes europeus, nativos e viajantes estrangeiros em Santa Catarina. <http://lattes.cnpq.br/6662062968461831>. Acessado em 09/08/2021

obra também cumpriria com a função de auxiliar os professores das séries iniciais que também tinham alguma carência de material sobre a história da cidade de Timbó.

Mas, como toda obra datada, ela possui suas limitações, ou seja, atualmente é difícil mensurar qual é a quantidade de leitores dessa obra e como ela impacta no debate sobre a história da cidade. Apesar do livro propor-se a utilizar uma linguagem menos acadêmica, com muitas ilustrações editadas, e com recortes para atrair a atenção do leitor, ela é ainda uma obra de 359 páginas com aproximadamente um quilo, o que pode ser intimidador até mesmo para professores.

Após mais de dez anos de sua publicação, o livro, que deu respostas para seu tempo, suscita novos debates que podem e devem ainda ser feitos sobre a cidade. Portanto, essa obra publicada em 2008 mais do que definir temas, teve como papel suscitar debates contemporâneos.

Com base nessa realidade, esta dissertação propõe a elaboração de uma história em quadrinhos sobre a história local, por acreditar que este suporte pode promover uma maior aproximação dos estudantes com as narrativas acerca do passado. Esse formato, ainda pouco utilizado pelos historiadores, pode assomar narrativas sobre o passado sem privilegiar o papel dos indivíduos ou grandes personagens, mas atentar para as particularidades históricas do lugar através de uma investigação detalhada em fontes menos oficiais que dão a tônica da vida cotidiana na formação de uma localidade inserida em um contexto mais abrangente do que o dos limites municipais.

Enquanto a pesquisa ganhou contornos, percebeu-se que era necessário também definir a qual público o produto seria direcionado. Analisando os documentos que regem o ensino de história, definiu-se que o público escolhido seria o das séries iniciais, por ser a história da cidade um dos temas centrais do ensino de história no terceiro e quarto anos.

Mas, adentrar nesse campo de estudo tornou-se um desafio enorme porque durante muito tempo as especificidades da história que é ensinada e aprendida na escola nas séries iniciais, não fizeram parte das preocupações de professores e pesquisadores da área acadêmica de história. Foi só na década de 1980 que se passou a buscar uma reformulação ao currículo de História, ampliando os debates sobre a história ensinada e enfatizando a renovação de práticas do ensino de História também como um campo de conhecimento.

Contudo, é importante ressaltar que nesta pesquisa não me debruço exaustivamente aos debates em torno da trajetória histórica do ensino da disciplina. Parto de dois documentos que na atualidade julgo essenciais para o debate do ensino, que são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e, principalmente, a Base Nacional Comum Curricular

(BNCC). Esses dois documentos são importantes e norteiam o ensino de História, principalmente para as séries iniciais, cujos profissionais não são formados em História, apesar de terem contato com a disciplina de maneira mais generalista.

Mas, a decisão final para explorar o ensino de história nas séries iniciais surgiu de uma apostila escolar de 2017, que entre diversos temas abordados, detinha-se ao estudo da história da cidade. Essa apostila, cuja origem remonta ao ano de 2012, sofreu várias alterações, e no ano de 2019 tornou-se a Apostila Escolar do Município de Timbó, ou seja, a apostila passou a ser um material oficial e entregue como material de apoio aos estudantes do quarto ano para o ensino de história.<sup>2</sup>

A análise dessa apostila apontou para uma cultura histórica através da cristalização de diversas narrativas que remontavam a festa do centenário da cidade e de um discurso que reforçava o mito fundador. Tão logo, apesar da apostila ser uma importante inovação para o ensino de história ela também marcava uma reprodução de narrativas oficiais. Logo, a apostila passou a ser um importante contraponto para a produção de história em quadrinhos que pudesse contribuir para assomar narrativas sobre a história local através de um suporte diferente do que a historiografia tradicional.

Dentro desse contexto, percebe-se que a apostila de 2019, cuja origem remonta o ano de 2012 apesar de um processo de atualização, ainda estabelece uma narrativa com base na historiografia dita oficial que também está consolidada nos espaços patrimoniais da cidade. Portanto, e com objetivo de promover outros olhares sobre a história e historiografia da cidade de Timbó passou a analisar as apostilas a partir da concepção de Walter Benjamin de “escovar a história a contrapelo.” (BENJAMIM, 1994.p.225).

Escovar a história a contrapelo é criticar a identificação de início de história a partir do mito fundante da cidade, que de acordo com a historiografia local ocorreu por meio de um processo de assentamento da imigração europeia nas regiões dos rios Benedito e Cedros em detrimento da presença indígena na cidade de Timbó.

Portanto, quando se anda pela cidade, vê-se bustos de heróis, mais a frente um nome ilustre homenageia uma determinada rua, e ao foliar as páginas de um livro a foto do

---

<sup>2</sup> Originalmente em 2012 essa apostila foi organizada pela Professora Rosangela Bertram em colaboração com outros profissionais que atuavam nas séries iniciais na Escola Municipal Padre Martinho Stein, nesse momento a apostila era um material de uso exclusivo dessa escola municipal. Em 2019 o material ganhou uma ficha técnica em que Rosangela C. M Bertam é a organizadora; Elmir Bertram é o historiador pesquisador. Além desses integrantes a apostila ainda contava com a colaboração de outros colaboradores como Ana Paula Tiso, Ariclea Crisntina Klizke, Elmir Bertram (já citado acima) Giuvana Salvador, Izelde Anesi, Ruth Anklam Hoffman, Taíza A. C. M. Cardoso. Importante frisar que a partir de 2019 a apostila passou a ser adotada em toda rede municipal de ensino.

imigrante europeu está triunfante, assim como uma carta comovida de sua luta pela sobrevivência em meio a floresta e sob o medo de um ataque de selvagens. Portanto o passado permanece presente através desses elementos de memória e história, mas e o que não está dito nem escrito? Diante disso, “todos os que até hoje venceram, participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão.” (BENJAMIM, 1994, p.224) logo, não se pode apagar essa luta e esse triunfo, entretanto, também não se pode apagar o genocídio.

Dentro desse contexto a análise da apostila em contraponto com a historiografia de Timbó, e de uma análise cartográfica da cidade mostrou a invisibilidade não da história indígena, mas de seu protagonismo histórico e de sua agência no passado, ou seja, de suas escolhas em relação ao processo histórico de colonização europeia no Vale do Itajaí. Portanto, a partir de uma análise a contrapelo foi possível olhar para os indígenas em uma relação entre um presente e um passado marcado por uma interpretação do que consiste em sua ideia de território, sua perspectiva de tempo histórico, e suas escolhas ao longo da história. Para fazer isso, foi preciso olhar e analisar a presença Laklãnõ/Xokleng pelos relatórios oficiais, pelos memorialistas da história local, e, em contraponto com historiadores indígenas como: Carli Caxias Popó, Walderes Cocta Priprá de Almeida, e também pesquisas e textos de historiadores e historiadoras como Silvio Coelho dos Santos, Luisa Tombini Wittmann, Lays Cruz Conceição e Rodrigo Lavina que se debruçaram há bastante tempo sobre essa temática.

Colocado o desafio de se estabelecer um olhar sobre a história a contrapelo foi necessário estabelecer uma análise que pudesse assomar com o ensino de história para as séries iniciais que é o eixo norteador desse trabalho.

Tão logo, a história da cidade está diretamente relacionada aos sujeitos que compõem e transformam a sociedade e a cultura local. Como forma de intervir nessa memória “oficial” através de um trabalho histórico, embora sob um formato menos utilizado pelos historiadores, pensou-se em formalizar uma história em quadrinhos sem privilegiar o papel dos indivíduos ou grandes personagens, mas sim, atentar para as particularidades históricas do lugar, através de uma investigação detalhada em fontes e na historiografia propondo uma visão crítica sobre as narrativas oficiais. Além disso, propor uma visão sobre a tônica da vida cotidiana a partir de outros grupos como é o caso dos povos originários nesse trabalho.

A potência na relação com o ensino de história e a história em quadrinhos já pode ser percebida pelo quadrinista americano Will Eisner, que vê a história em quadrinhos como

uma “arte sequencial”, que possui um roteiro e uma forma de comunicar o leitor. Essa arte sequencial tem uma estrutura, ou seja, “uma história tem um início, um fim, e uma linha de eventos colocados sobre uma estrutura que os mantêm juntos.” (2008, p. 13). Portanto, a arte sequencial que neste trabalho que chamamos de HQ, tem uma estrutura e uma intenção do que se quer narrar e como se deseja narrar.

O objetivo deste trabalho está relacionado com o desafio atual dos historiadores que consiste em trazer à tona os sujeitos ordinários que compõem a história da cidade, problematizando, e discutindo suas formas de vida em coletividade, com o objetivo de mostrar “o tipo de relações que as sociedades históricas mantiveram com o seu passado” (LE GOFF, 1992, p.22)

Portanto, a HQ vem como um instrumento para assomar ao ensino de história da cidade ou “história local” que é contemplado especialmente no terceiro e quarto anos do percurso escolar, de acordo com a BNCC, que propõe como unidades temáticas: 1) As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município; 2) O lugar em que vive; 3) A noção de espaço público e privado. (BRASIL, 2017, p. 406). Em consonância com essas três unidades do conhecimento a Base Nacional prevê como objetivos do conhecimento:

O “Eu”, o “Outro” e os diferentes grupos sociais e étnicos que compõem a cidade e os municípios: os desafios sociais, culturais e ambientais do lugar onde vive. Os patrimônios históricos e culturais da cidade e/ou do município em que vive. A produção dos marcos da memória: os lugares de memória (ruas, praças, escolas, monumentos, museus etc.) A produção dos marcos da memória: formação cultural da população. A produção dos marcos da memória: a cidade e o campo, aproximações e diferenças. A cidade, seus espaços públicos e privados e suas áreas de conservação ambiental. A cidade e suas atividades: trabalho, cultura e lazer. (BRASIL, 2017, p. 406)

Percebe-se que a BNCC dá atenção especial para a história da cidade, ou mesmo, a história local, quando se refere ao bairro e à rua, ou seja, o local onde se vive. Logo, é preciso considerar que esses locais são povoados pela memória e tem uma historicidade, ou seja, um campo fértil para o trabalho dos historiadores e do ensino de história.

A cidade em si e sua organização já se constitui uma importante narrativa, cada inovação ou preservação de um espaço é uma produção datada sob um contexto específico que facilmente pode ser analisada por um professor historiador. Mas, nas séries iniciais esse trabalho é realizado por docentes com formação pedagógica, logo, há uma carência no

domínio dos métodos interpretativos da história, sem atentar que a cidade e sua urbanidade é uma fonte histórica que deve ser criticada e historicizada.

Portanto,

o conhecimento histórico não se limita a apresentar o fato no tempo e no espaço acompanhado de uma série de documentos que comprovam sua existência. É preciso ligar o fato a temas e ao sujeito que o produziram para buscar uma explicação. E para explicar e interpretar os fatos, é preciso uma análise, que deve obedecer a determinados princípios. Nesse procedimento, são utilizados conceitos e noções que organizam os fatos, tornando-os inteligíveis. (BITTENCOURT.2004, p. 183).

Essas considerações sobre a operação histórica, que são caras aos historiadores, não são tão óbvias para os docentes das séries iniciais. Isso porque, conforme já sinaliza Sanches, há ainda um despreparo do professor de ensino fundamental com tais conteúdos:

cabe salientar que professores das séries iniciais possuem, geralmente, formação em pedagogia e apresentam pouco conhecimento sobre o assunto epistemológico das disciplinas específicas. A formação voltada para o ensino nas séries iniciais garante a estes professores relativa facilidade em intervenções didáticas em sala de aula, porém metodologias específicas de História não são utilizadas em situação de ensino (SANCHES. 2011, p. 8).

A ponderação de Sanches com referência aos professores de educação infantil e primeiras séries do ensino fundamental demonstra que quando o docente não domina os conceitos e as categorias históricas, acaba por reproduzir uma identidade heroica, na qual são valorizados datas, eventos e personalidades, reproduzindo uma memória oficial e naturalizada como verdade intrínseca.

Neste exercício do trabalho do historiador/pesquisador e de sua expressão na forma de ensino de História, sob a tutela do professor que nem sempre é historiador, estão os discentes cercados por um conjunto de informações de uma história factual, linear.

Além da problematização dos espaços da cidade, a investigação propõe debruçar-se sobre outras narrativas em um suporte diferente do textual, ou seja, algo que possa ser utilizado entre estudantes e professores das séries iniciais. Diante disso, a pesquisa traz como proposta a elaboração de uma história em quadrinhos com inspiração no trabalho da historiadora Lilia Moritz Schwarcz e do ilustrador Spacca, que estabeleceram uma releitura das muitas já existentes sobre a vinda da Família Real ao Brasil em 1808. Essa releitura foi produzida a partir de uma história em quadrinhos resultado de uma pesquisa em fontes históricas e comprometida com o trabalho do historiador. Assim, a obra “D. João Carioca: a corte portuguesa chega ao Brasil (1808-1821)”, desde seu título, faz pensar que este trabalho

é um daqueles textos enfadonhos e sisudos escrito por historiadores. Mas, diferentemente do que se julga pelo título, a obra da historiadora e do ilustrador mostra elementos da vida cotidiana antes colocados de lado, e que atualmente adquirem grande importância para se compreender momentos e fatos da história vivida. Pequenos detalhes como o tipo de indumentária usado pelas senhoras da nobreza portuguesa do século XIX ou ditos populares já em desuso ou esquecidas, ocupam espaço de destaque nas narrativas historiográficas focando aspectos culturais de uma sociedade do século XIX. Por se tratar de uma obra de história que flerta com a literatura, percebe-se uma preocupação com a linguagem, procurando aproximar o texto historiográfico de um público cada vez mais amplo, sem, no entanto, abandonar seu rigor metodológico e teórico.

As histórias em quadrinhos (HQs) tornaram-se um fenômeno no mundo contemporâneo aceito por jovens e adultos. A utilização das HQs através do gibi já é uma ferramenta complementar ao letramento das crianças em período de alfabetização. Pode também ser uma ferramenta para a operação histórica e o ensino da história da cidade e sua relação com as indagações do tempo presente.

Diante desse contexto, foi elaborada uma história em quadrinhos como produto educacional para o ensino de história local. A pesquisa revelou a necessidade de um olhar sobre a presença Laklãnõ/Xokleng na cidade de Timbó no Vale do Itajaí. Tão logo, a pesquisa caminhou por 4 etapas importantes que incluiu nessa proposta um quadrinista que integrou a equipe para execução da HQ.

Sigamos para as etapas desse trabalho que ficou dividido em três capítulos, mais o produto educacional, bem como as considerações finais que unem a pesquisa sobre o ensino de história e sua relação com a História em Quadrinhos.

No primeiro capítulo dessa dissertação começo analisando a História Local como um objeto de ensino nos anos iniciais com um olhar já para a cidade de Timbó. Quando nos referimos ao ensino de história, estamos nos referindo à produção de uma narrativa histórica no âmbito escolar, e ainda que essa narrativa receba influência dos usos públicos e da historiografia da cidade, o ensino tem seu próprio agir narrativo, isso porque o ensino tem um local de produção e de conhecimento ainda circunscrito ao âmbito da disciplina escolar. Mas cabe ressaltar que o ensino da história não se faz isolado, visto que, esse saber está balizado por elementos mais globais como os documentos estaduais e federais que determinam as intenções do ensinar a história da cidade.

Atualmente, o que se refere ao ensino está balizado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aprovada em 2017. Portanto, a BNCC torna-se um documento

primordial de análise para compreender quais são os desafios do ensino de história sobre a cidade e em qual ciclo ela deve acontecer preferencialmente. Mas como todo documento, ele deve ser problematizado por professores/historiadores pois é provida de intenções e limites que também atuam nas práticas dos saberes escolares.

Formalmente, o ensino de história da cidade nesse documento está circunscrito ao terceiro ano das séries iniciais, mas apesar do ensino de história da cidade estar vinculada ao terceiro ano, no município de Timbó esse conteúdo é ministrado no quarto ano.

Para operacionalizar esses conteúdos um grupo de professoras e professores da área de pedagogia elaboraram coletivamente um material originalmente em 2012, mas que era constantemente reelaborado com novas informações sendo sua última atualização em 2017 conforme acesso de um link: <https://cetesb.sp.gov.br/aguas-interiores/informacoes-basicas/tpos-de-agua/o-problema-da-escasez-de-agua-no-mundo/#:~:text=A%20escassez%20de%20%C3%A1gua%20no,usos%20sustent%C3%A1veis%20dos%20recursos%20naturais.&text=A%20irriga%C3%A7%C3%A3o%20corresponde%20a%2073,destina%2Dse%20ao%20consumo%20dom%C3%A9stico>.

A apostila que anteriormente possuía apenas três referenciais bibliográficos ganhou uma nova edição em 2019 com uma capa colorida fazendo referência ao aniversário de 150 anos da cidade. A nova edição conta com mais páginas, aumentou de 55 para 101 páginas, com imagens coloridas, novos mapas, novos textos e 21 referências bibliográficas. Além disso, agora a publicação possui uma ficha catalográfica que nomeia os organizadores e colaboradores, cita o Arquivo Público Professor Gelindo Sebastião Buzzi de Timbó, e, além de professores e professoras das séries iniciais possui a assinatura de um pesquisador/historiador.

Essa nova publicação que surge com a comemoração de 150 anos de Timbó parece propor-se como um material unificado para o ensino de história da cidade de Timbó, e não apenas para uma escola da rede de ensino como era anteriormente.

Portanto, ao analisar a escrita dessa história para o âmbito escolar, sua relação com a historiografia e com os documentos norteadores do ensino, percebe-se a existência de uma narrativa histórica que teve seu início no século XX e que se apropriou de novos discursos na festa do centenário e novamente reproduzidos e adaptados para a apostila escolar do município de Timbó em 2019. A análise da apostila não representa globalmente a forma como o ensino ocorre em sua totalidade, mas traz elementos de como um grupo de professores selecionou e pensou as narrativas históricas.

No segundo capítulo busco analisar como a apostila de 2019 busca referenciais de memória também na cidade e em seus monumentos, logo, considerando a cidade também como um documento que ora evidencia e ora oculta as narrativas. Portanto, ampliando a análise da Apostila Escolar do município de Timbó busco mostrar que a apostila não pensa exclusivamente a história da cidade, tanto que dedica apenas 21 páginas diretamente à história, os demais temas estão intercalados entre conceitos do que é um município, as esferas governamentais, localização espacial da cidade e o mundo, bairros, pontos turísticos, dados geográfico, além de fauna e flora. Mas as 21 páginas mostram um discurso oficial estabelecido que muito se relaciona com os locais, monumentos, e discursos consagrados pela memória oficial da cidade no início do século XX. Mas percebe-se que houve uma reelaboração no ano 1969 com a festa do centenário, e que atualmente ainda parecem pouco problematizados no ensino de história da cidade.

Diante disso, esse capítulo procura analisar o ocultamento dos povos Laklãnõ/Xokleng na historiografia, assim como, nos espaços da cidade. Não se trata de um ocultamento total da temática, mas sim, de uma análise de como as narrativas podem folclorizar e tirar de evidencia a história dos povos originários. Esse ocultamento também fica evidente na apostila de 2017 e 2019, tão logo, a análise desse capítulo se propõe a pensar a questão dos povos originários também pela lei 11.645/2008, que estabelece o ensino de história e Cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental e médio dos sistemas de ensino público e particular.

Diante desse olhar esse capítulo faz uma análise qualitativa da presença indígena na historiografia e locais da cidade, bem como, uma análise qualitativa de como se processa a memória desses povos originários. Com base nessas ocultações e escolhas da memória do ensino e dos usos da história, pretende propor elementos para a criação do produto final de ensino que é uma história em quadrinhos com outras narrativas. A necessidade de outras narrativas vem da dificuldade de se incorporar muitas vezes narrativas históricas através de textos enfadonhos e sisudos. Além disso, a arte sequencial estabelece uma narrativa escrita e falada sobre os temas da história. Tão logo, o capítulo analisa outros trabalhos de arte sequencial (HQ) como contraponto para a produção de uma história em quadrinhos.

No terceiro capítulo procuro analisar o produto educacional em contraponto com a apostila e a historiografia da cidade de Timbó. A análise desse capítulo também ocupa-se com a questão mais técnica da elaboração de uma história em quadrinhos a partir do quadrinista Will Einser que entende a HQ como uma arte sequencial. Também faço uma

análise da HQ como potência para valorizar a presença Laklãnõ/Xokleng na história de Timbó em uma relação entre a presença no presente e passado.

Esse capítulo procura evidenciar o protagonismo e agência Laklãnõ/Xokleng e sua relação com o tempo a partir de suas próprias concepções e entendimentos, ou seja, entendimentos esses que não seguem a relação temporal da história a partir de uma relação passado, presente e futuro.

A narrativa do produto educacional inicia no tempo da barragem quando um jovem agricultor localiza uma ponta de flecha em sua agrofloresta na região da Mulde. Assim, a narrativa ocupa-se em anunciar a presença Laklãnõ/Xokleng não apenas em um passado estanque, mas sim, como presença cidadã nas cidades do Vale do Itajaí, bem como, na Terra Indígena Ibirama Laklãnõ no Alto Vale a partir dos debates em torno da construção da Barragem Norte, que trouxe problemas de enchente no tempo após a pacificação.

A narrativa também trilha um olhar sobre o tempo da mata e da pacificação, remontando uma perspectiva sobre a cultura Laklãnõ/Xokleng antes do contato com os brancos e com o posterior contato, e processo de pacificação e criação das terras indígenas no Alto Vale do Itajaí.

Esse capítulo também apresenta um olhar historiográfico sobre outras regiões de Timbó com os bairros Mulde e Tiroleses, locais onde se encontraram vestígios Laklãnõ/Xokleng. Mas a análise também faz uma observação de como a modernização da cidade, através de nomes consagrados na história colocaram a história Laklãnõ/Xokleng em posição de ocultamento, ou de periferia da história, não só historiografia, como também na concepção dos espaços da cidade.

Em se tratando de um olhar sobre o ensino de história local a segunda parte desse capítulo analisou as questões geográficas, e a dinâmica ocupacional da cidade a partir da imigração alemã em uma cidade banhada por vários rios e ribeirões e sua relação problemática com a enchente. A partir dessa problemática a cidade estabeleceu um discurso modernizador através de pontes e da estrada comercial, instituindo uma memória uma cartografia homogênea, baseada na formulação de uma memória que num primeiro momento valorizou a construção de uma memória nacionalista getulista, e num segundo momento, valorizando figuras históricas vinculadas a imigração para a cidade ocultando toda presença Laklãnõ/Xokleng.

E por fim, a elaboração do Produto Educacional – Presença Laklãnõ/Xokleng em Timbó no Vale do Itajaí que partiu da análise da história local como uma demanda importante a ser debatida como um capítulo inicial de uma arte sequencial sobre a história

de Timbó. Devido ao exíguo tempo, foi somente feito o primeiro capítulo que debate a presença indígena dos povos Laklãñ/Xokleng em Timbó e região no tempo presente e passado. O trabalho foi realizado com a colaboração do professor de música e cartunista Luiz Roberto Lenzi.<sup>3</sup> O trabalho de confecção desta obra contou com o roteiro elaborado por mim que seguiu para a construção dos desenhos e quadrinhos pela concepção do professor Luiz a partir de um conjunto de fotos, documentos e relatos históricos selecionados com base na história dos povos originários do Vale do Itajaí.

O produto pode ser uma ótima ferramenta de análise e interpretação da história local, visto que, mesmo que os autores estabeleçam uma narrativa sequencial, a história em quadrinhos deixa espaço para que leitor estabeleça uma leitura própria a partir da imagem e dos textos que vai se apropriando. Tão logo, caberá aos leitores a compreensão do uso da história a partir dessa narrativa sequencial que privilegiou um olhar sobre a vida e embate dos povos Laklãñ/Xokleng com os Zug/não indígenas.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Licenciado em Música pela Furb – Universidade Regional de Blumenau e mestre em Educação pela mesma instituição, atua como professor de música na área da regência instrumental em bandas e orquestras. No Médio Vale do Itajaí, desempenha a função de regente da Banda Municipal Professor João Müller, de Timbó, desde 2002 e regente da Orquestra da Furb desde 2010. Na área da educação musical, Lenzi coordena o Pro-Música, programa de bandas musicais nas escolas municipais de Timbó e professor de metais na escola de música da Fundação de Cultura e Turismo de Timbó. Mantém intercâmbio com bandas da Itália, Alemanha e Áustria e é colaborador da instituição “PeruBandas”, em Lima, no Perú, desde 2015. Na área das artes gráficas, Lenzi atuou em mídias impressas como ilustrador e caricaturista, no Jornal do Médio Vale e O Correio do Povo, com cartoons, histórias em quadrinhos e charges. Estudou animação na Cartoon Internacional, de Buenos Aires, com o mestre Nèstor de Córdoba e técnica à óleo com Egenolf Theilacker.

<sup>4</sup> Zug: é um termo utilizado pelos pesquisadores indígenas e significa “estrangeiro e/ou inimigo”, mas também pode ser traduzido por “não-indígena”.(CONCEIÇÃO, 2019.p21)

## **1 - HISTÓRIA LOCAL COMO OBJETO DE ENSINO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM OLHAR PARA TIMBÓ/SC.**

Durante muito tempo as especificidades da história que é ensinada e aprendida na escola nas séries iniciais não fizeram parte das preocupações de professores e pesquisadores da área acadêmica de história. Fato marcante é que o ensino de história dos anos iniciais é pouco explorado como conteúdo curricular ou como prática pedagógica, ainda que previsto e refletido nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Essa falta de pesquisas sobre o ensino de história nas séries iniciais é constada pela professora Dra. Rosiane Marli Antônio Damazio em sua tese de doutorado, quando analisa a construção da história local como saber nos anos iniciais do ensino fundamental. Para a historiadora, são raras as formações de história para as séries iniciais, diferente “ [...] do ensino de História nos anos finais e no ensino médio em que, constantemente, constitui tema de estudos e discussões entre os profissionais da área” (DAMAZIO, 2017, p.46).

Entretanto, é preciso perceber que essa realidade abissal entre a história das séries iniciais e das séries finais é fruto também dos debates sobre o papel do ensino de história na escola. CAIMI (2007) afirma que existe uma concepção nos meios acadêmicos de que para o professor poder bem ensinar bastaria a apropriação do conhecimento histórico pertinente da ciência histórica, ignorando parcialmente os estudos sobre a aprendizagem. Essa visão disseminou a ideia de que toda teoria de ensino poderia ser ignorada, e que só se aprende a dar aulas, dando aula. Mas as pesquisas mais recentes como a de CAIMI (2007), apontam que para atuarem qualificadamente não basta aos professores dominarem os conteúdos específicos, e não podem abrir mão deles, é preciso ainda dominar também os campos da teoria do conhecimento que se relaciona com as questões de aprendizagem. (p.21)

Mas na década de 1980 e 1990 o ensino de história ganha espaço como um campo de pesquisa e produtor de conhecimento, dando ao ensino de história não mais um espaço secundário e reprodutor das pesquisas acadêmicas de História. Nesse mesmo momento, o lugar do professor da educação básica foi reconfigurado, passando este a ser percebido como sujeito que produz, domina e mobiliza saberes heterogêneos no espaço privilegiado que é o da escola (SILVA, 2019, p.52).

Portanto, se é o ensino de história um campo do saber, é preciso também considerar as diferentes etapas de ensino que constituem a educação básica. Logo, os desafios relativos à história ensinada na escola não se restringem aos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio através de conteúdos macros como Egito, Indígenas, Sociedade Feudal,

Revolução Industrial, Sociedade de Gana, Revolução Francesa, Nazifascismo e outros. Ainda que esses temas elencados nas séries finais e outros não citados, sejam aqueles que são os conteúdos próprios de nossa especialidade e formação acadêmica nas licenciaturas, o contato com a disciplina de história e seus conceitos mais caros inicia-se mais cedo no âmbito escolar para os alunos.

A Base Nacional Comum Curricular, que regulamenta e norteia o ensino no Brasil e que foi aprovada em 2017, vê o ensino de história como um saber necessário no processo de formação das crianças e jovens. De acordo com o texto, o passado deve impulsionar a dinâmica de ensino-aprendizagem sempre dialogando com o tempo atual, porque na concepção do documento a história não é um dado, um acidente que se auto explica, ele passa por um processo de produção de sentidos e significados que são constantemente reinterpretados. (BRASIL, 2017, p.397).

Portanto, ainda que o documento não aprofunde muito essa discussão sobre o ensino de história nas séries iniciais, a Educação Básica tem a difícil responsabilidade de ampliar nos estudantes a capacidade reflexiva e crítica das mudanças vividas, isso significa, instrumentalizar os alunos para serem protagonistas e não meros expectadores de uma sociedade que aparece como pronta e acabada em textos e obras didáticas escolhidas pelos professores.

Para as séries iniciais que é foco desta pesquisa, a BNCC compreende a importância do ensino de História primeiramente como um reconhecimento do ‘Eu’ como um instrumento primordial para que posteriormente se faça um reconhecimento do ‘Outro’ e do ‘Nós’. No documento, reconhecer-se como sujeito é o passo inicial para a uma leitura da história. De acordo com a Base é preciso que exista uma ampliação na escala de percepção por meio da relação diferenciada entre sujeitos e objetos, sendo necessário separar o ‘Eu’ do ‘Outro’, “[...] mas o que se busca, de início, é o conhecimento de si, das referências imediatas do círculo pessoal, da noção de comunidade e da vida em sociedade. ” (BRASIL, 2017, p. 404).

A base nacional já prevê o ensino de história nos primeiros anos das séries iniciais, entretanto, possui um arranjo organizacional diferente que deve respeitar a própria dinâmica cognitiva da faixa etária em que estão inseridos os estudantes, e, para operacionalizar o ensino de história o documento divide-se em: a) unidades temáticas; b) objetos do conhecimento; c) habilidades que estão divididos por ano. Analisando essas três divisões do primeiro até o terceiro ano percebe-se que a Base de fato foca a história de vida, nas temporalidades (passado, presente e futuro), mundo pessoal e mundo social. Entre as

habilidades mais citadas estão verbos como “identificar”, “reconhecer”, “mapear”, somente no terceiro ano que o verbo “comparar” e “diferenciar”, começam a aparecer com maior frequência. O que em parte mostra o quanto o ensino nessa fase exige o reconhecimento de si para posterior comparações e interpretações do outro.

Ainda que os temas concernentes ao primeiro e ao segundo anos de História sejam importantes para o estudo do ensino de história, meu foco inicia-se a partir do terceiro ano quando a base prevê o estudo das pessoas que compõem a cidade e o lugar onde se vive, o próprio lugar onde se vive, noção de espaço público e privado. Portanto, é no terceiro ano que tem início um estudo mais sistemático da história local, onde se estabelecem um conjunto de memórias e narrativas que podem estar ou não em constante problematização. Nessa fase do ensino as habilidades além de identificar e reconhecer, ganham novas habilidades como “analisar as diferenças”, “relacionar o processo” o que coloca o estudante em uma relação de comparação e percepção do outro como semelhante ou diferente.

Portanto, é nessa fase do ensino que a história local começa a enfatizar os movimentos realizados pelos primeiros habitantes, os embates sociais e a relação do humano com o meio ambiente que compõem a cidade no passado e no presente, bem como, pelo cotidiano dos grupos sociais que ali estão instalados. Na cidade de Timbó, a rede municipal de ensino trabalha a história local no quarto ano, e para dar suporte, um grupo de professoras e professores da área de pedagogia da rede, juntamente com um historiador lotado no Arquivo Público elaboraram um material que denominam de Apostila Escolar do Município de Timbó – História de Timbó. Essa apostila que é entregue para todos os estudantes, e serve como material de apoio ao ensino de história. Mas como que se deu essa escolha de narrativas? A apostila consegue evitar uma visão homogênea no interior da sociedade como propõem a BNCC?

Esses questionamentos são importantes nessa dissertação e são alvos de análise, interpretação e comparação porque o que é ensinado na escola, ou seja, as temáticas e os conteúdos não são neutros, eles resultam de uma seleção, de uma decisão entre os conteúdos que são considerados legítimos e os que devem ficar do lado de fora da sala de aula. No caso da cidade de Timbó, a apostila teve a contribuição de oito professoras colaboradoras e de um pesquisador/historiador que tiveram o importante papel de selecionar aquilo que julgaram relevante para o ensino de história do quarto ano. Mas vale ressaltar que a apostila é um material de apoio e não explica na totalidade o que é ensinado em sala de aula, além disso, as aulas são ministradas por professoras e professores que em sua grande maioria, não tem formação específica na área de História, como ocorre nas séries finais.

Entretanto, não se pode afirmar que não estejam habilitados para ensinar história, visto que, os profissionais “[...] dos anos iniciais ensinam história mesmo quando pensam não ensinar (SILVA, 2019.p.53). Assim, os primeiros conceitos e categorias históricas, mesmo que de modo mais geral, são apresentados às crianças que ainda estão em franco processo de alfabetização, portanto, o ensino de História nesse período segue seus métodos próprios e concomitantes com as demais competências e habilidades que devem ser adquiridas pelos alunos. Selva Guimarães Fonseca (2009, p. 6) “chama a atenção para um fato ainda não reconhecido por muitos: os professores e os alunos nos primeiros anos de escolarização aprendem, ensinam, fazem história. ”

Após definido que a análise dessa pesquisa estaria inserida no contexto das séries iniciais, cheguei à conclusão que produzir uma história em quadrinhos para as séries iniciais é uma ferramenta de ensino potente que alia a leitura textual da não textual para crianças que estão em franco processo de alfabetização.

E escrever história pela linguagem da História em Quadrinhos não é uma ideia nova entre historiadores ainda que não muito difundida, mas é ainda um grande desafio, visto que, o ensino de História não é mera reprodução de documentos cheios de verdades em si, a história tem uma função lúdica de brincar de sair do presente e tentar imaginar como viviam, como sentiam, como pensavam os humanos do passado (ALBUQUERQUE, Jr. 2012.p.31). A função da história proposta pelo historiador Albuquerque Jr. pode ser exercitada em uma história em quadrinhos da história local da cidade, na verdade, não pode ser diferente, e com grandes desafios, visto que, é também uma linguagem que estabelece uma nova mídia sobre a história local na cidade de Timbó. O historiador Luís Fernando Cerri, reitera que os quadrinhos possuem uma linguagem própria e, embora formas de representação gráfica como cartuns, caricaturas e afins possam possuir semelhanças, ele cita que os quadrinhos são uma linguagem que é repleta de especificidades estruturais, portanto, exercem uma relação com o ensino de História. (CERRI, 2006 p. 345). Por isso, antes de construir uma história em quadrinhos sobre a história local é preciso compreender como ela foi operacionalizada e qual cultura histórica prevalece na rede municipal de ensino de Timbó.

Após feitas essas considerações, tenho a pretensão de colocar em evidência o que foi inserido nos currículos destinados ao ensino de história nos anos iniciais na cidade de Timbó. O ponto de partida desse capítulo foi uma apostila fotocopiada e encadernada que foi produzida coletivamente por um grupo de professoras e professores da área de pedagogia que tratava de alguns temas de história da cidade de Timbó. Esse material foi originalmente conseguido por intermédio de uma professora/pedagoga do quarto ano que atuava na Escola

Municipal Padre Martinho Stein em Timbó, nos anos de 2017 e 2018. Esse material foi inicialmente concebido no ano de 2012 por três professoras pedagogas da Escola Padre Martinho Stein, mas, passou a ser reelaborada coletivamente por mais profissionais a longo dos anos.<sup>5</sup> A versão de 2017, não possui uma autoria ou ficha técnica, bem como, não possui uma datação. Visivelmente, a obra passava por constantes reformulações, dados obtidos de links em datas diversas deixam evidente essas reformulações, sendo que a data acessada mais recentemente é do ano de 2017.

O material era entregue aos estudantes como instrumento de apoio, não voltado exclusivamente para a disciplina de História das séries iniciais. O material encadernado é na verdade uma espécie de dossiê entrecortado por vários temas da Geografia, Ciências Sociais e de História. Intitulada de “O Município de Timbó”, a apostila em sua apresentação informa que apresenta um panorama geral do município. Portanto, percebe-se que não é uma obra exclusivamente de história, logo, não pode ser o único material a ser analisado para que se possa compor uma análise mais detalhada sobre a ocorrência do ensino de História em Timbó. Contudo, serve para analisar em parte a forma como os docentes escolhem e quais são as referências para estabelecer uma narrativa sobre a história da cidade de Timbó. De acordo com a apresentação da apostila para sistematizar os conceitos acerca do município, o grupo de professoras envolvidas decidiu organizar uma apostila com a seguinte organização:

localização da cidade em relação ao país e estado, história do município, aspectos culturais, símbolos do município, pontos turísticos, hidrografia, vegetação, relevo, clima, área rural e urbana, meio de comunicação, meios de transporte, indústrias e bairros (BERTRAM, 2017, p. 2)

Ao analisar o material percebe-se que o grupo de professoras tiveram como referência em geral informações produzidas pelos órgãos administrativos como sites da prefeitura, sites da Fundação Cultural de Timbó, fotos e textos fornecidos pelo Arquivo Público Professor Gelindo Sebastião Buzzi, e alguns textos esparsos de produções historiográficas da cidade. Tais referências, em geral, tendem a transmitir o ponto de vista do poder político ou econômico, levando estudantes e professores a resguardar uma memória da elite local, contribuindo para a construção de uma identidade coletiva e individual a partir de um referencial elitista e destituída de lutas e contradições.

---

<sup>5</sup> Esse material em 2012 tinha uma distribuição restrita a Escola Municipal Padre Martinho Stein, contudo, através do intercâmbio entre professoras e professores de pedagogia o material passou a ser compartilhado com outras escolas. Em 2019, ano da comemoração dos sesquicentenário de fundação da cidade de Timbó o material foi reelaborado e passou a compor uma apostila de uso municipal na cidade de Timbó.

Portanto quando se analisa o material produzido pelas professoras e professores percebe-se que existe a intenção de referenciar a presença indígena antes da chegada do imigrante europeu. A apostila de 2017 na página 20 cita a presença indígena através de uma citação:

a região que hoje delimita os municípios de Timbó, Rio dos Cedros, Rodeio, Benedito Novo e Dr. Pedrinho<sup>6</sup> era local de passagem para os Kaingang e Xokleng, tribos nômades, sem território fixo (FERREIRA, KOEPEL, 2008,p.49).

Analisando a citação, percebe-se que existe um cuidado no sentido de escolher uma fonte historiográfica para corroborar a presença indígena na região, mas ainda assim, a citação ignora a continuidade do texto original que referencia mais explicitamente o que compunha o território Xokleng no âmbito do sul do Brasil.<sup>7</sup>

Mas, apesar de considerar a presença indígena na região, a narrativa estabelece um olhar eurocentrado, visto que, na sequência do texto cita que o início da história de Timbó está relacionada a presença europeia, ignorando a historicidade da presença indígena. A narrativa da apostila afirma que “[...] início da história do município de Timbó foi muito difícil, pois as condições eram muito precárias” (BERTRAM, 2017, p.21).

E segue:

[...] na localidade da confluência dos rios Benedito e Cedros, foi estabelecido o primeiro comércio cujo proprietário era o senhor Frederico Donner, imigrante alemão que foi denominado fundador da cidade pela grande influência política que exercia na época da colonização (BERTRAM, 2017, p.21).

Tão logo, percebe-se que a narrativa estabelece o “início” da história de Timbó a partir da presença europeia na localidade, mas vale ressaltar que “a história ensina também a rir-se das solenidades de origem (...) gosta-se de que as coisas em seu início se encontra em estado de perfeição. ” (FOUCAULT, 1979, p.18)

Portanto, os breves excertos presentes na apostila evidenciam que é necessário analisar a memória e as narrativas como um processo de escolha, pois, como já nos é sabido a história ensinada passa por algum tipo de seleção, que possui um recorte temporal e

---

<sup>6</sup> Apesar de citar as várias cidades, entre elas Dr. Pedrinho, não se percebe na apostila uma relação com o presente, visto que, a cidade de Dr. Pedrinho faz parte da Terra Indígena Laklaño/Xokleng conforme Walderes Cocta Priprá de Almeida (2015.p.12)

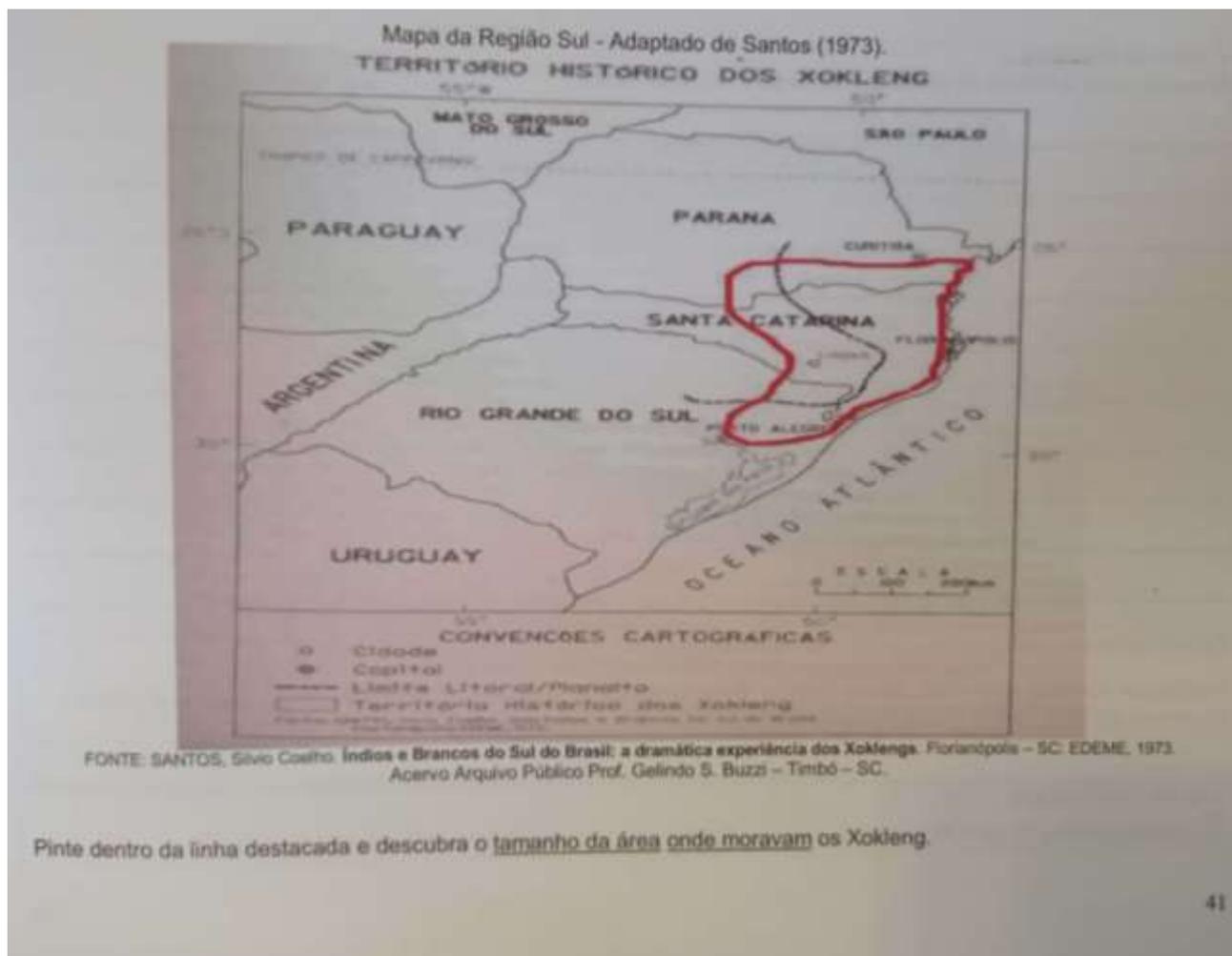
<sup>7</sup> Ver: SANTOS, Silvio Coelho dos, **Índios e Brancos no sul do Brasil:** a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: Edeme, 1973.p.30 e LAVINA, Rodrigo. **Os Xokleng de Santa Catarina:** uma etnohistória e sugestões para arqueólogos. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.p.98.

histórico que é intencional, mas que também é balizado pelos documentos legais nacionais, estaduais e municipais. Tão logo, a presença indígena é referenciada na apostila como uma presença natural, ligada ao meio geográfico, ou seja, uma presença a-histórica.

Diante disso, percebe-se que as escolhas feitas na composição da narrativa histórica da apostila foram selecionadas considerando o protagonismo europeu e sua ocupação. Já a presença dos povos originários é inserida dentro um passado já distante e pouco incomodo destituído de conflitos no presente. Por isso, é possível afirmar que a citação da presença indígena aparentemente pode oferecer indícios de uma valorização da presença de povos originários na região, mas ela acaba por ser insuficiente se não problematizada pelo professor em sala de aula. Diante disso, a presença dos povos originários torna-se uma ausência na presença, porque ela resume-se a mencionar a presença dos Laklãnõ/Xokleng no recorte espacial do Vale do Itajaí em uma relação desconectada com o tempo presente e com a luta política e social do povo Laklãnõ/Xokleng no tempo.

Dentro desse contexto a apostila não se propõe a pensar uma relação de pertencimento dos povos Laklãnõ/Xokleng na região do Sul do Brasil na perspectiva de um território histórico, ou como já referencia a indígena Walderes Cocta Priprá de Almeida que o “povo Laklãnõ/Xokleng antes do contato com o não índio habitava o vale e as encostas do sul do Brasil e mantinha viva a sua cultura e sua tradição sem se preocupar com o espaço natural que tinham, pois, tudo que precisavam a natureza lhes dava para sobreviver.” (ALMEIDA, 2015.p.12)

Além disso, e com a intenção de demarcar a presença indígena, a apostila apresenta uma adaptação do mapa do “Território histórico Xokleng” de 1973 apresentado no livro de Santos, Silvio Coelho. O mapa reforça o antigo território Laklãnõ/Xokleng antes da pacificação/silenciamento conforme vê-se abaixo:



Na apostila o mapa foi diretamente escaneado do livro de Silvio Santos Coelho (1973) e recebeu uma adaptação na cor vermelha que registra o território de ocupação dos povos Laklãnõ/Xokleng antes do silenciamento. Importante ressaltar que algumas dessas imagens possuem baixa qualidade de reprodução na apostila o que dificulta a reprodução nessa pesquisa.

Abaixo desse mapa, a apostila sugere uma atividade em que o aluno pinte dentro da linha e descubra o tamanho da área onde os Xokleng moravam. Entretanto, é difícil imaginar como um aluno do quarto ano lida com esse tipo de informação e a sua implicação prática. Além disso, o mapa oculta o nome de diversas cidades que atualmente existem no antigo território Laklãnõ/Xokleng. Assim a presença indígena na região de Vale do Itajaí em especial na cidade de Timbó, não dialoga com existência de outras cidades, e nem mesmo, referencia a região do Alto Vale, localidade que atualmente integra área de ocupação Laklãnõ/Xokleng na Terra Indígena de Ibirama Laklãnõ.<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Vale ressaltar que a distância de Timbó até a cidade de Ibirama é de aproximadamente 60 quilômetros (1h10 min de automóvel em condições normais de trânsito). Para se chegar até as localidades da Terra Indígena Ibirama Laklãnõ precisa deslocar-se aproximadamente 80 quilômetros.

Ainda dentro da problemática do território outro elemento importante que a apostila deixa de problematizar é a questão do nomadismo sazonal ou “movimento pendular” entre o litoral e o planalto conforme cita o pesquisador Rodrigo Lavina (1994.p.49). A não problematização desse conceito aparentemente simples, passa a retirar a noção de território indígena porque relaciona-se a noção de território na visão do estudante que reconhece mais facilmente o território nos moldes da colonização europeia. Logo,

a noção nômade deve estar desprendida da visão evolucionista de que “selvagens” perambulavam sem território definido e que poderiam ultrapassar esse estágio ao se tornarem sedentários. [...] Os Xokleng sabiam quando e aonde deveriam ir para conseguir o que almejavam. (WITTMANN, 2005.p. 169)

Tão logo, a percepção de ocupação humana na região se dê pela presença das primeiras famílias, e, associada a noção de trabalho na agricultura, bem como, pela presença do comerciante fundador, ignorando qualquer outra presença anterior. E, nesse contexto a ideia de início da história é somente atribuída a presença europeia ao local, ignora a presença histórica dos povos originários, bem como, a presença de outros posseiros, negros ou mestiços que já habitavam a região de Timbó antes do projeto de colonização diligenciado por Hermman Otto Blumenau no Vale do Itajaí.

Seguindo na análise da apostila, é importante ressaltar que a maior parte textual é anterior ao ano de 2017, e que era um material restrito a uma escola da rede municipal, é bem possível que fosse compartilhada e adaptada a outras escolas, visto que, muitas professoras e professores da rede municipal atuam no período matutino em uma escola e no vespertino em outra.

Mas, mesmo na incerteza de se estabelecer qual era a abrangência desse material para o ensino de História no quarto ano no município de Timbó até o ano de 2018, esse material brevemente analisado é que deu origem para uma apostila que agora é utilizada em toda rede de ensino como material didático a partir do ano de 2019. Portanto, percebe-se que antes de uma organização mais sistemática de um material, os docentes de Pedagogia organizaram à sua maneira formas de estabelecer um material que pudesse contribuir para o ensino da história. Portanto, para além da historiografia a escola e os docentes possuem também meios de formalizar uma espécie de cultura histórica escolar. Explicito aqui cultura histórica nos termos de Rebeca Gontijo que caracteriza a cultura histórica como “um conjunto de atitudes e valores que se expressam em noções, concepções, representações, conceptualizações, interdições e outras posturas, de uma determinada sociedade em relação a um passado que pode ser considerado coletivo”. (GONTIJO, 2001, p. 45)

A cultura histórica aqui deve ser compreendida para além da historiografia acadêmica porque ela busca abarcar os múltiplos sujeitos que estão envolvidos na elaboração de representações e experiências sobre a história da localidade, sendo capaz de englobar trabalhos acadêmicos e não acadêmicos para a elaboração de história coletiva.

Assim, a elaboração de uma apostila para o ensino de história deve considerar esse conceito de cultura histórica porque busca um fim que é o ensino de história local nas séries iniciais, e que difere porque esse conhecimento está envolto de uma cultura escolar com suas próprias dinâmicas e forma de produzir o conhecimento que difere do acadêmico ainda que não negue sua utilidade e importância.

Em 2019 essa apostila ganha uma nova versão, percebe-se que é uma importante atualização e que está vinculada aos 150 anos de fundação da cidade de Timbó. O ano foi marcado por diversas ações, de leitura, exposições e atividades em vários segmentos da cidade, e em especial na rede municipal de ensino que tinham como objetivo rememorar a história da fundação e da cidade, e que culminou com o lançamento dessa nova apostila. Mas para além das comemorações o material recebeu atualizações visando atender as demandas da Nova Base Nacional Comum Curricular Nacional que foi aprovada em 2017 para o ensino fundamental.

Conforme já citado anteriormente, formalmente, o ensino de história da cidade no documento da Base Nacional está circunscrito ao terceiro ano das séries iniciais, cujo foco é: 1) As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município; 2) O lugar em que vive; 3) A noção de espaço público e privado. (BRASIL, 2017, p. 406). Mas, apesar do ensino de história da cidade estar vinculada ao terceiro ano, no município de Timbó esse conteúdo é ministrado no quarto ano. Uma possível interpretação para essa tomada de decisão por parte da rede municipal de ensino é ainda a influência dos Plano Curricular Nacional – PCN que dividia o ensino de história em dois ciclos. O primeiro ciclo circunscrito a primeira e segunda série e o segundo ciclo as terceira e quartas séries. E de acordo com o documento

a particularidade do segundo ciclo reside no fato de os alunos dominarem melhor a linguagem escrita, possuem experiências de trocas de informações e terem vivenciado momentos de questionamentos, comparações e trabalhos com ordenação temporal.” (BRASIL, 1997, p.45).

Assim, o segundo ciclo deve dar continuidade aos questionamentos históricos do primeiro ciclo com o objetivo de coletar entrevistas, visitar locais públicos, bibliotecas e

museus. Ao analisar e comparar a apostila de 2017 e 2019 percebe-se a influência dos PCN e adaptações para o que se propõe a nova Base Nacional.

Mas a análise desses documentos aqui relatados de maneira muito breve pode nos orientar como meio de concepção do material e algumas das escolhas feitas pelos professores da rede para organizar o ensino. Logo esses documentos também devem ser entendidos como um primeiro passo para a consolidação da disciplina de história nos anos iniciais. Neste contexto o PCN é relevante, visto que, orienta e pensa teoricamente a relação da história com o ensino nas séries iniciais, e atualmente, a BNCC é o norteador de suma importância para a organização da disciplina nessa fase.

Ainda que não diretamente os materiais e sua relação com os documentos normativos dão um direcionamento para as escolhas temáticas dos materiais produzidos para o ensino de história, contudo, não são suficientes para oferecer apontamentos mais complexos para compreender como se dá o ensino de história na prática porque é preciso ter outras importantes variantes. As evidências dessa constatação são em parte percebidas nas apostilas de 2017 e 2019 que centram em um discurso narrativo pautado em fontes pouco diversas e vinculadas a órgãos governamentais que possuem um discurso bastante uníssono diferente do que propõe a Base Nacional.

Apesar de não ser foco deste trabalho uma análise mais completa do ensino de história nas séries iniciais, seria também preciso analisar outros materiais como cadernos, redações, rascunhos que mostram como a narrativa está estabelecida. Entretanto, não farei essa análise nessa pesquisa, visto que, pretendemos analisar as narrativas contidas na apostila de Timbó.

### **1.1 – Os materiais didáticos e sua relação com a historiografia local.**

A análise da apostila “História de Timbó – 150 anos” mostra a preocupação por parte do sistema de ensino municipal em focar nos elementos que compõem a memória histórica da cidade. A apostila não pensa exclusivamente a história da cidade. De acordo com a apresentação escrita pela professora Rosângela Bertram, que era coordenadora da Escola Municipal Padre Martinho Stein e coordenadora da apostila de 2019, a apostila apresenta um panorama geral sobre o município (p.7). Ainda na apresentação, a pedagoga afirma que a proposta da apostila era abordar o maior número de conceitos advindos da pesquisa do município de Timbó. Conhecer o ontem e o hoje oportunizará um olhar mais sensível as transformações que são a essência da história” (2019, p.7). Portanto, ainda que a apostila

não tenha um enfoque único para a história, a apresentação dá muita ênfase para uma ideia do que seria a história, ou para que seria uma concepção de história para o grupo de professoras que elaboraram o material. Além disso, a coordenadora do projeto desafia os professores a contribuírem a cada ano que se finda para a complementação do material que em sua concepção deve estar em constante construção.

A apostila de 2019 quando comparada com sua antecessora de 2017 possui muitas inovações, apesar de seguir a matriz inicial. A primeira apostila possuía somente 55 páginas, a atual possui 101 páginas. A nova apostila agora possui uma ficha técnica que cita a mestre em Educação Rosângela C. M. Bertram como coordenadora, inova com a participação de Elmir Bertram como pesquisador e historiador que atualmente atua como técnico arquivista do Arquivo Público Professor Gelindo Sebastião Buzzi de Timbó, e também cita mais 10 professoras e a professores como responsáveis pela produção textual e revisão de conteúdo e texto.

Além de uma capa colorida, as imagens coloridas e o aumento na quantidade de mapas e fotos são uma marca nova, a apostila aumentou o cuidado na citação de fontes e legendas. Agora ela passa a citar de onde foram extraídas informações, fundos de pesquisa e links. Esse novo cuidado também pode ser percebido nas referências bibliográficas, que em 2017 eram de 3 livros, um folder e dois sites governamentais. A apostila de 2019 faz referência a 16 livros e 3 links. Além de obras de história e historiografia estão citados planos diretores, planos de turismo. Essa inovação mostra um maior cuidado e mais aproximação acadêmica na produção do material.

Além disso, a apostila reforça a localização geográfica da cidade em relação ao estado de Santa Catarina e sua localização na região do Vale do Itajaí, que recebe esse nome com base na bacia hidrográfica do rio Itajaí.

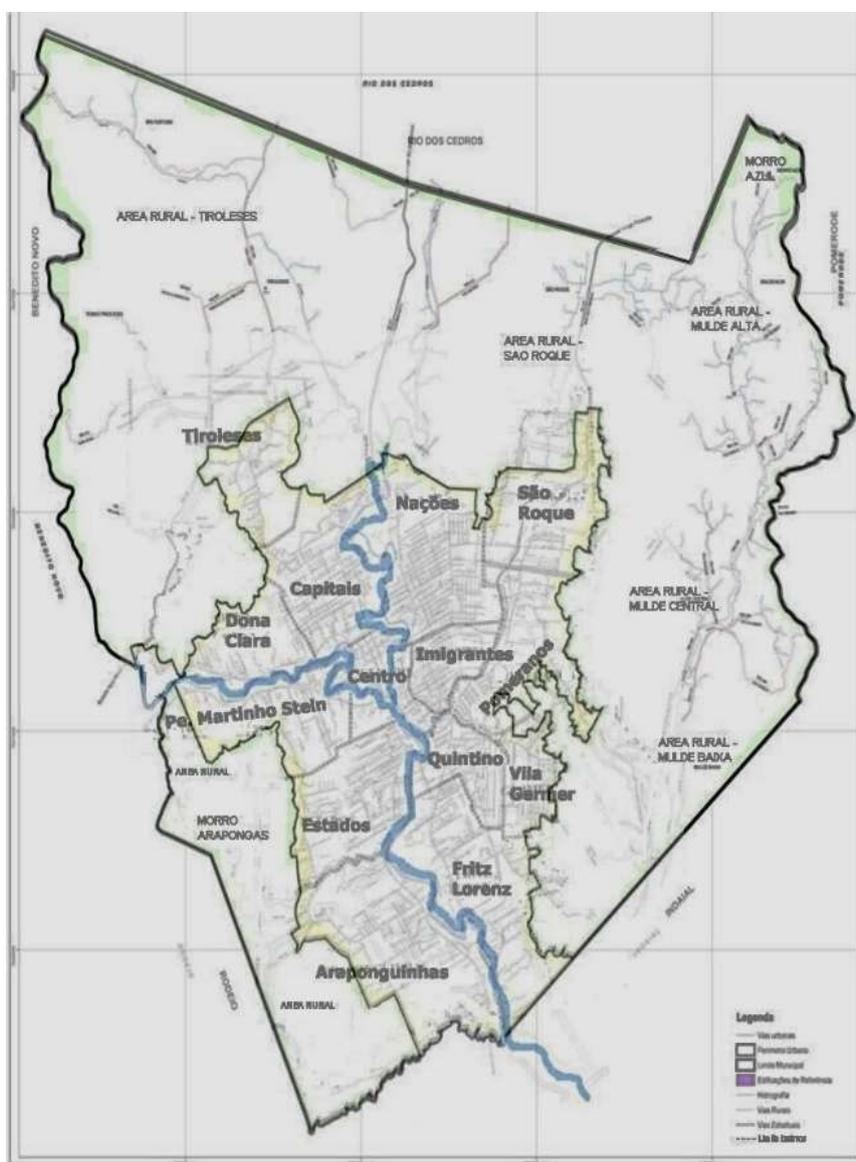
O ano de 2019 como ano de lançamento da nova apostila também segue uma lógica comemorativa, isso porque o ano é marcado por uma série de comemorações dos 150 anos de fundação de Timbó. A capa possui uma imagem panorâmica da cidade com a inscrição de Timbó 150 anos, de maneira muito estilizada. Portanto, além da comemoração oficial, a apostila também reforça a ideia de que em 1869 o imigrante alemão Friedrich Donner chegou à localidade dando início à história da cidade.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Timbó é um município catarinense localizado na região do Vale do Itajaí. Possui uma área de 130,31 km<sup>2</sup> e sua população foi estimada em 44 238 habitantes, conforme dados do IBGE de 2019.



Localização regional do Vale do Itajaí onde está situada a cidade de Timbó. (BERTRAM, 2019,p.27)



Mapa do município de Timbó e sua divisão política atual. (BERTRAM, 2019, p.34)

O tom comemorativo da apostila fica evidente em sua capa quando reforça a cultura histórica e uma memória que vai iniciar sua consolidação a partir dos anos 1969 quando alguns discursos são estabelecidos através da festa do centenário, e foi sempre revista e reinterpretada sem perder de vista a importância da colonização europeia. Logo, essa história está sendo contada a partir de determinado lugar social, falando sobre ele e buscando defendê-lo enquanto modelo identitário e social já no início do século XX, mas muito consolidado a partir da festa do centenário da cidade em 1969 e mais uma vez reforçado já com inovações em 2019 nos 150 anos da cidade.



Capa da apostila de 2019 com uma visão panorâmica do centro da cidade de Timbó, a foto evoca o local onde o fundador Frederico Donner teria iniciado seu comércio da região da confluência dos Rio Benedito e Cedro. A base comemorativa é percebida pelo emblema de 150 anos em o número zero está estilizado lembrando o cognome “Pérola do Vale”

A primeira apostila de 2017 dedicava apenas 11 páginas diretamente à história, os demais temas estão intercalados entre conceitos do que é um município, as esferas governamentais, localização espacial da cidade e o mundo, bairros, pontos turísticos, dados geográficos, além de fauna e flora. Em 2019, a apostila passa a ter 20 páginas sobre a história da cidade. Antes disso, ela foca em temas como a localização espacial, sistema planetário, galáxias, planeta, continente país, estado, para chegar na cidade rua.

Durante essas páginas iniciais insere-se vários temas como pontos cardeais, mapas do mundo até chegar em mapas mais micros como o da cidade. Enquanto faz uma detalhada conceituação sobre locais, não usa muito das análises das temporalidades. Nessa parte inicial, de caráter mais geográfico as atividades propostas se utilizam de práticas como pintar

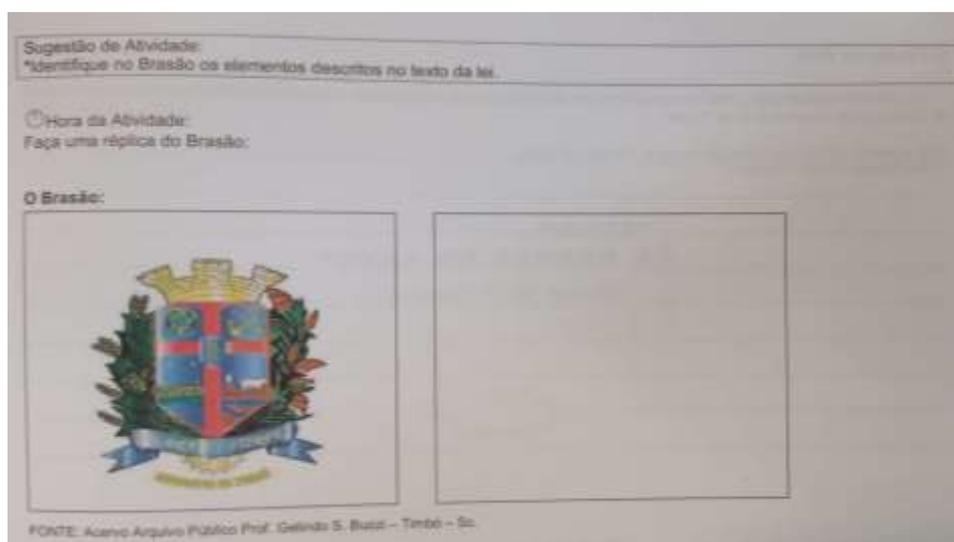
continentes e oceanos, descrever países que fazem fronteira com o Brasil, regiões geográficas do Brasil, além de cruzadinhas, que mostram o caráter bastante reprodutor de saberes. Poucas são as partes que fazem coleta de dados, ou análises mais complexas de alguma fonte. O primeiro momento que a apostila toca na questão de uso de memória e reconhecimento de espaço se dá quando os alunos devem caracterizar seu bairro. Nesse ponto é a primeira vez que a apostila propõe que o estudante seja ativo na percepção do espaço em que vive.

É a partir da página 37 da apostila que há um esforço na escrita da história da cidade. O primeiro título é ‘Conhecendo a cidade de Timbó’. A partir desse momento a apostila faz vários recortes textuais de vários livros que foram escritos por historiadores, e por profissionais da área de educação em diversos tempos. De acordo com os extratos da apostila:

As primeiras famílias de imigrantes que se estabeleceram na região de viviam da agricultura e da pecuária.

Na localidade da confluência dos rios Benedito e Cedros, na cidade de Timbó, foi estabelecido o primeiro comércio, cujo proprietário era o senhor Frederico Donner, imigrante alemão que foi denominado fundador da cidade pela grande influência que exercia na época da colonização. (BERTRAM, 2019.p.37)

O texto é marcado pela narrativa da origem da comunidade, inicialmente fala da importância da imigração europeia para só posteriormente fazer uma breve menção sobre os indígenas. Quando refere-se aos povos originários cita os conflitos entre os povos originários e os europeus, mas não problematiza muito a questão dos conflitos entre indígenas e os colonizadores europeus e foca nos símbolos municipais.



O foco no reforço dos símbolos municipais em que a atividade sugere que o aluno faça uma réplica do Brasão sem problematizar os elementos eurocentrados de heráldica compostos no brasão de Timbó. (BERTRAM, 2019.p. 57)

Outro fator que mostra um descolamento da memória trazendo uma invisibilidade a moradores anteriores aos europeus ocorre na forma como a apostila narra a história dos povos indígenas, a memória sempre está em uma relação com o passado, sem pensar na história indígena como uma resistência no passado e no presente.

Entretanto, quando se compara a produção da apostila da 2017 com a de 2019 percebe-se que houve um incremento no debate sobre a questão indígena.

Ainda que tímido a apostila tenta apresentar as motivações dos conflitos:

A relação dos índios com os colonizadores, aqui, na Colônia Blumenau, bem como em Santa Catarina, foi um choque entre dois mundos totalmente diferentes. O índio queria defender sua rota de migrações e os seus acampamentos ao longo deste caminho que propiciavam sua subsistência [...] As famílias dos imigrantes queriam defender as terras recém compradas e que na visão deles e pelas leis dos brancos lhe pertenciam.

Com uma tecnologia melhor (armas de fogo) os imigrantes e o governo venceram (matando muitos índios) e subjugarão os índios que restaram. (BERTRAM, 2019,p.39)

Um olhar mais apurado sobre o excerto retirado da apostila acaba por vir de encontro com a análise da professora Dra. Luisa Tomboni Wittmann que afirma que:

[...] a história Xokleng foi, e ainda é, invisibilizada através dos escritos governamentais, de autoridades colonizadoras, de imigrantes alemães e de obras regionais, em detrimento de uma história do sucesso da colonização que, quando se remete aos índios, o faz apenas para incluí-los como um dos obstáculos a serem combatidos ou, mais tarde, comemorando a vitória de sua exclusão definitiva. (2005,p.7-8)

Portanto, percebe-se que a apostila apesar de citar o interesse que cabia a cada um dos grupos, incorpora também uma narrativa que tira a ideia de protagonismo e resistência dos povos originários. O texto ao afirmar que os imigrantes tinham uma tecnologia melhor referindo-se as armas de fogo, ou então, ao afirmar que o governo venceu e subjuguou os índios que restaram, possivelmente refere-se ao período da “pacificação”<sup>10</sup> ou então, “a

---

<sup>10</sup> Pacificação é um termo usado para se referir ao momento iniciado em 1914 quando o povo Laklãnô/Xokleng teve o contato definitivo com o não indígena, passando a morar na Posto indígena Duque de Caxias em Ibirama, administrada pelo SPI. O pesquisador Silvio Coelho Santos, fez uma detalhada explanação desse tema em sua clássica obra, *Índios e Brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xoklengs*. SANTOS, Silvio Coelho dos, **Índios e Brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng**. Florianópolis: Edeme, 1973, p. 116-154)

palavra usada pelos Laklãnõ/Xokleng para referirem-se a esse acontecimento é *Vanhkala*, que tem sido comumente traduzida como silenciamento<sup>11</sup> [...]. (CRUZ, 2020.p.84)

Entretanto, a partir de uma leitura mais apurada pode-se questionar sobre a efetividade da arma de fogo como uma tecnologia superior. A historiadora Luisa Tombini Wittmann reforça que a utilização de armas de fogo contra os indígenas era inclusive incentivada por autoridade coloniais e imperais. (2005, p.27). Contudo, a eficácia do uso de armas de fogo pode ser questionada quando se observa o caso ocorrido com o berlinense Schulz radicado na região de Hansa Hamonia. De acordo com o relato registrado na Revista Blumenau em Cadernos, enquanto o imigrante trabalhava na lavoura os indígenas atiraram um pedaço de tronco aos pés do homem e “ [...] quando ele se ergueu levou uma flechada no braço e não chegou a alcançar sua espingarda que estava encostada numa árvore a 20 metros do lugar onde se encontrava. (WILLE, 1994.p. 179).

Portanto, não se pode negar a letalidade das armas de fogo, como também não se pode negar que a habilidade no manejo no arco e flecha não tenha causado enorme temor junto aos imigrantes. Nesse caso, uma leitura a contrapelo sobre o relato deixado pode nos levar a intuir que em muitos casos a arma de fogo não tinha outra função senão afastar e assustar os indígenas que circulavam pelas regiões que foram ocupadas pelo imigrante europeu.

Tão logo, cabe ao historiador que analisa o ensino de história mostrar outros pontos de vista sobre o passado narrado e descrito pelo olhar do não índio quando se analisa a relação de conflito com os povos Laklãnõ/Xokleng.

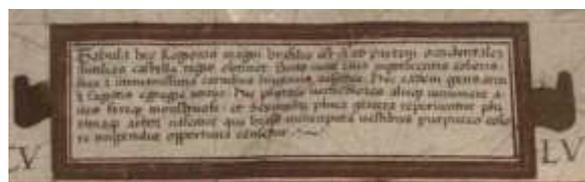
Nesse caso a utilização de fontes em sala de aula pode servir como ferramenta para essa análise possibilitando novos olhares para a história local. Para ilustrar a questão da habilidade indígena no uso de armas de guerra e o temor dos não índios sugiro um olhar já sobre o início da colonização do Brasil. Desde o século XVI existe um temor dos europeus acerca do manejo de arco e flecha pelos povos originários. O mapa do século XVI conhecido como Terra-brasilis muito difundido nos livros didáticos deixa essa evidencia implícita na descrição do mapa que encontra-se uma moldura ornamental grafada com um texto em latim que informa que a carta/mapa “é da região do Grande Brasil” [cuja] “gente selvagem

---

<sup>11</sup> Silenciamento ou contato é um termo usado por professores e acadêmicos indígenas. (ALMEIDA, 2015.p. 13)

e crudelíssima” [é de cor] “um tanto escura” e “se alimenta de carne humana.” Os índios usam, “de modo notável, o arco e a flecha.<sup>12</sup>

Portanto, a despeito do estereótipo e do posicionamento preconceituoso presente na descrição do mapa, pode-se perceber que a habilidade indígena acerca do manejo do arco e



Tabula hec regionis Magni Brasilis de auctoritate Homem, Lopo. Disponível em:

[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart395878/cart395878.html](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart395878/cart395878.html). Acesso em: 23 ago. 2021.

flecha já era uma preocupação no século XVI quando da ocupação portuguesa. Tal questão não deveria ser muito diferente para o imigrante europeu no Vale do Itajaí, visto que, apesar de mais letal que o ferimento de uma flecha, a possibilidade de diversos tiros de arma de fogo era menor, e, sem considerar uma presença numérica maior de indivíduos Laklãnõ/Xokleng em suas incursões contra os brancos.

Portanto, percebe-se que a partir das escolhas feitas pelos autores a composição da apostila apresenta uma cultura histórica que ficou bastante cristalizada a partir de 1969. Essa cultura histórica se pauta na ideia de uma origem da cidade baseado na colonização europeia. Nesse aspecto também vale lembrar que a cidade comemora com maiores festividades a fundação da localidade datada em Timbó em 12 de outubro 1869 quando a localidade de Timbó ainda pertencia a Colônia Blumenau, em detrimento da emancipação política da cidade que ocorreu em 25 de março de 1934, quando a cidade se municipaliza desmembrando-se da cidade de Blumenau

O ano de 1969 é o ano do centenário da cidade de Timbó, com uma extensa programação que visa rememorar os grandes feitos da cidade. Nesse contexto festivo está todo um trabalho de produção e escrita da história que gerou durante os últimos 50 anos um

<sup>12</sup> Tradução livre do autor a partir de aplicativo de tradução da plataforma google.

discurso que busca a origem da cidade a partir do fundador Friedrich Donner como o primeiro imigrante.

Entretanto, vale lembrar que um dos primeiros relatos sobre a história de Timbó está registrado em um jornal de língua alemã, sediado no município Blumenau. Na edição de 1919 na coluna notícias locais o jornal *Der Urwaldsbote* falava sobre a festa em comemoração dos cinquenta anos da localidade, e dava uma primeira versão para a fundação de Timbó.

Um dos referidos artigos afirmava: “em 12 de outubro de 1869, fixou-se como pioneiro em Timbó, Friedrich Donner, indicando caminho a este progressista distrito” (*DER URWALDSBOTE*, 26/09/1919). Além da ideia de pioneirismo a figura do fundador é inserida em um contexto que reforça as dificuldades do período e remonta a imagem de Donner como um herói abnegado frente as dificuldades do período. Por isso, as notícias registravam que o pioneiro “[...] só podia contar consigo mesmo e sua força, [...] nenhuma estrada, [...] só via aquática e a canoa, ou então ao próprio lombo” (*DER URWALDSBOTE*, 10/10/1919). As notícias locais, dão forte ênfase ao germanismo, elegem um fundador ainda que outros imigrantes tenham chegado antes. As reportagens desconsideram totalmente a presença indígena e marcam uma origem para a localidade que ainda é um distrito da cidade de Blumenau. A ideia de um pioneirismo empregada pelo *Der Urwaldsbote* remete à necessidade de alguns povos criarem e indicarem um líder ou fundador que possa legitimar as glórias e dificuldades da instalação inicial e preconize a ideia de desenvolvimento e progresso local. De acordo com a historiadora Cristina Ferreira, “Frederico Donner foi eleito por conta de sua atuação como comerciante e, principalmente, por sua influência política no início da ocupação estrangeira na Região” (FERREIRA, KOEPEL. 2008, p.330). Entretanto, é preciso levar em conta que além dos povos originários a região já era habitada por posseiros antes da chegada dos imigrantes alemães à localidade. Portanto, pode-se afirmar que o destaque para a figura do imigrante alemão Friedrich Donner contribuiu para camuflagem das populações originárias e os conflitos advindos da chegada dos europeus a localidade que era habitada por povos Xokleng, Kaingang e Guaranis.

Em 1919 os indígenas Xokleng já se encontravam em processo de aldeamento, logo, associado ao relato feito pelo jornal poderia dar a entender que a questão indígena e seus conflitos em relação a colonização estariam resolvidos. Portanto apesar do relato histórico feito pelo *Jornal de Blumenau* ignorar a presença indígena no Vale do Itajaí, não se pode afirmar que a região não era mais visitada pelo Laklãnõ/Xokleg, visto que, em parte era interesse por parte do SPI – Serviço de proteção ao Índio isolar os povos originários, e por

outro lado, havia o interesse dos indígenas em garantirem terras e proteção no Posto Indígena no Alto Vale do Itajaí, mas ainda assim manter e adaptar suas práticas aos novos tempos. Tão logo, os relatórios de Eduardo Hoerham<sup>13</sup>, citados por Witmann afirmam que os indígenas muitas vezes, deixavam a área do Posto para caçar e coletar pinhão e/ou mel, atividades históricas desta etnia. (2005,p.169). Parte desses relatórios são datados de 1925, logo, é difícil imaginar que em 1919 a presença indígena em todo o Vale do Itajaí fosse ignorada pelas autoridades como foi ignorada pelo relato do jornal.

Outro elemento importante sobre o relato histórico do jornal são as pessoas envolvidas na edição do Jornal que apresentava discursos bastante incisivos em defesa da germanidade. Desde 1898 o cargo de redator do *Urwaldsbote* (Mensageiros da Floresta) é o imigrante Eugen Fouquet, que foi grande defensor da germanidade em Blumenau. (BLUMENAU EM CADERNOS, 1987.p.220) Juntamente com essa atitude germanófila presente em suas publicações apoiava o extermínio dos povos originários que habitavam e região.<sup>14</sup>

Importante ressaltar que as notícias e o registro histórico feito pelo jornal não encontravam-se na manchete principal do jornal, tratava-se de um coluna periférica denominada “notícias locais” (*Lokalnachrichten*), destinada a trazer as notícias das localidades no arredor da sede do município de Blumenau.<sup>15</sup> Tão logo, as notícias locais do jornal *Urwaldsbote* figuram como os mais antigos registros memoriais escritos sobre a origem da localidade, esse registro inicial estabeleceu novas interpretações que consolidaram uma cultura histórica acerca da história local de Timbó por meio de narrativas diversas, algumas marcadas por silenciamentos como é o caso dos povos originários e nativos já estabelecidos.

Essa cultura histórica acerca da cidade de Timbó ganhou novas narrativas a partir da festa do centenário da cidade de Timbó. É a partir de 1969, quando a cidade se prepara para a comemoração do aniversário de cem anos, que novas narrativas se apropriam das antigas, reafirmando interpretações que se consolidaram quase que como uma verdade uníssona,

---

<sup>13</sup> Eduardo de Lima e Silva Hoerham nasceu em Petrópolis, quando residiu em Santa Catarina foi responsável pelo contato com os povos Laklânô/Xokleng no alto Vale do Itajaí no ano de 1914. Como resultado do contato, criou o Posto Plate e o oficializou como Posto Indígena Duque de Caxias, que viria a se tornar a Terra Indígena anos depois.

<sup>14</sup> Para o jornalista e o seu grupo, em suas próprias palavras, os índios eram “cães vermelhos”, “uma praga”, “inumanos” que tinham “má índole”, “instinto selvagem” e “recuavam diante da cultura”. (WITTMANN, 2005.p.76)

<sup>15</sup> Em 1919 Timbó era uma localidade dentro do município de Blumenau. O município de Blumenau por sua vez possuía uma território que incluía várias cidade do atual Vale do Itajaí até o Alto Vale do Itajaí em Ibirama.

ainda que, do ponto de vista historiográfico já existam algumas problematizações sobre o tema.

Quando se afirma que a partir de 1969 há um estabelecimento de narrativas que trazem como tônica principal a importância da imigração europeia, é importante perceber que boa parte dos trabalhos realizados até a década de 1990 são trabalhos de caráter não acadêmico.

Um dos primeiros trabalhos acadêmicos produzidos sobre a cidade de Timbó é do historiador Márcio Roberto Voigt, em sua dissertação de mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina. A Dissertação intitulada “Imigração e Cultura Alemã no Vale do Itajaí. Educação, Religião e Sociedades na História de Timbó (SC) 1869 e 1939”, tinha como objetivo o estudo de alguns aspectos da história da imigração alemã em Timbó em um contexto de história regional e de micro-história. (VOIGT, 1996, p.10).

Esse trabalho teve o esforço de analisar brevemente, mas de maneira um pouco mais sistemática os textos não acadêmicos produzidos após a década 1960 e a contribuição para uma memória histórica a partir de narrativas que são de um professor, de um pastor da igreja luterana, de algum membro do funcionalismo público que envolto em suas atividades publicou obras de história a partir da festa do centenário.

Portanto, percebe-se que a história de Timbó foi escrita principalmente por pessoas não formadas em história. Basicamente o que foi escrito esteve inicialmente associado à ideia de um resgate da memória do município associado a comemoração do centenário da cidade no ano de 1969.

Este contexto festivo norteou a organização e a produção de um livro de história que buscava abordar a história das principais instituições timboenses. O trabalho foi organizado por Gelindo Sebastião Buzzi, um professor que coordenou o trabalho reunindo documentos, relatos, biografias, curiosidades, além disso, coordenou o trabalho de colaboradores que escreveram sobre as comunidades luterana e católica, além de temas como política municipal e breves relatos sobre as maiores empresas e comércio da cidade.

A obra de Buzzi possuía em várias partes do texto um tom laudatório e quase heroico, como pode-se ver abaixo em seu prefácio:

[...] venho a público para uma colaboração humilde brindar os meus contemporâneos com este modesto trabalho [...] caros leitores, avantajados pelos arroubos de patriotismo com que me levaram a mime a valiosa colaboração de amigos, a apresentar o público com esta obra, a 1ª a tratar de nossa terra e nossa gente. (BUZZI, 1969.p.18)

A partir da escrita de Gelindo Buzzi a obra deixa um registro histórico que faz lembrar uma epopeia especialmente quando ressalta as dificuldades iniciais do processo colonizador, que ao referir-se a Frederico Donner registra que “a terra, arduamente conquistada à mata virgem e ao gentio (indígenas), regada por teu suor, semeada por tuas mãos, fizeste-a fecunda [...]” (BUZZI, 1969.p.11).

Portanto, percebe-se que Buzzi reforça o papel do fundador em detrimentos dos povos originários e faz um registro histórico balizado na ideia do mito fundador da cidade. Atualmente, poucos historiadores concordariam com o tom épico que ao autor confere a narrativa, mas, ainda assim, não invalida a obra, porque Buzzi reuniu um conjunto de documentos e os transcreveu oportunizando o acesso a várias memórias e novos debates para a história de Timbó. Logo, a obra deve ser analisada em seu contexto temporal e com o propósito particular da comemoração.

No mesmo ano o pastor luterano Nelso Weingartner também lançou uma obra de história da comunidade luterana. Essa obra também toma carona com as festas do centenário. De acordo com o espírito festivo instaurado na cidade, Weingartner, que muitas vezes se intitula historiador, ainda que não possua formação na área, produz uma obra que conta a história da comunidade luterana desde sua origem com a chegada dos imigrantes alemães. Nelso escreveu uma obra com base em uma documentação no idioma alemão gótico, transcrevendo trechos de atas e relatórios que foram salvos da destruição durante os anos de beligerância na Segunda Guerra Mundial. Para o historiador Voigt, que analisou a obra, o fato de Weingartner não ser historiador profissional, não tira “o mérito da clareza de argumentação, cuidado com as fontes e espírito investigador” (VOIGT, 1969.P.9) Entretanto, é preciso entender que Nelson fez escolhas sobre o que deveria ser transcrito e explicitado em sua obra, ou seja, passou por sua análise aquilo que julgava importante para a memória escrita da comunidade luterana, visto que, atualmente não se sabe o paradeiro dessas atas.

Outro trabalho que ganhou destaque na cidade de Timbó é a obra denominada de “Fatos e imagens do meio Rural”. Segundo Voigt, um trabalho de Sergio Maestrelli, quando “funcionário da Secretaria de Agricultura do governo estadual” (VOIGT, 1969.P.10). Já fora do recorte do centenário da cidade, esse livro ocupou-se com a memória de diversas localidades do interior dando maior atenção a aspectos agrícolas e pastoris na cidade de Timbó. De acordo com Voigt, o trabalho de Maestrelli “preocupou-se detidamente em resgatar a memória oral de diversas pequenas propriedades” (VOIGT, 1969.p.10). Apesar do trabalho estar fora do recorte da festa do centenário, o início do texto retoma as narrativas

da imigração alemã e italiana para a região de Timbó no século XIX, ou seja, convergindo para o discurso narrativo do início do século XX pelo Jornal *Urwaldsbote*, posteriormente, para o livro do Centenário de Timbó e também da Crônica da Comunidade Evangélica escrito por Weingartner.

Em 2008, outra obra foi produzida: o livro “Representações da Cidade: discussões sobre a história de Timbó”. A obra foi financiada pela Lei Rouanet e publicada pela Fundação Cultural de Timbó e a Editora da Universidade Regional de Blumenau - Furb. A obra tinha por objetivo problematizar através da pesquisa histórica representações da cidade, entre elas, fazer uma discussão calcada na pesquisa histórica. A obra contou com uma extensa equipe de pesquisa que realizou um levantamento bibliográfico e documental. Escrito por dois historiadores, o livro foi sistematizado através de eixos temáticos e recortes temporais específicos e pensado para um público mais diverso. “Não se trata de um texto escrito apenas para historiadores ou especialistas da área, mas sim para contemplar leitores interessados no entrelaçamento de informações do passado e do presente.” (FERREIRA, KOEPEL. 2008.p.12). Assim, a obra também cumpriria com a função de auxiliar os professores das séries iniciais que também tinham alguma carência de material sobre a história da cidade de Timbó. O livro propôs-se a utilizar uma linguagem menos acadêmica, com muitas ilustrações editadas, e com recortes para atrair a atenção do leitor e também servir de apoio aos professores.

Essas quatro obras, apesar de serem heterogêneas em seus objetivos iniciais, no uso de fontes, e na forma de se produzir uma narrativa histórica, o que não significa necessariamente um conflito, pelo contrário, estabeleceram as bases para uma escrita da história Timboense e formalizaram um conjunto de discursos que formam uma cultura histórica muito presente na apostila escolar do município de Timbó.

Nas apostilas de 2017 e 2019, a obra mais citada é o livro “Representações da Cidade: discussões sobre a história de Timbó”. Isso poderia indicar a escolha dos professores que elaboraram esse material se aproximaria de uma escrita da história de um material mais recente, entretanto, o que se percebe é que o *modus operandi* das narrativas ainda sofre uma grande influência do livro de Centenário de Timbó do Professor Gelindo Sebastião Buzzi.

Essa percepção da predominância de uma narrativa ainda imbuída das comemorações do centenário de 1969 fica evidente quando se analisa o conjunto da obra no que se refere a história local. As apostilas fazem breves referências aos indígenas, não citam posseiros anteriormente a chegada dos imigrantes e fazem diversas inserções que fazem referência para a família ou para o imigrante alemão Friedrich Donner que de acordo com a apostila é

“considerado fundador” (BERTRAM, 2017.p.22). Além da recorrência textual a 1969, a apostila de 2017 insere um conjunto de fotografia antigas sempre com a presença do fundador, de sua família e um cartão postal comemorativo de sua primeira moradia. Portanto, ainda que a apostila trate de outros temas ela concentra muito a narrativa na perspectiva comemorativa nos moldes da proposta do centenário, entretanto, mais amena com relação ao tom laudatório e épico proposto pelo professor em sua obra de 1969.

Portanto, o que se percebe nas apostilas é que elas foram concebidas sem considerar os avanços no ensino de História, prevalecendo uma historiografia mais tradicional e que possivelmente isso também ocorra no universo do ensino em sala de aula. Essa prerrogativa torna o ensino em parte vulnerável porque ele deixa de cumprir aquilo que se propõe inclusive nos documentos oficiais como a Base Nacional, que vê o ensino de História como instrumento necessário para o respeito à pluralidade cultural, social e política, bem como para o enfrentamento de circunstâncias marcadas pela tensão e pelo conflito. Para a educadora e historiadora Roseane Damázio, que estudou o ensino de história nos anos iniciais, essa tendência de um ensino de história que se baseia nessa historiografia mais tradicional e pautada em discursos oficiais ainda é uma tendência forte,

pois o pedagogo, possivelmente por sua formação generalista, costuma ensinar história de forma semelhante à que aprendeu na escola. Isto torna seu ensino, nos anos iniciais bastante vulnerável, mesmo após mudanças substanciais no currículo e nas metodologias indicados para essa fase da escolarização. (2017, p. 73)

A crítica feita pela autora pode ser percebida nas apostilas de História de Timbó através da análise textual e da sistematização da apostila. Nenhum material produzido tem neutralidade e isso já é uma discussão consolidada na teoria de história. Logo, é importante aqui analisar como alguns discursos foram estabelecidos propositalmente contribuindo para uma narrativa que evita o conflito, ou que, relega o conflito para o passado, como se não houvessem mais lutas sociais e políticas.

Portanto, quando o pesquisador do ensino de história reflete a sua prática ele precisa estar atento para que as relações sociais não estejam cristalizadas em um passado distante. Exemplo disso, e foco dessa pesquisa é a questão dos povos Laklãnõ/Xokleng que ainda que em número reduzido de indivíduos se comparado numericamente com o século XVIII e início do século XIX ainda resiste, luta e adaptam seus processos sociais, em outras palavras, mostram seu protagonismo frente a passagem do tempo que os tentou exterminar através de um genocídio que se usou de diversas práticas como: perseguição, catequização, uso da

força, a violência dos bugreiros, doenças, aldeamento e o apagamento gradativo da memória, ou a sua subjugação a um passado distante e idealizado.

Portanto, percebe-se que a apostila além de não conseguir estabelecer uma relação histórica sobre o presente e o passado evidenciando apenas um passado essencializado, ela acaba por estabelecer um olhar histórico apenas pelo olhar do não índio. Dentro desse contexto o material perde sua razão de ser se confrontado com a BNCC que indica a necessidade do reconhecimento de si e o reconhecimento do outro em sua diversidade.

Dentro desse importante contexto do ensino de História percebe-se que a apostila não se aprofunda sobre os hábitos indígenas. Ao representar os indígenas utiliza-se de uma única foto dos indígenas juntos com os imigrantes europeus.



“Famílias indígenas – Frederico Donner - Outros Colonizadores – Dec. 1870/1888 – Em pé com mão apoiada na cintura está Frederico Donner” (BERTRAM 2019.p.39).

Além de ser a única foto, ela possui um tamanho bastante reduzido (5x8 cm) o que imediatamente gera uma dificuldade para uma leitura de imagem que possa identificar os personagens. A legenda generaliza o termo “família indígenas” e ressalta a figura de Frederico Donner, mas não cita outros não índios presentes. Essa imagem já havia sido utilizada pelo professor Gelindo Sebastião Buzzi em sua obra em 1969, assim como na legenda atual a foto não problematiza se o encontro foi amigável, ou se se tratava de captura.



A imagem e legenda deixam evidente a maneira estereotipada que o livro do centenário trata os Laklãnõ/Xokleng



Imagem do contato indígena com o não índio no livro do Centenário de Timbó de 1969. (BUZZI, 1969, p.45)

O que chama atenção na imagem reproduzida pelo livro do centenário e novamente reproduzida pela apostila é a presença de um grupo bastante heterogêneo de pessoas, que pode ser percebida pelas indumentárias. Assim como Frederich Donner que veste um terno, outras três pessoas exibem a mesma vestimenta. Dois homens utilizam vestimentas que muito lembram uniformes militares, além disso, temos mais dois homens que utilizam uma indumentária mais simples que pode sugerir serem mateiros. Ao centro tem um membro

indígena que veste uma camisa e usa um adorno na cabeça que lembra um “cocar de penas” e por fim vários indivíduos indígenas entre eles homens mulheres e crianças.

Entretanto, toda essa diversidade presente na fotografia passa quase que despercebida devido ao tamanho da imagem. Portanto, percebe-se que a relação entre Laklãnô/Xokleng e não indígena parte do protagonismo europeu como já faz o professor Gelindo Sebastião Buzzi em sua produção bibliográfica acerca do Centenário de Timbó.

Gelindo ao descrever a biografia de Friedrich Donner afirmou que “nos primeiros tempos era muito observado pelas barrancas dos rios; contudo Frederico não os molestou, tratando, ao contrário, de cativá-los através de presentes, tais como espelhos” (BUZZI, 1969.p. 41). Entretanto, quando a visão sobre os conflitos entre brancos e povos originários é descentrado de apenas um personagem, percebe-se que o conflito e o temor com os indígenas eram corriqueiros, conforme relata um imigrante alemão que fazia trabalho de mateiro e agrimensura nas proximidades do Rio dos Cedros região que atualmente é Timbó. De acordo com o relato de Kleine, após vários dias na mata e com comida escassa, ao encontrar uma área habitada por colonizadores eles foram confundidos com “bugres”<sup>16 17</sup>, termo pejorativo utilizado no século XIX para se referir a qualquer povo indígena.

De acordo com o relato em seu diário pessoal:

Bela História! – falou meu irmão, irritado – As pessoas e os cachorros estão nos tomando por bugres. E foi mesmo. Por isso os moradores fugiram. Tivemos muita sorte de não ser recebidos a bala. (KLEINE, 2001.P.229)

Portanto, percebe-se que a apostila quando foca somente na figura de um personagem acaba simplificado a relação conflituosa que existia entre os povos originários e a colonização europeia que ocupou as terras onde hoje é o município de Timbó.

Outra narrativa estabelecida no ano de 1969 é a de fundação da cidade. A temática da fundação do município é vista como uma construção de uma memória coletiva. Essa narrativa enfoca na criação de um fundador para a cidade de Timbó sob a égide das festividades do cinquentenário e centenário, as quais compuseram símbolos e representações

---

<sup>16</sup> Importante ressaltar que o termo bugre é ainda utilizado pejorativamente para referir-se aos indígenas. É comum a utilização do termo para inferiorizar os “outsiders”, ou seja, indivíduos recém-chegados a cidade. E assim termos como “filho de bugre”, “os bugres” ou “bugradas” são utilizados para referir-se a imigrantes contemporâneos.

<sup>17</sup> O termo “bugre” era usado utilizado no século XIX para se referir a qualquer povo. “Cabe ressaltar que a origem do termo deriva do fato que os búlgaros, no sec. XII, foram considerados heréticos pela igreja católica, e o vocábulo passou a representar a ideia de inculto, não cristão, selvagem” (FERREIRA, KOEPEL.2008.p.49).

acerca da memória histórica local, com o intuito de garantir legitimidade ao ato fundador (FERREIRA, KOEPEL, 2008.p.15)

Nas duas apostilas analisadas, a narrativa histórica ainda continua muito centrada na pessoa de Friedrich Donner que é considerado o fundador da cidade, apesar da apostila afirmar que ele foi “denominado fundador da cidade pela grande influência política exercia na época da colonização” (BERTRAM, 2019.p.37). Percebe-se no texto que há uma intenção de se questionar a figura de Frederico como fundador da cidade, mas acaba mantendo o mito fundador porque boa parte das referências a colonização estão sempre associadas a figura de Donner. Quando a apostila fala sobre a temática da fundação da cidade, o texto é assim expresso: “ A data de 12 de outubro de 1869 é considerada data de fundação do município de Timbó, em virtude da instalação dos primeiros imigrantes, dentre eles Frederico Donner” (BERTRAM, 2019, p.44) Apesar do texto utilizar o verbo “considerar” para se referir ao reconhecimento da fundação da cidade, mais uma vez o único personagem citado é Donner, além disso, abaixo do texto foi inserida uma imagem que é um cartão postal de 1919 em que está representada a primeira moradia do fundador da cidade. Além disso, o texto não problematiza um ponto importante que é a presença de outras pessoas antes de 1869. É importante salientar que a ocupação das terras possivelmente já ocorreu já um ano antes em 1868, visto que, em 1863 ocorreu a primeira exploração documentada feita pelo engenheiro Augusto Wunderwald, e em 1868 um comunicado oficial afirmava que os rios Bendito e Cedros já estavam à disposição para serem ocupados por imigrantes (FERREIRA, KOEPEL, 2008,p, 192). Portanto, a ideia de que todos os imigrantes chegaram a partir de 1869 é um equívoco interpretativo da documentação existente e que foi corroborado por BUZZI quando ele analisou uma lista de imigrantes de 1869 uma das mais antigas existente e que se referia a região que atualmente é Timbó. Assim, “é importante destacar que a sistemática de colonização não ocorre exclusivamente a partir da atuação de fundador ou líder, mas sim por intermédio de um grupo ocupacional” (FERREIRA, KOEPEL, 2008.p.193).

Outro fator que reforça a figura de Donner diante do discurso do mito fundacional da cidade a partir da apostila é a proposta de atividade em que os estudantes devem pesquisar e escrever uma biografia sobre Frederico e de sua primeira esposa Ernestine, e a segunda esposa, Clara. Para realizar essa pesquisa os estudantes podem utilizar como principal alternativa bibliográfica o site da Prefeitura de Timbó, a enciclopédia eletrônica Wikipedia, ou então o livro do professor Gelindo Sebastião Buzzzi. Sendo que nessas três fontes de

pesquisa o texto biográfico configura-se pelo discurso do herói, épico e abnegado do fundador.

A apostila de 2019 também dá grande destaque para os símbolos municipais como o brasão de armas e a bandeira. O Brasão de armas foi criado no ano de 1950 e a bandeira foi instituída por lei em 1969. Ambos os símbolos fazem forte referência a história da colonização, ao marco fundador. O Brasão de armas traz a legenda “Clara ex Stirpe” em latim que na tradução de Buzzi significa “Descendente de uma estirpe ilustre”. Portanto, percebe-se que a memória coletiva está muito arraigada em torno da fundação da cidade, visto que, os próprios símbolos remetem para essa história. O que se percebe que a apostila em nenhum momento problematiza essas questões, apenas reproduz seus antigos significados.

Além dos símbolos municipais, a cidade possui um cognome que é “A Pérola do Vale”. Esse cognome ainda hoje é muito utilizado e teve sua origem na festa do centenário da cidade. O cognome foi dado pelo prefeito Henry Paul, e a sua simbologia foi significada pelo professor Buzzi. A criação desse cognome tinha a pretensão inicial de divulgar e atrair turistas para as festividades, mas acabou se tornando um nome muito utilizado até a atualidade. De acordo com o professor, “pérola encrustada no verde panorama, emoldurado pelo perfil audaz das montanhas” (BUZZI, 1969, p. 44). Geograficamente Timbó fica em um vale, e diante disso, também se criou essa simbologia que atualmente ainda é muito utilizada pelo comércio e em 2019 essa simbologia foi novamente colocada em evidência.

A importância desse cognome que era o *slogan* da festa do primeiro centenário, ganhou uma nova roupagem em 2019 quando a logo dos 150 anos, no lugar do zero colocou-se um desenho que faz lembrar uma pérola com detalhes em verde que deixa evidências da vegetação do “vale”, ou seja, a pérola encrustada no verde panorama, emoldurado pelas montanhas, como já havia significado Buzzi ao se referir a “Pérola do Vale”. A importância desse símbolo é percebida já na capa da apostila de 2019, visto que, a logomarca publicitária dos 150 anos fica bem centralizada em posição de destaque.

Como pode-se perceber a apostila que foi concebida em 2012 passou por um processo de mudanças, textos foram acrescidos para dar mais subsídios aos estudantes e também atualizando as narrativas históricas. A atualização no discurso visivelmente tem relação com novos olhares sobre a história a partir do ano 2000, mas de maneira geral a apostila segue uma narrativa ainda centrada nas intenções textuais do livro comemorativo do centenário da cidade escrito pelo professor Buzzi no ano de 1969.

Analisar a apostila no contexto do ensino de história local da cidade de Timbó é importante para compreender em parte o processo de uma memória coletiva praticada em sala de aula e fora dela no aspecto da consciência histórica. Importante perceber que as visões sobre a história da cidade são irradiadas inicialmente no âmbito escolar. E a apostila pensada por professoras da área assim como os livros didáticos comuns no ensino de história na rede pública é um material privilegiado que apresenta conteúdos de acordo com os documentos oficiais, além disso, são consumidos por educadores e alunos, em alguns casos chegam a família e ao público em geral, portanto, sua importância não pode ser negada, mas não é a única já que existe uma historiografia variada e heterogênea, além de documentários e outras fontes de produção de história.

O que se percebe após a análise do material é que a história contada na apostila tem característica muito episódica e personalista, tenta problematizar algumas questões com limitações em alguns termos o que em parte dificulta a compreensão dos processos históricos sempre remetendo a uma ideia de início e de origem. Essa escolha acaba ocultado a diversidade dos grupos sociais presentes no passado como luso-brasileiros, indígenas que também fizeram parte do processo de construção e da memória da cidade.

As narrativas que remetem ao mito fundador, muito recorrente na apostila não pode ser considerada como um produto especialmente arquitetado por seus autores. A influência da historiografia da festa centenário foi respaldado no modo como esses profissionais aprenderam história na escola, uma história que oculta as diferenças e que pressupõe um projeto de cidade, e de cultura homogênea apesar de toda sua heterogeneidade.

## **2 - A INVISIBILIDADE DOS POVOS ORIGINÁRIOS NO ENSINO DE HISTÓRIA DE TIMBÓ:** a arte sequencial (HQ) aplicada às séries iniciais.

A análise das apostilas de 2017 e de sua revisão em 2019 da história de Timbó para as séries iniciais remetem a ideia de início da história protagonizada pela imigração europeia e o discurso do mito fundador, deixando de “fora” ou na “periferia” da história grupos humanos que já viviam na região que atualmente é o município de Timbó.

A apostila foi concebida e escrita por professoras majoritariamente da área de pedagogia, e como já citado no primeiro capítulo. Além disso, a apostila incorporou a narrativa de uma história dita oficial da cidade de Timbó com textos valorizam excessivamente a colonização alemã e italiana, e pouco problematizada.

Dessa forma a apostila apropria-se de texto escritos por não historiadores profissionais, muitas vezes amantes da história, e, adeptos a metodologias de pesquisa que não costumam recorrer a outros vestígios que os não oficiais. Diante desse contexto a história local acaba por valorizar materiais textuais que giram em torno da comunidade religiosa, de autoridades como prefeitos, comerciantes, agricultores e empresários.

Apesar da apostila citar obras produzidas por historiadores com formação, ela não problematiza as citações e acaba apenas reproduzindo as temáticas de uma história eurocêntrica e branca. Assim, testamentos, escrituras, decretos-leis, são vestígios históricos importantes, mas, escondem grupos sociais e seus conflitos junto as elites. Tão logo, analisar a história a partir desses documentos já tão tradicionais, assim como sensores, e fases econômicas, apresentam uma imagem panorâmica da cidade, sem, contudo, informar sobre os conflitos e o vai e vem da história local que também é composta por uma sociedade não letrada como a história dos povos originários ou dos posseiros que já viviam na região.

Cabe ao historiador da história local refletir sobre a visibilidade dos habitantes de uma localidade, questionar os documentos e perguntar-se se a ausência não representa uma presença. Dentro desse contexto a Professora Doutora Luisa Tombini Wittmann reforça que o historiador precisa fazer uma leitura apurada das fontes históricas produzidas pelos não índios, segundo ela:

uma leitura nas entrelinhas pode revelar muitas surpresas, em meio ao discurso etnocêntrico, não limitadas ao universo dos produtores dos documentos. Ter sido escrita por brancos não impede a fonte de trazer informações para além da sua cultura. Mas para acessar os códigos da cultura indígena no escrito do “outro”, é preciso muita atenção aos indícios, sinais, detalhes, vestígios, pistas. Para isso, é necessário ir além dos filtros

ocidentais através de uma metodologia que permita uma leitura das fontes que revele as interações dos índios no novo contexto. (2005, p.4)

Dentro desse contexto, apesar da história indígena principalmente dos “Laklãnõ Xokleng” que habitavam um vasto território no Sul do Brasil não passe de pequenas menções na historiografia da cidade de Timbó é a partir delas que se pode inferir novas formas de pensar a presença indígena em um contexto de história do Vale do Itajaí, visto que, sua prática de deslocamento sazonal colocavam a cidade de Timbó dentro de sua rota. Tão logo, um importante exercício é colocar a presença indígena dentro do contexto de território pensado pelo povo Laklãnõ/Xokleng dentro de sua organização espacial e temporal.

Um exemplo da presença indígena na região de Timbó pode ser percebida pela documentação a partir de um levantamento feito por José Deeke que segundo seus dados ocorreram no território que compunha o município de Blumenau. Neste recorte espacial ocorreram 61 “assaltos” indígenas, deste levantamento, 17 “ataques” ocorreram em localidades de Tiroleses, Rio dos Cedros, Benedito, Milânes, São Pedrinho, Ipiranga, Ribeirão dos Russos, Liberdade e Rodeio<sup>18</sup>. (DEEKE, 1995.p.214-2016).

Portanto, esse conjunto de relatórios compilados por José Deeke apresentam que os indígenas não reagiram com passividade a ocupação de seu território, muito pelo contrário, mostram uma relação de defesa, e de um entendimento de que um novo grupo ocupava seu território. Além disso, esses locais devem ser entendidos como um espaço que possivelmente eram de passagem desses povos. Outro fator importante e pouco contextualizado é que nas regiões como Tiroleses e Mulde outra região não citada pelo relatório com frequência, descendentes de imigrantes ao utilizarem o arado costumavam encontrar pontas de flecha e outros materiais líticos nos campos de suas plantações. Portanto, esses espaços apesar de ocupados e habitados atualmente pelo não indígena são grandes sítios arqueológicos que mostram a presença indígena.

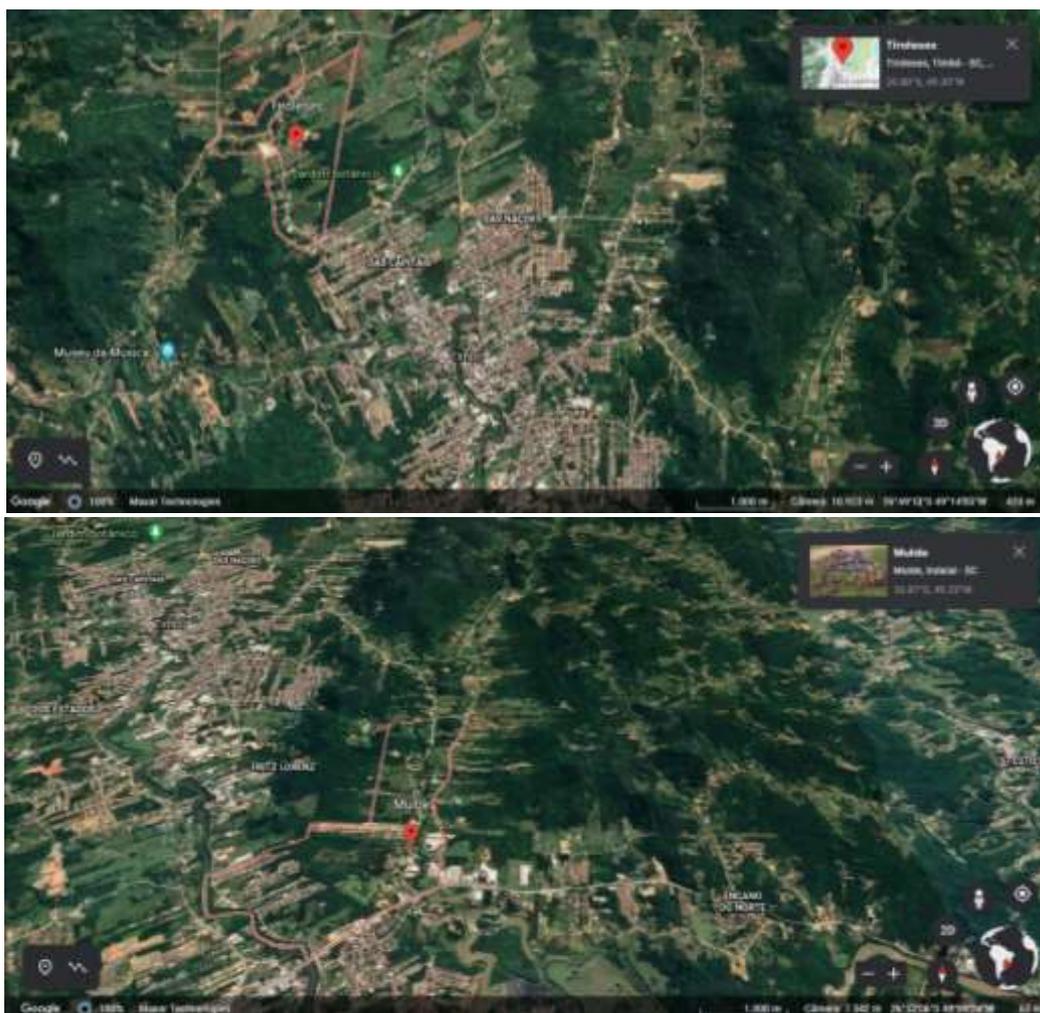
---

<sup>18</sup> Dessas localidades citadas atualmente somente a região de Tiroleses ainda pertence ao território do atual município de Timbó. As mudanças ocorreram durante a década de 1930 e 1940 quando se desenrolaram vários processos de municipalização/emancipação de localidades por conta de disputas políticas durante o período varguista.



Instrumentos líticos encontrados em regiões do interior de Timbó por agricultores no trato da terra para as plantações. Acervo: Arquivo Público Professor Gelindo Sebastião Buzzi

O fato desse tipo de material ser encontrado mais frequentemente nas regiões dos bairros de Tirolezes e Mulde pode indicar que esses eram locais de maior permanência. Além disso, o fato que não estarem tão profundas, sendo facilmente encontradas até mesmo com enxada indica que a presença desses dos grupos Laklãnõ/Xokleng era comum nessa região.



O mapa de cima é a localização geográfica do atual bairro Tirolenses, e o mapa abaixo é a localização do bairro Mulde. Ambos os bairros atualmente são bairros limítrofes. Tirolenses faz divisa com o Município de Rio dos Cedros e o Bairro Mulde com Indaial. Esses dois locais ainda possuem presença de atividade de agricultura familiar. Locais onde materiais líticos foram encontrados. Fonte: [https://earth.google.com/web/search/mulde+timb% c3% b3/ @ -26.85407353,-49.21982926,147.54089792a,10292.36863279d,35y,0.00000001h,44.10966639t,0r/data=CncaTRJHCiUweDk0ZGVmZDBiMWQ1NTkwNTc6MHhmNTYwNjM1MDk4NGRkZDhlGb5yc-CL3TrAIRAS6iZnUjAKgxtDwXkZSB0aW1w7MYASABiYKJA1xc909Zcg6wBFizV7tQtg6wBlm07Wjw5hIwCF8UdYE5KtIwA](https://earth.google.com/web/search/mulde+timb%C3%B3/@-26.85407353,-49.21982926,147.54089792a,10292.36863279d,35y,0.00000001h,44.10966639t,0r/data=CncaTRJHCiUweDk0ZGVmZDBiMWQ1NTkwNTc6MHhmNTYwNjM1MDk4NGRkZDhlGb5yc-CL3TrAIRAS6iZnUjAKgxtDwXkZSB0aW1w7MYASABiYKJA1xc909Zcg6wBFizV7tQtg6wBlm07Wjw5hIwCF8UdYE5KtIwA)



Ponta de Flecha encontrada na agrofloresta de Gabriel Weiss Rocalho em dezembro de 2019, no bairro Mulde, na localidade de Mulde Baixa. Fotografia: Daniel Koepsel

Portanto todas essas análises em se tratando de uma pesquisa sobre o ensino de história nas séries iniciais e juntamente com a análise das apostilas percebe-se que é muito necessária uma problematização sobre o tema também amparado na lei nº 11.645/2008 “ [...] que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” (BRASIL, 2008). Diante dessa lei, o ensino de história desses grupos está contemplado no ensino de história local nas séries iniciais no município de Timbó?

Apesar de citados brevemente a pesquisa mostrou que não, visto que, a história dos Laklãnõ/Xokleng não passa de breves relatos que pouco os colocam como protagonistas de um processo histórico do qual faziam e fazem parte. Por isso, é importante analisar os pontos importantes da lei nº 11645/200 que aponta as seguintes questões:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.  
 § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras." (BRASIL. Lei **11.645/08** de 10 de Março de **2008**)

Portanto, a lei 11.645 /2008 dá uma nova redação a Lei de Diretrizes Básicas da Educação, que estabelece o ensino de história e Cultura-Brasileira e indígena no ensino fundamental e médio dos sistemas de ensino público e particular, contudo, não é muito é enfática na sua execução, logo, uma lei inicialmente não garante a efetividade do ensino dessas etnias.

Considerando já antecipadamente essa questão, essa mesma lei pode se tornar aquilo que o professor e doutor Clovis Antônio Brighenti chamou de “letra morta” (2016.p.231), por se tratar apenas de um ato normativo devido a não aplicação efetiva da mesma.

Esse problema também ocorre porque a temática indígena na sala de aula ainda está relacionada a um imaginário positivista pelo qual qualquer cultura que não fosse letrada e nos moldes europeus de sociedade estariam fadados a desaparecer. Tão logo, qualquer expressão cultural que não fosse a dos moldes ocidentais europeus estaria relegada ao atraso, e, seu ensino assume em muitos casos um caráter folclórico e estagnado no século XIX. Na

visão de Brighenti “essa perspectiva foi intencionalmente criada a fim de justificar o esbulho das terras indígenas, fato que ocorre até o tempo presente. ” (2019, p.232). Dentro desse contexto, a lei 11.645/2008 se propunha superar e eliminar as desigualdades socioculturais e segregações raciais tão evidenciadas através do racismo estrutural tão presente no país. Entretanto, ela é ineficaz se não for inserida de fato nos currículos escolares.

Ao analisar as apostilas de 2017 e 2019 percebe-se que a história indígena já inserida no currículo pela lei acima citada não passa de uma simples menção sobre a presença indígena na região corroborando a tese de Brighenti de que a lei pode tornar-se uma “letra morta”. Contudo, a análise do material entre o recorte temporal de 2017 e 2019 mostrou que ocorreu uma espécie de atualização no discurso acerca dos indígenas ainda que muito tímida, e que veremos mais analiticamente um pouco mais a frente. Mas, vale lembrar que não analisamos a prática dos professores em sala de aula, sobre a sua atuação no ensino dos povos originários, logo, as conclusões aqui são feitas a partir da apostila que é um importante norteador do ensino de história na cidade de Timbó.

Além dessas considerações, não temos clareza de como a rede municipal trata as formações sobre essa temática, ressaltando que vale lembrar que temas como de colonialidade são abordagens já presentes nas graduações e pós graduações das Ciências Humanas, mas, difícil de mensurar como isso ocorre na formação de pedagogas e pedagogos, bem como, em suas formações continuadas promovida por redes locais de ensino como é o caso de Timbó. Diante disso, percebe-se a importância que o historiador tem em contribuir com essa fase do ensino.

O historiador que estuda a história local é alguém que caminha pela estrada que tão bem conhece, e por isso, desconfia das evidências que enxerga. O historiador do local sabe que a “a força da estrada é uma se alguém anda por ela, outra se se sobrevoa de aeroplano (...) quem voa vê apenas como a estrada se insinuava através da paisagem [...] somente quem anda pela estrada experimenta algo de seu domínio. (BENJAMIN, 1987, p. 16). Logo, para os historiadores do local não basta sobrevoar a estrada como fez Ícaro por sobre o labirinto de Dédalo, cuja a visão é ampla e, ao mesmo tempo, restrita, o historiador do local sabe que a estrada se insinua seguindo as leis do terreno que a envolve e precisa também conhecer o estreito do labirinto vendo-o do chão. <sup>19</sup>

Mas a questão do imaginário indígena positivista que é percebido no ensino de história é também presente nas representações da cidade. Um olhar detido sobre a cidade

---

<sup>19</sup> Metáfora já idealizada por Certeau adaptada ao presente trabalho. CERTEAU, 1994.p.170

demonstra a quase pela invisibilidade de monumentos, ou locais de memória presentes no escopo da cidade de Timbó. Praças, monumentos, nomes de locais e ruas expressam majoritariamente a memória de uma colonização europeia, ou nomina empresários, nome de países, e heróis pátrios.

A cidade passa por um processo de construção que é concreto e físico, mas, também é uma invenção imagética. Desse modo a composição da cidade concreta e imaginada fica na afirmação da identidade de uma nação “nova” que constantemente precisa se reafirmar através dos nomes e marcação dos lugares propondo uma desterritorialidade dos povos indígenas e uma reterritorialidade<sup>20</sup> do imigrante em solo brasileiro como uma Europa revivida. Assim a construção da cidade concreta e imaginada primeiramente passa a excluir do território a referência de povos anteriores, minimizando sua importância histórica, para exaltar o sucesso da nova ocupação. É o que Little chama de “migração colonizadora” em que ocorre um esforço para a construção de uma memória coletiva que é também espacial. Esse tipo de migração apontada pelo pesquisador é percebida na história oficial da cidade de Timbó em que “ (...) as memórias pioneiras e as práticas agrárias são exaltadas, às custas das memórias espaciais dos habitantes originários da região” (LITTLE, 1994,p 13), realidade tão presente em quase toda historiografia positivista das américas em que o povos indígenas com suas práticas culturais são negadas, aviltadas e folclorizadas.

Em vista disso, caminhar pela cidade não é só reconhecer, mas também um desconhecer das práticas cotidianas, que Siman chama de “a oportunidade de se perderem na cidade” (2008, p.242) Assim, é possível em parte descentrar de um discurso patrimonial já estabelecido, e permite que os estudantes vejam outros patrimônios e memórias a partir de um novo olhar.

Na tentativa de compreender um pouco essa relação imbricada entre o ensino de história a partir de textos já consagrados na história local e a cidade concreta e imaginada debrucei-me sobre dois aspectos de análise. Um quantitativo e outro qualitativo sobre a questão dos povos originários, ressaltando que o quantitativo não deve ser analisado isoladamente porque se incorre no risco de concluir que uma grande quantidade de menções e citações encerram os problemas de uma memória baseada em uma história positivista.

---

<sup>20</sup> Para o antropólogo Paul E. Little a desterritorialização vem acompanhada de novas experiências que criam novas apropriações que levam a novos padrões e experiências sobre o espaço, ou acompanhada de novas experiências de espaço e tempo”(1994,p.4). Já o conceito de reterritorialidade é refletida como o processo vivido e que foi incorporado à sua memória como se fosse uma territorialidade originária. (LITTLE, Paul E. Espaço, memória e migração: por uma teoria da reterritorialização. Textos de História, Brasília v.2, n.4, p. 5-25, 1994.

Iniciei a análise quantitativa com o livro do professor Gelindo Sebastião Buzzi que ficou encarregado pela escrita e organização do livro do Centenário de Timbó no ano de 1969. Nessa obra a referência a memória e a história Xokleng é referenciada em 3 páginas a partir de transcrições de documentos do século XIX da Colônia Blumenau, além dos textos, existem duas fotos, uma delas que em sua legenda consta: representante dos indígenas que habitavam a região, e a outra foto é de indígenas junto aos imigrantes alemães, com a legenda “FREDERICO DONNER, entre índios” (BUZZI,1969,p.45). Essas narrativas estão inseridas em um universo de 186 páginas do referido livro, tão logo, ocupam um pequeno espaço da narrativa histórica de Timbó.

Outra importante obra que compõe a narrativa histórica da cidade de Timbó é a Crônica da Comunidade Evangélica de Timbó em 1969. Essa obra que tem um foco muito ligado a memória religiosa da comunidade luterana na cidade de Timbó, sendo que a mesma não faz nenhuma menção aos moradores originários. Mas, em 2008 a obra da Crônica da Comunidade Evangélica foi reeditada e acrescida de novos temas. A obra em sua nova versão conta com 277 páginas e destinou em seu tópico 59 “Conflitos entre imigrantes e índios”. Nesse tópico o autor destaca quatro páginas narrando o contato branco com os povos originários e uma possível solução a partir de uma carta redigida por um pastor para um jornal catarinense de língua alemã. Na visão do pastor Wilhelm Hägeholz a solução para a ocupação do Alto Vale estaria em:

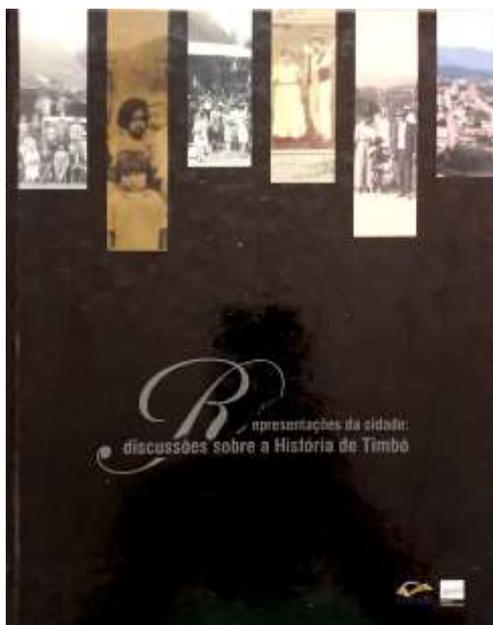
“Não, Não vamos para lá com a guerra, com armas de fogo espadas, mas vamos levar-lhes amor e vida. Vamos ajuda-los a experimentar vida plena – vamos cristianizá-los. [...] Eles também são criaturas de Deus e foram criados à imagem de Deus. Além disso, eles são os primeiros habitantes dessas terras e, só isso, do ponto de vista do direito dos povos, já mostra como eles foram injustiçados. Querer exterminar esses remanescentes, seria algo bárbaro. Isso já aconteceu em outros lugares, em outras épocas. Vamos salvar o que ainda pode ser salvo! [...] Para concretizar essa ação missionária precisamos das os seguintes passos: 1) Muita oração. 2) Fundar sociedades missionárias nas principais comunidades evangélicas do Brasil. [...]. Esses missionários terão que aprender a língua dos botocudos e familiarizar-se com os seus costumes. Isso é viável através de bugres mansos que já vivem entre os brancos<sup>21</sup>” (WEINGARTNER, 2008.p. 120-121).

---

<sup>21</sup> Texto traduzido por Nelso Weingartner e originalmente publicado no Jornal **Sonntagsblatt für die Evangelischen Gemeinden in Santa Catarina**. 12/11/1899.

No caso do pastor Nelso Weingartner, o acréscimo desse tema na narrativa histórica da comunidade religiosa marca uma espécie de adaptação que atualiza a narrativa. E seu fragmento acaba por mostrar uma questão como uma ideia de garantir a segurança e o progresso da colonização. Entretanto, essa ideia não era nova, ou seja, ainda que desacreditada em 1868 o capuchinho Frei Estevão de Vincença solicitou recursos para a catequese. (WITTMANN, 2005.p.32)

Prosseguindo com a análise da escrita da história do município de Timbó foi analisada a obra *Representações da cidade: discussões sobre a história de Timbó* publicada em 2008. Esse livro escrito por historiadores, foi financiado pela Fundação Cultural de Timbó com leis de incentivo à cultura. A temática dos povos originários foi contemplada em 18 páginas no capítulo 3, tomando por base que toda a obra está escrita em 358 páginas. A temática indígena foi enriquecida com ilustrações, todo o capítulo contou com 14 fotos em



A Capa do livro *Representações da cidade: discussões sobre a história de Timbó*, traz em sua capa a presença indígena representada na figura de crianças indígenas capturadas e já inseridas dentro da cultura do não índio. Uma realidade comum e parte dos debates sobre a política indigenista do Vale do Itajaí.

que os indígenas e elementos de sua cultura foram apresentadas sem a participação de brancos, entretanto, não sem sua intervenção por de trás das lentes. Além disso, inseriu crianças indígenas em um recorte fotográfico na capa.

Outras imagens também selecionadas pelos autores deixam evidente que existe uma intenção de apresentar a elementos da cultura Laklãnõ/Xokleng, contudo, as imagens sempre remetem a visão de sua cultura inserida em um passado idílico já estático. O texto escrito faz referências ao processo de contato e choque, além disso, explicita várias ações dos

governos e dos colonizadores, assim como, refere-se à criação de órgãos de proteção e analisa criticamente a política indigenista. Entretanto, ainda carece de uma análise que pense o indígena como agentes de sua própria história e de suas escolhas. Portanto, “as sociedades indígenas pensaram o que lhes acontecia em seus próprios termos, reconstruíram uma história do mundo em que elas pesavam e em que suas escolhas tinham consequências”. (CUNHA, 1992.p.19)

Após analisar quantitativamente produções historicamente consagradas da historiografia de Timbó, é importante voltar as apostilas de 2017 e 2019 que é um material norteador do ensino de história local da cidade de Timbó. A referência a cultura indígena nas duas apostilas difere bastante, enquanto que na apostila de 2017 que possui 55 páginas de conteúdo, a única menção aos indígenas é feita em menos de um parágrafo informando que “a região que hoje delimita os municípios de Timbó, Rio dos Cedros, Rodeio, Benedito Novo e Doutor Pedrinho era local de passagem para os Kaingang e Xokleng, tribos nômades, sem território fixo” (BERTRAM, 2017.p. 20). Já a apostila de 2019 produzida nas festividades dos 150 anos de Timbó, dedicou 3 páginas a questão indígena, insere uma foto dos indígenas junto com imigrantes e acrescenta um mapa já explicitado acima com o território “histórico dos Xokleng.” (BERTRAM, 2019.p.41).

Feitas todas essas considerações quantitativas, é também preciso debruçar-se qualitativamente sobre essas produções. Compreender se essas publicações trazem contribuições para o ensino de história dos povos originários de acordo com a lei nº11.645/2008, ou se, as menções ou a falta delas apenas constituem aquilo que Brighenti já citado acima chamou de letra morta.

Mas a análise qualitativa já mostra os indícios das fragilidades sobre a temática indígena na cidade de Timbó, todas as obras tratam da história indígena a partir do encontro com o branco, tão logo, uma visão bastante eurocentrada. Além disso, as narrativas estabelecem o foco somente na relação de conflito. Gelindo Buzzi em 1969 compila documentos que denomina “ainda sobre os índios”, assim, em duas páginas ele faz um conjunto de recortes afirmando que “o Dr. Blumenau, profundamente preocupado com as várias incursões dos índios, apela para o Governo, pedindo reforços, batedores do mato, para afugentar índios que atemorizam os colonos” (BUZZI, 1969, p.31). Entretanto, estes grupos [batedores do mato] agiram em diversos locais da província e não tinham intenção de realizar

um contato pacífico com os índios. O objetivo mais comum era a sua dizimação, com exceção do grupo liderado por Friedrich Deeke em Blumenau. (WITTMANN, 2005, p.33)

Entretanto, outras fontes mostram também que outras estratégias eram utilizadas, conforme cita Gelindo Sebastião Buzzi ao descrever a biografia de Frederico Donner informa que “nos primeiros tempos era muito observado pelos índios que abundavam pelas barrancas dos rios; contudo Frederico não os molestou, tratando, ao contrário, de cativá-los através de presentes tais como espelhos” (BUZZI, 1969.p.41). Tão logo, a prática de deixar presentes era de fato comum no Vale do Itajaí, entretanto, vale lembrar que os itens que mais poderiam interessar os indígenas eram objetos como o ferro e tecidos.

O interesse pelo ferro deu-se como uma importante adaptação tecnológica para as pontas de flecha. De acordo com Paula as pontas de flecha eram utilizadas para a guerra. (1924, p.123)

Essas importantes adaptações passaram despercebidas pelo olhar dessa obra, e assim, a narrativa evoca sempre a ideia de uma cultura estanque e atrasada. Assoma-se a essa narrativa outras como a utilização de termos como “selvagem” e “bugres” ambos pejorativos e que são utilizados sem qualquer problematização. Alguma referência a cultura indígena é apenas referenciada partindo de relatórios de perseguição quando o imigrante se refere a alimentação ou a assentamentos temporários nas regiões dos rios Benedito e Cedro. Em um relatório de 29 de março de 1878 que fazia referência a uma expedição em perseguição aos indígenas em resposta ao “ataque” que um grupo Laklãnõ/Xokleng realizou no caminho de Tiroleses o relatório evidencia o costume alimentar dos indígenas:

[...] depois de quatro dias de marcha encontramos uma pista – um lugar onde os bugres, possivelmente há uma três semanas, mais ou menos, abateram uma anta, carregando a carne em direção norte.” (BUZZI,1969, p.35).

Portanto, percebe-se a partir do excerto um hábito alimentar indígena, lembrando que a caça desses animais também era praticada pelos batedores do mato ou bugreiros. Outra questão a ser problematizada é que em nenhum momento a obra preocupa-se em problematizar termos como bugre, ou então, detalhar questões sobre autodenominação do Laklãnõ/Xokleng.<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> De acordo com Lays Cruz Conceição “em geral os pesquisadores nativos e *zug [não índio]*, apresentam os nomes Laklãnõ e Xokleng juntos: o primeiro pela força que adquiriu através das pesquisas e debates na

Retomando a análise da Crônica da Comunidade Evangélica de 1969, que em sua primeira edição não faz nenhuma menção a questão indígena, o trabalho está todo centrado na questão da formação da comunidade em torno de atas e documentos em língua alemã traduzidos para o português. Já na publicação de 2008, o pastor Nelso Weingartner muda bastante a abordagem da obra. A narrativa segue com os recortes de atas e documentos, mas inova ao contextualizar a questão da imigração. Além disso, a obra passa a ser intitulada como “História da Comunidade Evangélica de Timbó”. A questão indígena também passa a ser agora colocada em pauta.

A História da Comunidade Evangélica em sua narrativa também parte do ponto do contato com a imigração germânica, ignora qualquer relação cultural dos indígenas. A obra assume a responsabilidade sobre as mortes dos indígenas, inclusive os qualifica como os “donos” da terra, reforça a questão dos bugreiros, mas minimiza a violência em vários trechos do texto. A minimização das atrocidades são percebidas no texto quando o autor afirma que os imigrantes não sabiam que “essas terras já tinham dono.” (WEINGARTNER, 2008, p.119)

Em seu relato sobre a disputa por terras no Vale do Itajaí assim relata:

Iniciou a colonização e quando os índios chegaram aos seus tradicionais locais de caça, pesca e colheita de frutas, os mesmos estavam ocupados pelos imigrantes. Eles faziam muito barulho e com isso queriam sinalizar: essa região é nossa. Os imigrantes tinham a escritura da terra e viam os índios como invasores e os expulsavam com armas de fogo. Os índios revidavam com suas flechas. Nesses confrontos morreram muitos índios e também muitos imigrantes. (WEINGARTNER, 2008, p.119)

Um pouco mais adiante no excerto acima Nelso Weingartner ainda tira de contexto o papel do imigrante em relação às mortes indígenas, transferindo a responsabilidade dos imigrantes para o Governo do Estado que “mandou bugreiros, que eram verdadeiros caçadores de índios” (WEINGARTNER, 2008.p.119-120). Entretanto, para além disso, o excerto apresenta questões que precisam ser analisadas, visto que, inferiorizam os nativos Laklãnõ/Xokleng.

O pastor ao aludir que os indígenas faziam muito barulho e com isso sinalizavam seu direito de posse a terra, subtrai a ideia de idioma e de comunicação indígena. Passa a

---

comunidade e o segundo por ser o nome com qual estão conectadas a maior parte das pesquisas realizadas até hoje” (2020.p.21)

corroborar a ideia de selvagem nos termos de um animal na floresta incapaz de se comunicar pelo viés do uso de uma língua própria e inteligível.

Além desse posicionamento preconceituoso, Weingartner minimiza as mortes indígenas, visto que, as estatísticas mostram que a morte de indígenas em toda a história brasileira é muito maior que a morte de brancos decorrentes desses conflitos no século XIX e XX. Esse tipo de argumentação assume um conjunto de intencionalidade que foram criadas a fim de justificar todo tipo de violência contra os povos originários inclusive no tempo presente. Essa visão é ainda reforçada pela ideia de posse de uma escritura, pela concepção jurídica dos brancos e sua concepção de território que no caso dos povos originários não estava amparada em documentos e papeis, mas sim, na significação do espaço de memória ligados à sua própria ancestralidade e, portanto, espaço de memória sagrados. (LITTLE, 1994,p.21)

Portanto, esse tipo de narrativa reitera a omissão do estado em aplicar legislação, gerando muitos preconceitos e visões equivocadas sobre os conhecimentos e a cultura indígena.

Esse tipo de abordagem feita por Nelso Weingartner , bem como, por Gelindo Sebastião Buzzi ambos em tempos de comemoração do centenário da cidade de Timbó, expõem a história da cultura indígena de maneira bastante genérica, um formato discursivo que tem grande aceitação porque não geram questionamentos, e potencialmente geram poucos elementos interpretativos de mudança, assim, não visibilizam outras formas de pensar temas como trabalho, territorialidade, religião colocando a cultura indígena numa espécie de limbo ou em um não lugar nas páginas de um livro.

Para o historiador Keith Thomas “o iluminismo europeu do século XVIII, fez-se da vitória do homem sobre outras espécies tema central. A verdadeira origem da sociedade humana, dizia-se, estava na associação dos homens para se defenderem das feras”. (THOMAS,1988, p.26). Nessa passagem de seu livro, Thomas discorre ainda sobre o esforço intelectual de separar os seres humanos dos animais, entretanto, mais adiante o autor reforça a tese de que esse tipo pensamento trouxe também consequências sobre a forma de ver povos não europeus e não cristãos, logo, referindo-se aos indígenas do novo mundo, ou seja, dos povos originários americanos.

Muitos eram os temas que tentavam criar diferenças entre o humano e os animais ou gerar elementos de subalternidade para povos distantes da Europa. A dificuldade de reconhecer culturas diferentes estava evidente em afirmações feitas por teólogos e filósofos

desde o século XVI, XVII e XVIII. Esses letrados afirmavam que um dos elementos essenciais que diferencia humanos e animais seria reconhecimento da propriedade privada nos moldes europeus. Além disso, alguns costumes, usos e práticas eram consideradas inferiores na visão dos ingleses, isso incluía hábitos corporais, e de manutenção da própria imagem como o tamanho dos cabelos, hábitos alimentares, e até nadar poderia ser considerado bestial. O historiador Galês ainda reforça que o ato de oferecer produtos, objetos aos indígenas americanos seria uma estratégia para “civilizá-los” e fazê-los cristãos. (THOMAS, 1988, p.36-46)

Entretanto, vale lembrar que as obras de história regional apresentam uma dificuldade em reconhecer a contribuição indígena, ou hábitos característicos do Brasil que garantiram a sobrevivência dos primeiros imigrantes. Relatos do uso de farinha de mandioca, ou mesmo da mandioca na alimentação é muito comum. Em um relato feito pelo imigrante Karl Kleine quando realizava trabalhos de reconhecimento das terras na região de Benedito e Cedros ele afirma que:

Os alimentos escassearam, enquanto era realizado o serviço na última linha (...) os porcos do mato eram escassos daquele lado, (...) os trabalhadores começaram a comer palmito e ficaram doentes. Esse fruto, quando cozido, é muito gostoso e não é prejudicial, mas ingerido cru e em grande quantidade provoca diarreia (...) (KLEINE, 2001.p.227)

Em outro momento da mesma viagem Kleine escreve:

Nos últimos dias tínhamos farinha, mas felizmente ainda havia uma boa porção de açúcar. Com folhas grandes, fazíamos um cartucho, colocávamos água quente, um pouco de farinha e bastante açúcar. Misturávamos tudo com o dedo ou com um caule de folha para, então, tomar esse caldo quente, ralo e muito doce. (KLEINE, 2001,p.228)

As duas passagens revelam que os imigrantes tiveram que ceder em muitos de seus valores entendidos como civilizados, para se adaptar à realidade da nova vida no Brasil. Portanto, a influência do contato com os povos originários da região foi crucial na formação e adaptação de várias práticas em território brasileiro.

Contudo, existe uma dificuldade em reconhecer a presença desses hábitos indígenas na cultura local. Isso pode ser percebido na organização da festa da cidade de Timbó que foi criada após o Centenário da cidade e, visava comemorar o aniversário da cidade de Timbó no âmbito das festas de outubro puxadas pela Oktoberfest. Em 1989 quando Timbó

comemorava 120 anos criou a “Maniokfest” em referência a festa da mandioca, ou seja, germanizando o termo. De acordo com Arno Gaulke, os organizadores da festa buscaram

[...] um componente que estava inserido no cotidiano dos agricultores locais, o aipim, inventando a “Maniokfest”, ou “Mandiokfest”. Nestas duas versões de grafia percebe-se uma vontade explícita de focar uma germanidade, pois os colonos da região a pronunciavam de acordo com o dialeto de origem dos seus antepassados nestas duas versões. (GAULKE, 2008,p.23)

A festa teve somente duas edições e posteriormente foi substituída pela Festa do Imigrante que tinha as mesmas bases comemorativas da colonização, mas incluía a etnia italiana, pouco citada anteriormente nos registros e no calendário de festas da cidade. Entretanto, a festa oferece os mesmos elementos identitários assim como a historiografia do período que negligencia elementos da cultura Laklãnõ Xokleng.

Entretanto, essa realidade também muda para os Laklãnõ Xokleng que da mesma forma enfrentam transformações na sua forma de gerir sua civilidade após o contato amistoso ou não com o europeu. Portanto, fazer uma análise problematizada desse choque cultural torna-se importante porque o imigrante alemão não é mais o mesmo de sua terra natal, e nem o indígena é o mesmo de antes do contato. Por isso, ao historiador da história local é preciso evitar generalização e banalização, bem como, a essencialização de uma cultura.

Em 2008 o livro Representações da Cidade: discussões sobre a história de Timbó é publicado na cidade. Não é um livro com características comemorativas como os livros de Gelindo Sebastião Buzzi e Nelso Weingartner, mas, ainda assim foi financiado com recurso da lei Rouanet através da Fundação Cultural de Timbó e pela Editora da Universidade Regional de Blumenau. O livro foi escrito por dois historiadores, Cristina Ferreira e Daniel Fabricio Koepsel, possuía uma grande equipe técnica de pesquisa, mas, ainda assim, foi uma obra publicada por uma autarquia municipal, tão logo, com interesses a memória oficial. A obra se propõe a problematizar a história de Timbó, contudo, já na apresentação da obra escrita pela Presidenta da Fundação Cultural de Timbó, a senhora Ivone Gumz afirma que a “restauração da memória histórica não apenas com documentos e sim com a constituição de acervos diretamente ligados à preservação do modo de vida dos habitantes da cidade” (FERREIRA, KOEPESEL, 2008, p.7). Portanto, trata-se também de escolhas daquilo que se deve lembrar ou esquecer, contudo, vale lembrar que a obra também assume um papel de contribuição para o ensino de história como material de apoio para professores e alunos.

Visto da perspectiva que esse não é só um livro de história regional, mas sim, um apoio ao ensino de história, como ele organiza o debate em torno da diversidade e da questão indígena? A abordagem quantitativa já nos deu alguns pequenos indícios, mas, como isso pode ser analisado qualitativamente?

Inicialmente quero ressaltar que a questão indígena inicia no terceiro capítulo, antes de se narrar a história indígena, no primeiro capítulo refere-se ao interesse na imigração estrangeira para o Brasil. No segundo capítulo refere-se ao olhar estrangeiros dos diversos viajantes europeus que por Santa Catarina passaram e que deixaram algum tipo de registro. Portanto, percebe-se que mais uma vez o ponto de partida da história é a ocupação e cultura europeia. Apesar disso, o capítulo busca reforçar a ideia de que o povo Laklãnõ Xokleng já habitava o território antes dos europeus, entretanto, sua narrativa teve como ponto de partida um olhar eurocêntrico.

Mas, ainda assim, a obra problematiza algumas questões importantes que podem muito bem ser utilizadas no ensino de História, especialmente quando explica termos como botocudo, Xokleng, Bugres. Portanto, a obra aponta que “nenhuma das denominações tem identificação tribal, mas sim, foram determinadas pelos brancos, [...] e cabe ressaltar que a origem do termo bugre deriva do fato de que os búlgaros, no sec. XII, foram considerados heréticos pela igreja católica, e o vocabulário passou a representar a ideia de inculto, não cristão, selvagem” (FERREIRA, KOEPSEL, 2008, p.49) Entretanto, Lays Cruz Conceição faz uma explicação mais detalhada sobre a explicação dos termos utilizados e da autodeterminação dos povos Laklãnõ/Xokleng, ou seja, existe um debate teórico e cultural ocorrendo a partir dos povos originários conforme podemos ver:

os Laklãnõ/Xokleng foram nomeados de diferentes formas desde seus primeiros contatos com os *zug*. Já foram chamados Kaingang (HENRY, 1941), Aweikoma (METRAUX, 1947), Botocudos (NAMEN, 1994) e Xokleng (COELHO DOS SANTOS, 1973), que tem sido o etnônimo mais usado por pesquisadores e também usado por eles. Nenhum destes nomes é uma autodenominação, o que tem sido debatido pelos mais velhos e pesquisadores nativos. Desde os anos 1990, Laklãnõ tem ganhado força política como autodenominação (GAKRAN, 2005).

Além do nome Laklãnõ, há outros que entram neste debate. *Angoiká* significa a *nossa gente* e se trata de um pronome que inclui todas as pessoas Laklãnõ/Xokleng e exclui os *zug*. Alguns mais velhos pensam em Botocudo como um bom nome, pois o botoque é o adorno labial característico deles. Também já ouvi de professoras indígenas que Vājěky seria um nome apropriado, já que eles são seus descendentes. Vājěky é a

liderança que conduziu o povo para fora da água no tempo da geração do mundo e do homem. Esta história foi analisada por Carl Gakran na pesquisa *Vãjěky Óg Goj Tá Kapó Jó – Os Vãjěky Saíram da Água: Apresentação, Tradução e Comentário* (2015). (2002.p.21)

Portanto, percebe-se que ainda que timidamente o livro já demonstra alguns debates e problematizações, relaciona o passado e a história da dizimação da população indígena. Logo,

não existem estatísticas precisas acerca da quantidade de indígenas assassinada pelos bugreiros, mas é possível afirmar que a proporção de brancos morta pelos indígenas foi infinitamente menor do que a ordem inversa, que dizimou sumariamente milhares de Xokleng em Santa Catarina (FERREIRA, KOEPEL, 2008,p.55)

Além disso, a obra debate a problemática das políticas indigenistas que culminaram com o aldeamento e a expropriação das terras indígenas por parte da sociedade europeia branca. No que tange as imagens o capítulo é bastante ilustrado, utiliza muitas imagens dos indígenas, algumas feitas em estúdio, além disso, mostra objetos utilizados pelos mesmos. Mostra também crianças indígenas que foram capturadas e educadas nos moldes brancos.



Crianças capturadas e educadas nos moldes brancos. Debates acirrados ocorriam na colônia Blumenau sobre o que de fazer com as crianças e mulheres indígenas capturadas, visto que, os homens adultos em sua maioria eram sumariamente mortos. “Em 1905, os bugreiros entregaram aos cuidados das freiras doze crianças e duas mulheres e, no ano seguinte, oito crianças e duas mulheres. As religiosas entendiam esta como uma árdua caridade. Pode-se inferir que, para elas, era difícil conviver com pessoas “pagãs” e “incivilizadas”. Entretanto, o paulatino aprendizado de regras “civilizadas” pelos índios proporcionava alegria, pois significava o sucesso da missão. (WITTMANN, 2005.p.84) Fonte: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva – Blumenau/SC

Entretanto, esse tipo de olhar não pode ser visto com tamanha ingenuidade e não pode passar despercebida, porque ela estabelece uma narrativa que suaviza os reais conflitos existentes entre brancos e povos originários, ou seja, esconde um conjunto de atos violentos praticados contra os povos indígenas. Atos esses que não estão relacionamos apenas a violência física, mas também, aos valores, costumes, religião, ou seja, da cultura de modo geral. Portanto, trata-se de um colonialismo que nos termos de Meneses e Santos trata-se de uma dominação que vai muito além porque é conhecida, é uma dominação epistemológica (2010, p.7)

Após analisar diferentes publicações o que há de comum nessas obras quanto a temática dos povos originários? As obras foram produzidas em tempos diferentes, com interesses diferentes, entretanto, as obras estabelecem discursos que foram incorporados na apostila de 2017 e 2019, e portanto, cria uma narrativa que privilegia a imigração germânica em detrimento a história indígena.

Percebe-se que que as três obras analisadas partem de um mesmo ponto comum que é contar a história indígena do ponto de vista do contato, portanto, sob o olhar da colonização europeia. Ainda que as obras cite os indígenas como primeiros moradores, donos da terra, a narrativa acaba por eximir parcialmente a responsabilidade europeia sobre a quantidade de mortes e outras violências contra os indígenas. Além disso, as obras deixam de referenciar criticamente o protagonismo da história indígena, acabam folclorizando a cultura e ao mesmo tempo desterritorializando indígenas através de um epistemicídio, ou seja, pela imposição de um saber branco, ocidental, europeu em detrimento dos saberes e conceitos indígenas. Importante perceber que, em maior ou menor escala o colonialismo está presente nos discursos que habitualmente minimizam as ações dos europeus residentes no Brasil contra os povos originários. Essa minimização ocorre quando se justifica as ações brancas por medo de ataques, pela ideia de progresso, pela banalização de uma ideia de território justificada por uma simplificação de um nomadismo, ou pela interpretação errônea de uma legenda em uma foto.

Esse tipo de abordagem também foi incorporada na apostila de 2017 e 2019, visto que, a história estabelecida parte de uma narrativa a partir do contato. Da mesma forma que a historiografia, as apostilas não debatem conceitos como o significado de território para a cultura indígena, minimiza conceitos como o de nomadismo e acaba por estabelecer ao indígena um não lugar. Esse não lugar se ampara em uma concepção jurídica dos imigrantes europeus brancos cujo documento é uma escritura, uma cerca, uma casa de alvenaria,

diferentemente desse julgamento, a concepção indígena de território não está amparada em documentos e papéis, mas sim, na significação do espaço de memória como algo sagrado (LITTLE, 1994.p.21).

Mas como resolver todas essas demandas e oferecer caminhos para essa problemática? Brighenti afirma que a sala de aula é o lugar privilegiado para estabelecer o diálogo dos saberes, porque, é o espaço em que a ciência se materializa e toma dimensão social (2019, p.249). Mas como dialogar com a multiplicidade de saberes, cosmovisões e estabelecer uma interlocução dos saberes indígenas com os conhecimentos ocidentais quando a historiografia e os materiais de apoio não estabelecem esse tipo de contraponto?

A resposta para essa pergunta demandaria muito mais tempo e espaço do que temos aqui para a execução dessa pesquisa. Mas uma das possibilidades para dar um passo inicial para esse problema no ensino de História de Timbó é a elaboração de uma história em quadrinhos privilegiando a presença e as lutas dos povos originários no passado e no presente. Uma história em quadrinho que possa fazer defeitos na memória supostamente harmônica do progresso germânico na região do Vale do Itajaí, ou seja, uma HQ que possa apresentar a agência histórica Laklãnõ/Xokleng. Dentro desse contexto a agência Laklãnõ/Xokleng está ligada as intervenções diretas feitas pelos povos originários para manter seu território e cultura. Na perspectiva de Giddens a agência é a capacidade dos atores históricos de realizarem ações, não como uma finalidade expressa, mas na capacidade de intervir causalmente “em uma cadeia de acontecimentos” alterado a sua realidade e as instituições vigentes. (GIDDENS, 1979, p. 54).

Uma história em quadrinhos que possa produzir um olhar sobre o protagonismo indígena ainda que escrito, roteirizado e desenhado pelo olhar de dois brancos, no caso, eu Daniel Fabricio Koepsel e o cartunista e músico Luiz Lenzi. Portanto, um grande esforço nesse trabalho é refletir e criar uma HQ que também dialogue com outras formas de pensar o tempo, ou seja, deixar compreendido que as memórias e as lembranças Laklãnõ/Xokleng não seguem uma ordem cronológica (passado → presente → futuro), pois segue um movimento de pensar que tem referências que independem desta ordem. (CUNHA, 2020.p.29).

Tão logo, no caso da história em quadrinhos da história de Timbó, em que o primeiro capítulo é a história Xokleng, optei por seguir a narrativa indo e voltando no tempo seguindo algumas referências nativas Laklãnõ/Xokleng como: no tempo da mata, no tempo da pacificação no tempo da barragem e no tempo dos direitos , entretanto, não se pode ver

essa relação temporal pelo mesmo viés do ensino de História tradicional como: passado presente e futuro, ele segue marcos e referências próprias da problematização do Laklãnô/Xokleng.

Na tentativa de problematizar a questão indígena alvo desse capítulo e também as demais narrativas históricas oficiais “os quadrinhos tornam-se assim bons recursos didáticos pelas oportunidades engendradas de seus temas e pelo envolvimento que possuímos com seus protagonistas, além de representarem outra modalidade comunicativa que não é a oral ou a escrita tradicional.” (BERTOLINO, 2017, p.13).

Mas por que uma história em quadrinhos, em se tratando de um material tão ocidental? A inspiração para essa resposta veio do trabalho de Lilia Moritz Schwarcz e do ilustrador Spacca que juntos realizaram a experiência de transpor períodos da História do Brasil para a linguagem das HQs, através da obra D. João Carioca: a corte portuguesa no Brasil. Esse foi um trabalho bem exaustivo de pesquisa histórica que narra através da história em quadrinhos a vinda ou fuga da família real portuguesa ao Brasil. A narrativa pelo viés de uma história em quadrinhos tornou essa temática histórica ainda mais atraente devido as especificidades estruturais de uma narrativa textual, com uso das imagens em uma relação sequencial. Portanto, uma HQ torna-se uma ótima ferramenta de ensino conforme já atesta Luis Fernando Cerri, que reitera que os quadrinhos possuem uma linguagem própria e, embora formas de representação gráfica como cartuns, caricaturas e afins possam possuir semelhanças, ele cita que os quadrinhos são uma linguagem que é repleta de especificidades estruturais, portanto, exercem uma relação com o ensino de história. (2006 p. 345). Fábio Aquino de Almeida vê a história em quadrinhos “como fonte documental ou recurso didático”. (ALMEIDA, 2017, p.17). Portanto, pode tornar-se uma ótima ferramenta de trabalho tanto para dar outra visibilidade as fontes e também para o ensino de história da cidade.

Além dessas considerações, Jonathan Costa ao analisar as HQs e sua aplicabilidade no ensino de História ressalta que as histórias em quadrinhos precisam ser compreendidas enquanto uma linguagem híbrida, que mescla imagem e texto de maneira sequencial que une elementos necessários formando um discurso coerente para quem utiliza que no caso dessa dissertação é o estudante do quarto ano. Mas além disso, a narrativa híbrida traz possibilidades de uma nova expressão estética e imagética, visto que, HQs obedecem a uma sequência coerente e que resulta no entendimento da narrativa. (2019, p.19).

Atualmente, as pesquisas históricas sobre as Histórias em quadrinhos e o ensino de história já são bastante comuns e ganham espaços em trabalhos de conclusão de cursos, bem como, ganhou espaço nas pós-graduações de mestrado. Contudo, vale ressaltar que comumente os trabalhos de pesquisa apropriam-se de HQs tradicionais como dos heróis da Marvel, ou então, de produções nacionalmente renomadas como a Turma da Mônica de Mauricio de Souza. Logo, suas análises diferem da intenção criar uma história em quadrinhos como mecanismo para uma outra narrativa da história local.

Para melhor compreender e aplicar uma história em quadrinhos como um produto de ensino, é preciso rapidamente compreender algumas nuances do trabalho que é chamado pela maioria dos pesquisadores como uma arte sequencial. “Quando falamos em “arte sequencial” temos que pensar na tentativa de um narrador comunicar algo (de uma simples ideia a uma história mais elaborada), através de imagens estáticas, que, quando dispostas lado a lado, criam uma sequência lógica, ou seja, possibilitam sua leitura e compreensão.” (MELO, 2012, p.16).

Considerando as várias pesquisas sobre a história das HQs eu não aprofundarei nessa pesquisa a questão histórica das HQs ao longo de tempo, sua origem e as mudanças narrativas que esse tipo de arte sequencial sofreu ao longo dos anos. Por isso, na análise das HQs optei por compreender melhor a definição de história em quadrinhos para posteriormente elaborar uma narrativa histórica junto a um cartunista. Tão logo, é preciso perceber que a história em quadrinhos:

é uma história contada em quadros (vinhetas), ou seja, por meio de imagens, com ou sem texto, embora na concepção geral o texto seja parte integrante do conjunto. Em outras palavras, é um sistema narrativo composto de dois meios de expressão distintos, o desenho e o texto.” (IANNONE, 1994, p. 22)

A grande aceitação do público em relação as histórias em quadrinhos e sua introdução no ensino trouxeram novas vertentes e abriram espaço para história em quadrinhos cujo olhar é também histórico a exemplo da historiadora Lilia Moritz Schwarcz. Mas também podemos citar exemplo a HQ Xingu e Povos Indígenas produzida por Sérgio Macedo, que de acordo com Professor Adjunto da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) Dr. Douglas Mota Xavier de Lima que analisou as obras acima, explica que houve uma preocupação em dar espaço para as falas e narrativas indígenas. Além disso, a obra

demonstra profunda pesquisa realizada pelo autor que esteve em contato direto com os indígenas no Mato Grosso. (2017.p. 156).

Exemplos de obras como Xingu e Povos Indígenas permitem que se rescreva a própria história do passado com um olhar com grupos rejeitados das narrativas históricas que são predominantemente contadas a partir do olhar colonizador como é o caso da história dos Laklãnõ Xokleng na região do Vale do Itajaí e na historiografia de Timbó.

Entretanto, a ideia de produzir uma história em quadrinhos sobre a história local no Vale do Itajaí não é uma ideia nova. O cartunista Alex Guenther com a pesquisa de Grazielle Avi Welter<sup>23</sup> publicaram uma história em quadrinho denominada “O Desbravador: a fundação da Colônia Blumenau”. A obra foi financiada com lei de incentivo estadual do Fundo Cultural do Estado de Santa Catarina e não é datada. A obra possui vinte e quatro páginas todas coloridas e tem como propósito contar a história do fundador Otto Hermann Blumenau. A narrativa segue na perspectiva de progresso da colônia Blumenau até tornar-se um município. Essa obra tornou-se peça importante dessa pesquisa, visto que a região de Timbó era um braço da colônia Blumenau, e portanto, contava com a presença dos povos originários, ou seja, os Laklãnõ Xokleng.

A obra segue muito a lógica de escrita de história já mencionada anteriormente em que os imigrantes estavam sujeitos a todo tipo de intempérie da natureza, presos a burocracias e tendo que se defender dos “ataques” promovidos pelos indígenas. Mas, por fim, a resiliência e a abnegação germânica estabeleceu uma sociedade próspera e progressista, de acordo com a visão do cartunista.

A passagem dos povos indígenas nessa história em quadrinhos mostra características folclóricas, estereotipada que colocam os indígenas em uma posição de selvageria e de subalternidade em relação a colonização europeia.

Alex Guenther não é historiador o que logo denuncia a forma como o quadrinho foi produzido. A obra possui um conjunto de preconceitos, generalizações que saltam aos olhos, desde as falas com elementos pejorativos bem como, pela descaracterização gráfica dos personagens e da imagem do indígena. Desde o início a história em quadrinhos aponta os indígenas como um empecilho a colonização conforme a narração e o diálogo respectivamente: “Dois meses depois surgem novos problemas” em seguida um homem loiro

---

<sup>23</sup> Sobre Grazielle Avi Welter existem poucas informações sobre sua contribuição na produção da história, bem como, de sua formação e atuação profissional. Portanto, é difícil compreender o grau de envolvimento na produção da HQ. Importante ressaltar que a HQ não tem ficha catalográfica, não possui data. As informações técnicas da produção da obra são bastante omissas.

de pele clara, vestindo um suspensório enquanto limpava sua espingarda afirma: “se os bugres vierem nos atacar estaremos prontos!” (GUENTHER, sd.p.12)

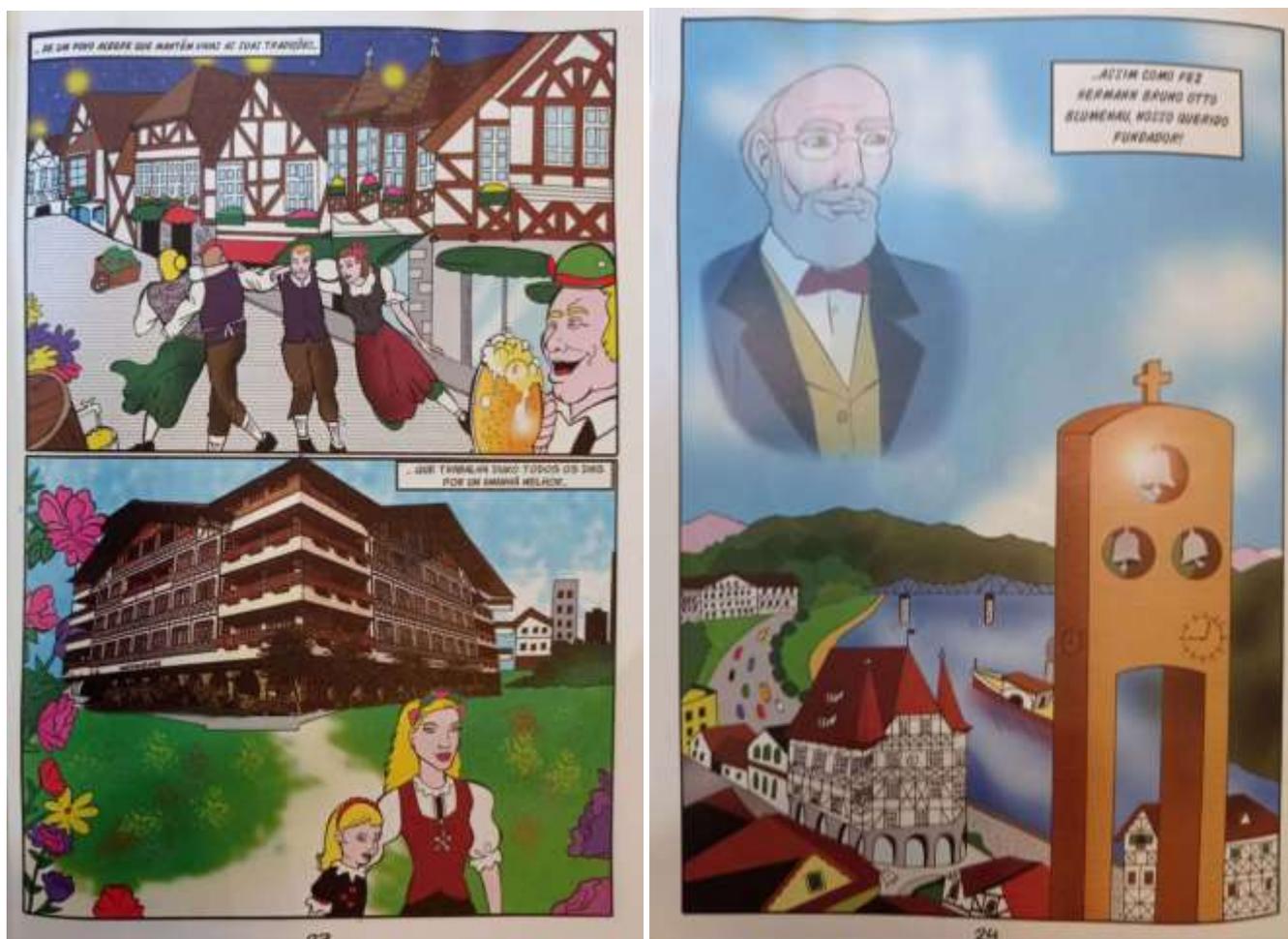
Guenther ainda estereotipa e coloca os indígenas em posição de subalternidade ao reproduzir sons que fazem referência à língua indígena ao utilizar o termo “unga, Unga” (s.d,p.12), ou quando mostra indígenas extremamente habilidosos ao subir e descer pelos caibros de uma casa que muito lembra uma choupana. Além disso, toda a cena é tratada em um ambiente hostil e de disputa, mas ao mesmo tempo a narrativa reforça a ideia de que os brancos não desejam causar mal algum. Tão logo, um dos personagens informa ao indígena que não deseja machucá-los e em outro quadro o imigrante afirma que eles são amigos e, portanto, o indígena deve se ausentar pacificamente.



O trabalho de Alex Guenther apresenta os indígenas com um estereótipo que muito lembra Tarzan, além disso, desqualifica a língua Laklãnõ/Xokleng ao generalizar termos como unga, unga para a linguagem oral dos indígenas.

Pontuar essas questões sobre a história em quadrinhos o Desbravador é importante porque as imagens não podem ser interpretadas como meras ilustrações, ou somente um

discurso ingênuo, as imagens “devem ser lidas como uma forma de linguagem capaz de manipular, dirigir ações e fazer compreender.” (COSTA, 2019, p.30). Tão logo, um material como este é carregado de estereótipos, racismo e preconceitos impondo uma visão

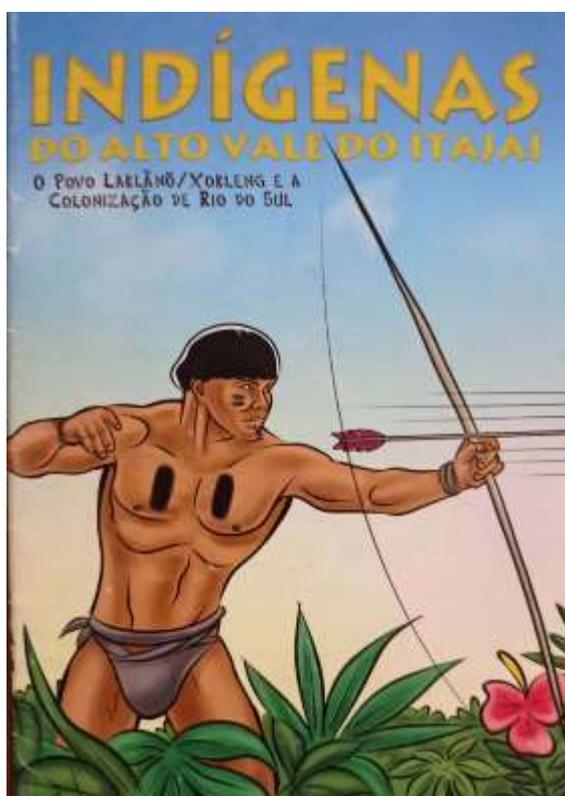


A exaltação da germanidade em detrimento de outras culturas locais ficam bastante evidentes e dão a tônica de todo o trabalho dessas HQ.

eurocentrada da história que coloca os povos originários como um impedimento a civilização. A importância de problematizar essa história em quadrinhos vem de encontro com aquilo que o professor Dr. Brighenti pontua ao afirmar que “alguns cenários evidenciam que muitas instituições de ensino, ao invés de agregarem os conhecimentos da cultura indígena, reproduzem as tensões resultantes do conflito latente em seu entorno (2019, p.235). E no caso da história em quadrinhos tem por objetivo ressaltar a figura de Dr. Blumenau como um líder que trabalhou arduamente para o progresso da cidade de Blumenau. Essa questão já fica evidenciada pela capa da HQ, mas também, nas páginas finais da obra quando refere-se a tradições e ao trabalho incansável de seu povo em busca do progresso como teria feito o fundador da cidade.

Outra HQ que faz uma referência aos indígenas Laklãnõ/Xokleng foi publicada na cidade de Rio do Sul localizada no Alto Vale do Itajaí, território que também fazia parte da colônia Blumenau. Essa obra difere muito da obra anterior, visto que, já possui uma ficha catalográfica, além disso, faz uma introdução inicial em que explica resumidamente a estrutura social e alguns hábitos indígenas.

A história tem como autora principal Catia Dagnoni que é graduada em História e Doutora em Desenvolvimento Regional, mas, a obra também tem a participação de Rodrigo Wartha, já a direção de arte e ilustrações contou novamente com o Alex Guenther, a obra teve a colaboração da Escola Indígena de Educação Básica Vanheçú Patté. A obra intitulada Indígenas do Alto Vale do Itajaí: o povo Laklãnõ Xokleng e a colonização de Rio do Sul inicia com indígenas em meio a mata, em uma caçada, percebe-se que houve um cuidado ao representar os indígenas, seus objetos e vestimentas, além disso, percebe-se notas de rodapé que fazem pequenas explicações sobre elementos culturais que poderiam causar estranheza a algum leitor. Além da cena de caça que passa por diálogos fictícios, existe uma preocupação em mostrar elementos culturais como a cerimônia de perfuração do lábio com o botoque, uma pequena peça de madeira colocada nos lábios dos jovens, e por isso, muitos europeus chamaram os indígenas de botocudos.



Na capa já existe e referência aos indígenas a partir da nomenclatura Laklãnõ/Xokleng

A história em quadrinhos também mostra a chegada dos europeus e a ocupação do território e problematiza brevemente que os indígenas foram perdendo seu território, além disso, mostra outras atrocidades feitas pelos brancos como a captura de crianças indígenas, e mostram os indígenas com mais altivez em defender o território que habitam.



As notas de rodapé na HQ é uma ferramenta potente para problematizar e contextualizar elementos culturais e até mesmo termos muito usuais e sua relação histórica. Descrição da nota de rodapé da HQ: O termo Xokleng, na língua do grupo designa “aranha que vive em taipas de pedra” e foi popularizado pelo trabalho do antropólogo Silvio Santos Coelho (1987). Já o termo Laklänö, por sua vez, significa “gente do sol”, “gente ligeira” ou “ovo que vive onde nasce o sol”. segundo Nambá Grakan (2005, p.14)

O trabalho de Catia Dagnono e Rodrigo Wartha foi de grande inspiração para a HQ produzida como produto educacional desta pesquisa. O trabalho Indígenas do Alto Vale do Itajaí contou com a participação de vários indígenas e com a participação da escola E.I.E.B.Vanhecu Patté da Terra Indígena Ibirama/SC. A HQ apresenta uma forte potência para o ensino de História em sala de aula, permitindo que o leitor possa compreender os elementos de agência indígena na manutenção de sua cultura ao longo da história.

Portanto, analisando a historiografia, os espaços da cidade, bem como, a apostila e considerando as experiências e análises das HQs escolhidas para serem analisadas por essa pesquisa nesse capítulo, percebe-se que as histórias em quadrinhos podem ser uma

importante ferramenta no ensino de história local, mas como qualquer texto ou imagem que que são leituras, precisam ser produzidos com bastante cuidado para não se tornarem elementos de um discurso de preconceito, de folclorização e subalternidade.



A história sequencial fomenta o protagonismo indígena na tomada de decisões, apresenta suas dúvidas e suas escolhas.

Tão logo, as HQs e seus elementos textuais, que assomado com aspectos visuais constituem-se também em um elemento verbal quando da leitura. “E assim como as palavras encadeadas compõem frases lógicas, as imagens nas HQs obedecem a uma sequência

coerente e que resulta no entendimento da narrativa. ” (COSTA, 2019, p.33). Dessa forma, o resultado final é uma narrativa, com componentes plurais que narram um passado.

### **3 – UM DEBATE ENTRE A HISTORIOGRAFIA E A HQ – “PRESENÇA LAKLÃNÕ/XOKLENG EM TIMBÓ – VALE DO ITAJAÍ.”**

A história em quadrinhos Presença Laklãnõ/Xokleng em Timbó – Vale do Itajaí veio de encontro com os resultados da pesquisa que analisou o ensino de história na cidade a partir das apostilas de ensino de História de Timbó dos anos de 2017 e 2019. Entre os anos de 2017 e 2019 a apostila passou por um incremento narrativo que também incorporou uma base bastante comemorativa, visto que, em 2019 a cidade de Timbó comemorou 150 anos de fundação da cidade.

A ideia de elaborar uma pesquisa sobre o ensino de História nas séries iniciais e produzir uma história em quadrinhos era a perspectiva inicial desse trabalho, visto que, a história em quadrinhos é uma potente ferramenta educacional narrativa para crianças do fundamental I que ainda estão em franco processo de letramento. Entretanto, é importante ressaltar que a temática dos Laklãnõ/Xokleng para esse trabalho de História em Quadrinhos (arte sequencial) não era evidente no início da pesquisa, foi a análise do material didático em contraponto com as diversas produções historiográficas da cidade de Timbó que direcionaram para essa temática. Acrescenta-se ainda as indicações dispostas na lei 11.645/2008, que estabelece o ensino de História e Cultura afro-Brasileira e indígena no ensino fundamental e médio dos sistemas de ensino público e particular, ou seja, um desafio para o ensino de história no sentido de trazer não um passado estanque e distante da realidade e dos enfrentamentos que esses grupos encaram historicamente.

O passo seguinte do trabalho foi construir uma parceria viável para a elaboração de uma história sequencial visto que não sou cartunista. Dentro desse contexto firmei uma importante parceria com o cartunista e músico Luiz Roberto Lenzi, um conhecido de anos. Luiz também é mestre em educação pela Universidade Regional de Blumenau (FURB)<sup>24</sup>, e

---

<sup>24</sup> Luiz Lenzi, Licenciado em Música pela Furb – Universidade Regional de Blumenau e mestre em Educação pela mesma instituição, atua como professor de música na área da regência instrumental em bandas e orquestras. No Médio Vale do Itajaí, desempenha a função de regente da Banda Municipal Professor João Müller, de Timbó, desde 2002 e regente da Orquestra da Furb desde 2010. Na área da educação musical, Lenzi coordena o Pro-Música, programa de bandas musicais nas escolas municipais de Timbó e professor de metais na escola de música da Fundação de Cultura e Turismo de Timbó. Mantém intercâmbio com bandas da Itália, Alemanha e Áustria e é colaborador da instituição “PeruBandas”, em Lima, no Perú, desde 2015. Na área das

após longas conversas e reuniões o trabalho começou a se delinear indo para o papel. A elaboração do produto educacional (história em quadrinhos) passou a ser feito a quatro mãos, eu na posição de historiador/professor elaborava o roteiro que dialogasse com o ensino de história, fornecia imagens, fotografias, documentos, e o cartunista Luiz Roberto Lenzi elaborava com maestria a parte gráfica.



Rascunho e testes para a construção inicial dos personagens da HQ

Feitas essas considerações sobre o caminho percorrido para a elaboração desse produto educacional, passo agora a contextualizar a história em quadrinhos (HQ) a partir de alguns contrapontos com a historiográfica e sua potência para ensino de história para a cidade de Timbó e o Vale do Itajaí, visto que, não se pode falar dos povos Laklãnõ/Xokleng sem perceber sua relevância para a história do Sul do país.

As histórias em quadrinhos apresentam uma linguagem muito singular que une formas distintas para se comunicar com o leitor, ou seja, ela une os desenhos e textos encadeados por um ordenamento lógico em quadros. Por isso, quando nos pensamentos no desenvolvimento de uma HQ é preciso atentar que ela é

[...] a tentativa de um narrador comunicar algo (de uma simples ideia a uma história mais elaborada), através de imagens estáticas, que, quando

---

artes gráficas, Lenzi atuou em mídias impressas como ilustrador e caricaturista, no Jornal do Médio Vale e O Correio do Povo, com cartoons, histórias em quadrinhos e charges. Estudou animação na Cartoon Internacional, de Buenos Aires, com o mestre Nèstor de Córdova e técnica à óleo com Egenolf Theilacker.

dispostas lado a lado, criam uma sequência lógica, ou seja, possibilitam sua leitura e compreensão. (MELO, 2012, p.16)

Eisner vê a História em Quadrinhos como uma “arte sequencial”, ela tem um roteiro e uma forma de comunicar o leitor. Essa arte sequencial têm uma estrutura, ou seja, “uma história tem um início, um fim, e uma linha de eventos colocados sobre uma estrutura que os mantêm juntos.” (2008, p. 13). Portanto, a arte sequencial que neste trabalho chamamos de HQ tem uma estrutura e uma intenção do que se quer narrar e como se deseja narrar.

Para Eisner uma HQ pode ser diagramada a partir de muitas variações entre o início e o fim, mas “a estrutura é útil como um guia para manter controle sobre a forma que se quer contar. (EISNER, 2005.p.13).



Estrutura da arte sequencial de acordo com Will Eisner (2005.p.13)

Na produção de uma HQ que está situada dentro de uma narrativa histórica, torna-se primordial pensar sobre sua estrutura, porque como já aponta COSTA, as HQs também são formas narrativas de se escrever sobre um passado. (2019.p.13). E quando ela se torna uma história que é contada a partir de um ordenamento, ela passa a ter uma intencionalidade em seu discurso.

Diante disso, as HQs não são simples relatos que unem desenho e texto, elas

“[...] transmitem conceitos, modos de vida, visões de mundo e até informações científicas. Trazem também temáticas facilmente compreendidas pelos estudantes. Utilizá-las na perspectiva do ensino possibilita alguns indicadores de aprendizagem, quais sejam: identificação, descrição, contextualização e interpretação – fundamentais para a construção de um senso crítico, permitindo ao educando compreender os diversos elementos em que a imagem apresenta. (COSTA, 2019, p.14)

Portanto, a HQ proposta como produto educacional para essa pesquisa orientou-se pela visão de Eisner para a formulação de uma narrativa intencional que pudesse problematizar e também tirar da invisibilidade a presença Laklãnõ/Xokleng na narrativa

histórica da cidade. Tão logo, nessa primeira parte do capítulo, farei um debate sobre a elaboração da história em quadrinho pensada a partir de pequenos contrapontos nas narrativas oficiais tão presentes na apostila de 2019 do ensino de História para as séries iniciais.

Assim a história se passa na perspectiva do tempo presente quando um jovem agricultor localiza uma ponta de flecha em meio a sua agrofloresta na região da Mulde<sup>25</sup>. Esse é o cenário de onde a história se inicia e por onde se conduz a narrativa que passa por tempos históricos entre um presente, um passado e um retorno ao tempo presente.



A cena inicial que é protagonizada pelo jovem agricultor ocorreu de fato. No dia 31 de dezembro de 2019 Gabriel Weiss Roncaglio encontrou em sua agrofloresta uma ponta de flecha indígena.

Na cidade de Timbó é comum relatos de agricultores que encontraram pontas de flechas indígenas em suas propriedades agrícolas, portanto, não é um episódio isolado. Em outras localidades que ainda mantém atividades agrícolas como no caso do bairro Tiroleses também já se encontrou pontas de flecha. Esse tipo de descoberta é importante porque coloca materialmente a presença dos povos originários na cidade de Timbó. A descoberta dessa ponta de flecha na Mulde serviu não só para levantar a problemática da presença indígena em Timbó, como também para elucidar a presença europeia nessa localidade, visto que como percebeu-se na análise da apostila de 2019 existe uma preponderância pela narrativa que evoca a cidade de Timbó a partir dos rios Bendito e Cedros, deixando menos evidente outras localidades como a Mulde, Tiroleses e Araponguinhas, todos bairros em Timbó.

<sup>25</sup> Mulde é um bairro da cidade de Timbó que faz divisa com a cidade de Indaial e Pomorode. A presença de atividade de agricultura familiar é muito comum na localidade.

Outro elemento importante na concepção da narrativa histórica da HQ foi a utilização de uns marcos temporais a partir de referenciais dos próprios Laklãnõ/Xokleng como o “o tempo dos direitos”, o “tempo da barragem”, o “ tempo do silenciamento” e o “tempo da mata”. Tão logo, a HQ inicia-se pelo “tempo dos direitos” e sua utilização refere-se aos debates e resistência dos Laklãnõ/Xokleng no tempo presente. O “tempo da barragem” refere-se aos anos posteriores a criação da Terra Indígena Ibirama-Laklãnõ, e que culminou com um novo golpe dos Zug/Branco<sup>26</sup> contra os Laklãnõ/Xokleng ao construírem a Barragem Norte. A construção dessa obra que não levou em conta os interesses indígenas gerou uma nova desagregação da vida do Laklãnõ/Xokleng que viram parte de suas terras inundadas. Além disso, novos problemas de enchentes surgiram em tempos de muita chuva, visto que, a barragem visava diminuir as cheias nas cidades do Alto Vale do Itajaí banhados pelo rio Itajaí-Açú, mas não protegeu as terras indígenas. A percepção Laklãnõ/Xokleng entre sua vida antes e depois da barragem “[...] sinaliza a percepção da passagem do tempo materializado na terra e na memória. ” (CONCEIÇÃO, 2020, p.53). Mas para além disso, também aponta para a sua agência enquanto protagonistas, a presença e a resistência desse povo no tempo presente não só na Terra Indígena Laklãnõ/Xokleng, mas como cidadãos que vivem nas cidades do Vale do Itajaí.



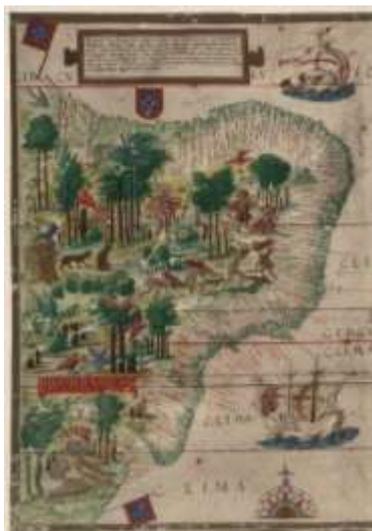
A narrativa da HQ reforça a presença Laklãnõ/Xokleng no tempo presente.

As passagens do tempo do direito e da barragem são muito importantes porque trazem à tona o debate mais recente e tão emergente sobre a questão das terras indígenas Laklãnõ/Xokleng, mas também, abre espaço para o ensino de história debater a questão dos povos originários como um todo, ou seja, como uma problemática brasileira. Portanto, é

<sup>26</sup> Zug: é um termo utilizado pelos pesquisadores indígenas e significa “estrangeiro e/ou inimigo”, mas também pode ser traduzido por “não-indígena”.(CONCEIÇÃO, 2019.p21)

preciso entender que na HQ o “autor imagina as cenas e as apresenta para o leitor, mas é o leitor quem dá movimento, voz e sons à história” (VERGUEIRO, 2018, p. 36). Tão logo, o leitor não é passivo, mas ele torna-se corresponsável pelo andamento da narrativa ao intercruciar as imagens narrativas na arte sequencial e sua própria leitura de mundo em que está inserido.

Outro elemento importante das HQs são os personagens que podem ser inseridos na narrativa a partir de estereótipos que podem ser facilmente reconhecidos pelo leitor, ou que podem despertar a curiosidade e a busca por similaridades. Na construção desta HQ foi feita uma busca documental e fotográfica. Fotografias e imagens já consagradas pela historiográfica permitiram a construção desse espaço imagem na elaboração da arte sequencial. A escolha dessas imagens pode permitir ao leitor não só o reconhecimento dos personagens, lugares, bem como, permitir a relação de protagonismo no curso da história dos povos originários.



A esquerda vê-se o mapa como o mapa *Terra Brasilis* que serviu de escopo para pensar presença indígena a partir de um suporte não indígena, o mapa. A forma de romper em parte com o suporte foi a utilização das nomenclaturas de origem dos povos originários mescladas a não indígena com menor destaque.

Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart395878/cart395878.html](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart395878/cart395878.html). Acesso em: 23 ago. 2021.



Cacique 'Camrém', líder dos Xokleng à época do contato com Eduardo Hoerhann. Acervo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS), da Fundação Cultural de Blumenau

A construção dos personagens feita a partir das imagens também permitiu um olhar atento sobre a indumentárias, instrumentos de manuseio, lanças, arcos e flechas, trazendo de forma lúdica hábitos do tempo da mata e da pacificação, que na HQ se entrelaçam temporalmente.

O tempo da mata é o período em que os Laklãnõ/Xokleng viviam em contato quase que exclusivamente com outros grupos indígenas como os Kaingang e Guaranis no território que atualmente compõem o Sul do Brasil. Nesse período eram seminômades porque não se fixavam de forma definitiva, em suas marchas seguiam um roteiro mais ou menos predefinido, visto que, eram exímios conhecedores do território e de seus recursos naturais exercendo pleno domínio. Viviam em grupos que poderiam chegar em até 300 membros, e nesse tempo os Laklãnõ/Xokleng viviam da coleta de frutos, vegetais, mel, com destaque para a semente do pinhão que compunha importante alimento de sua dieta.

Além da coleta, alimentava-se de larvas e também viviam da caça de animais. Pesquisadores como Lavina e Paula informam que os Laklãnõ/Xokleng ao localizarem o rastro de uma anta a seguiam com uma perícia inigualável surpreendendo a anta e flechando-a. Citam o interesse por muitos outros animais como macacos e diversas aves. (LAVINA, 1994.p.56)



Representação do tempo da mata, entretanto, a atividade de caça ocorreu também no tempo do silenciamento

Com a chegada dos imigrantes europeus, sua forma de viver sofreu mudanças abruptas que exigiram novas escolhas e adaptação à nova realidade. A experiência do contado passou por diferentes fases causando uma grande transformação no seu modo de vida, fazendo-os lutar constantemente por suas vidas, cultura e território, fazendo escolhas em seus próprios termos.



O interesse por instrumentos de ferro e tecidos levava muitos grupos a “assaltarem” as casas onde os imigrantes europeus viviam.

Portanto esse período de contato que gerou um confronto de vida e morte, resultando em um genocídio, e posteriormente em um processo de pacificação a partir da criação da terra indígena ficou conhecido como o “tempo da Pacificação ou do Silenciamento”.



Esse período é marcado por um processo de embate entre as duas partes, ataques eram recíprocos, entretanto não se pode relativizar as mortes indígenas que foram causadas pela violência dos bugreiros, bem como, das doenças advindas dos zugs/brancos. Pode-se afirmar sem incorrer no risco de errar que desde a ocupação portuguesa houve um genocídio que ainda está em curso no país.



Foto à direita mostra bugreiros que capturaram mulheres e crianças, essas mulheres e crianças eram deixadas junto a instituições religiosas e muitas crianças eram adotadas e criadas sob a cultura branca. Habitualmente os representantes homens dos povos originários eram todos cruelmente mortos. Imagem a esquerda representa a cena da captura adaptada para a HQ. Fonte: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

A HQ também abriu espaço para inserir outras localidades de Timbó onde houveram “ataques/assaltos” Laklãnõ/Xokleng. Um exemplo é a região da estrada de

Tirolezes, citada por Silvio Santos Coelho em que registra um ataque indígena em 24 de fevereiro de 1878.



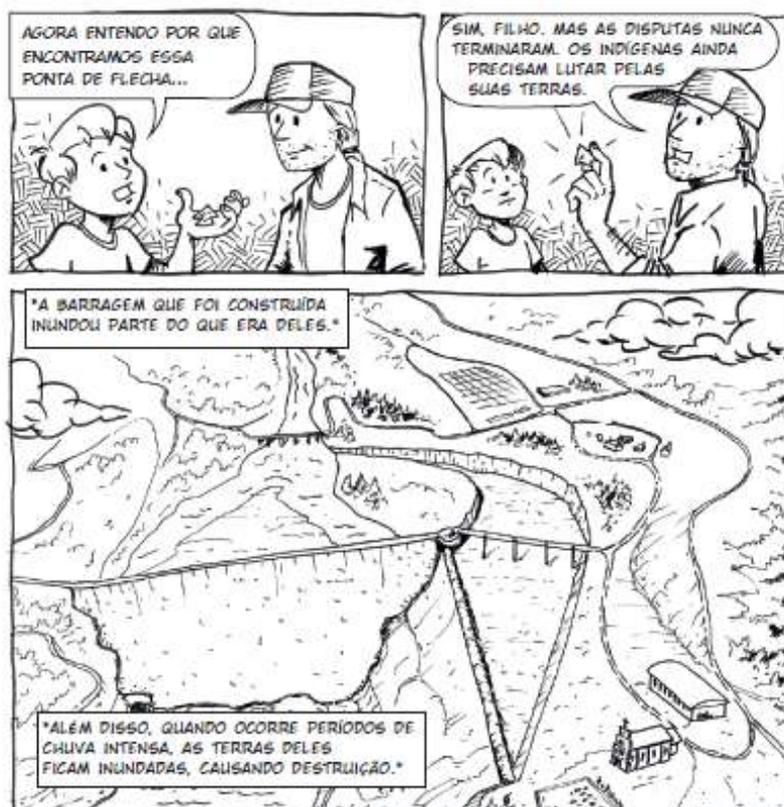
Os “ataques/assaltos eram frequentes em toda região do Vale do Itajaí, mas os resultados dos ataques e os interesses geralmente são negligenciados nos documentos, criando um imaginário violência extrema. Muitas vezes o interesse indígena estava em instrumentos de ferro ou mesmo tecido, e nesses casos, muitas vezes imigrantes e indígenas evitavam o confronto.

Portanto a análise dos ataques indígenas, associado às pesquisas já feitas por Silvio Coelho dos Santos, Luisa Tombini Wittmann, Lays Conceição possibilitaram um olhar mais

atento para a elaboração do roteiro da HQ, em que o protagonismo das escolhas indígenas também estivesse perceptível.

Dentro desse contexto a HQ no final retorna para a questão da barragem que de acordo com as narrativas de intelectuais indígenas passou a marcar uma nova relação com o tempo, mas também um campo de luta. Conforme pode-se perceber no relato abaixo em que os moradores da Terra Indígena Ibirama-Laklãnõ sofrem com a instalação da Barragem Norte. De acordo com Walderes Cocta Priprá de Almeida:

a construção da Barragem Norte dentro da TI (...), que foi construída para conter as enchentes das cidades do Alto e Médio Vale do Itajaí, mas quem sofre nos períodos de chuvas são os indígenas, que com as cheias tem suas Aldeias inundadas. Neste ano em agosto de 2014 os indígenas se mobilizaram em um grande manifesto em cima da barragem pedindo que o governo e os órgãos responsáveis pela barragem deem uma solução para os alagamentos nas áreas afetadas pelas cheias (Fig. 6), mas, até o momento ainda não foram atendidos. (2015, p.17)



O diálogo entre o pai e filho apresentam a problemática das lutas indígenas e seu protagonismo no tempo presente.

Portanto, apesar da HQ não aprofundar a questão da barragem na história, ela deixa elementos de um problema a ser aprofundada, visto que, as enchentes também são um problema recorrente na cidade de Timbó para o imigrante desde o início da colonização. Tão logo, elaborar uma HQ de “cunho histórico” é fruto um trabalho de pesquisa e questionamento em que existe uma preocupação com a “veracidade” daquilo que está sendo narrado, contudo, como também é o papel da pesquisa histórica, o autor da HQ precisa considerar que o leitor terá sua própria interação e apropriação com a arte sequencial. Tão logo, e em especial no ensino, a história tem uma função lúdica de brincar de sair do passado e tentar imaginar como viviam, como sentiam, como pensavam os humanos do passado (ALBUQUERQUE, Jr. 2012.p.31). Dentro dessa percepção de história ensinada, busca-se desenvolver o aluno-cidadão-crítico, aberto à História e consciente de sua participação nos acontecimentos atuais e que, em certo tempo, virará passado. (BITTENCOURT, 2005, p. 57). Por isso, estabelecemos o cuidado de evidenciar a atuação indígena como presença no passado e no presente a partir da problemática da construção da Barragem Norte.

Feita essa análise da história indígena nessa pesquisa e a elaboração de história em quadrinhos – Presença Laklãnõ/Xokleng em Timbó – Vale do Itajaí, esse capítulo ainda quer discutir o processo de modernização da cidade, e de como a memória indígena foi hora ocultada, hora evidenciada na cartografia da cidade.

Tão logo, apesar da pesquisa apontar para a problemática do ocultamento da cultura Laklãnõ/Xokleng na cidade de Timbó, esse processo foi fruto dos caminhos da modernização, da ocupação dos espaços da cidade, e também elaboração de uma história oficial baseada numa memória eurocentrada.

E considerando que a apostila de 2017 e 2019 foi a suscitadora desse olhar para essa pesquisa, tornou-se muito importante ainda explicar como a cidade de Timbó elaborou uma espécie de memória cartográfica homogênea deslocando a presença indígena como um importante personagem da história da cidade. Essa análise passa por caminhos que integram obras e serviços urbanos, denominação dos locais, documentos e decretos oficiais, bem como, a ocupação territorial da cidade durante o processo de assentando de imigrantes europeus a partir da Colônia Blumenau na bacia do Rio Itajaí-Açu.

### **3.1 – A construção de uma memória cartográfica homogênea para a cidade de Timbó.**

Em Timbó,

o viajante é convidado a visitar a cidade ao mesmo tempo em que observa uns velhos cartões-postais ilustrado que mostram como esta havia sido [...] para não decepcionar os habitantes, é necessário que o viajante louve a cidade dos cartões-postais e prefira a atual, tomando cuidado, porém, em conter seu pesar em relação às mudanças nos limites de regras bem precisas: reconhecendo que a magnificência e a prosperidade da [...] metrópole, se comparada com a velha provinciana, não restituem uma certa graça perdida, a qual, todavia, só agora pode ser apreciada através dos velhos cartões-postais, enquanto antes [...] não se via nada de grandioso (CALVINO,1990 .p.15)

O texto que atribuí a Timbó através da obra Cidades Invisíveis de Ítalo de Calvino é originalmente referido a Maurilia, cidade retratada pelo personagem Marco Polo ao grande Khan. Contudo, ela apresenta um *modus operandi* das comissões de festejos da Festa do Centenário da cidade de Timbó. Aqueles que fazem a festa, não somente se ocupam pelo embelezamento da cidade, mas constroem novas cartografias dela, estabelecem monumentos, aumentam os orçamentos públicos e estabelecem um pequeno passado a ser lembrando e um gigante passado a ser esquecido. Assim aqueles que fazem a festa, construtores de memória e do desenho da cidade física e imagética optam pela história que desejam contar, e para isso fazem escolhas daquilo que deve ser minimizado e interdito à memória.

A maior satisfação para os fazedores de festa é mostrar aquilo que a cidade se tornou para poder recordar com saudade distante daquilo que ela foi. Essa relação pode ser percebida na forma como a cidade se desenvolveu a partir de sua municipalização na década de 1930 e seu desenvolvimento nas décadas de 1950, e o estabelecimento de uma nova cartografia memorial em finais da década de 1960 quando ocorre os festejos do Centenário de Timbó.

Tão logo, é preciso perceber que em cartões postais, monumentos, quadros e nomes de ruas não fica bem o genocídio e a morte. Não obstante, a rejeição do quadro de Pedro Américo – Tiradentes Supliciado – visto que um herói em pedaços e esquartejado não fica bem. Portanto, não é diferente essa rejeição quando nos referimos a historiografia e com a cartografia da cidade que oculta a presença indígena como forma de evitar o debate sobre a questão indígena no passado e no presente.

A análise proposta nesse capítulo para uma nova cartografia da cidade se dá a partir de um recenseamento geral da cidade de 1936, que de acordo com os documentos foi conduzido a pedido da secretária municipal de educação, e seguirá com a comparação do crescimento da cidade a partir de decretos e ações do executivo que alteram ruas, estabelecem nomes e constroem em um tempo presente um novo passado.

Mas antes de analisar essa “nova cartografia” da cidade é preciso colocar em evidência a lógica de ocupação imigratória do século XIX em que a imigração europeia principalmente alemã e italiana ocorreu na cidade de Timbó inserida no contexto do Vale do Itajaí. Essa análise tem como pressuposto o mito fundador da cidade e sua relação com a construção de uma história oficial que forjadamente localizou o atual centro da cidade como o início da história a partir de 1869 em detrimento da presença indígena anterior na região.

Portanto, é a partir da confluência dos Rios Benedito e Cedros que se estabeleceu o local de Fundação da Cidade de Timbó em 1869. Esse marco geográfico é atualmente o centro da cidade de Timbó que apresenta restos de memória distribuídos em muitas migalhas de passado que já não podem mais ser reunidos em sua totalidade. Esse passado é um enorme jogo de quebra-cabeças já sem muitas dessas peças, mas aquilo que resta ainda nos mostra alguma reminiscência que nos permite ver uma ruína que não se pode mais restabelecer a sua originalidade, mas que deixa evidências de um discurso

Na cidade de Timbó as peças desse quebra-cabeças são seus monumentos, patrimônios históricos preservados, restaurantes, pontes, bandeirolas e paisagens que podem ser vistas como uma cadeia ordenada de memória, mas que, o anjo da história vê apenas uma catástrofe que acumula ruína sobre ruína dispersadas sobre nossos pés. (BENJAMIM, 1994,p.226).

Diante desse contexto, cabe ao historiador da história local tornar-se caminhante cujo corpo vai errante por ruas caminhos e vielas, e percebe que ‘a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando (...) não faz nada além de registrar nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes’ (CALVINO, 1990, p.18). O centro da cidade fala tudo de si, ao mesmo tempo que não fala nada, porque seus monumentos, nomes próprios precisam ser rememorados e enunciados para deixar embaixo dos paralelepípedos e concreto a história de violência e morte.

Portanto, o que se percebe é que tanto a historiografia como a constituição da cidade passa por esquecimentos, como um palimpsesto em que uma nova camada de história pode ser contata a partir de um passado glorioso e idílico. Entretanto, essa realidade pode ser percebida de maneira bem diferente quando se analisa algumas narrativas do século XIX.

Essa diferente realidade já fora comentada outrora por um antigo viajante chamado Karl Kleine, que ao referir ao rio Benedito próximo ao atual centro de Timbó afirmava: “certamente imaginava a vida na mata bem diferente, pois a mesma, ainda que em boas condições, sempre está ligada ao perigo e às dificuldades, e torna-se mais penosa para um iniciante do que para um mateiro experiente, [...] mosquitos e borrachudos que conseguiam

levar ao desespero os mateiros mais insensíveis. (KLEINE,2011,p.190) O relato do imigrante radicado agora na colônia Blumenau, mostra uma relação diferente com o rio daquela que estamos acostumados na atualidade.

A presença dos rios na geografia da cidade de Timbó se constituiu como um elemento importante, e, por isso, passou por reelaborações simbólicas principalmente na historiografia da cidade, e no discurso do mito fundante da cidade. Por outro lado, a medida que a cidade se desenvolveu o rio passou a ser visto como empecilho ao progresso, e também, grande vilão em tempos de enchentes, um fenômeno natural muito comum na cidade. Diante desse contexto, é possível afirmar que Timbó é uma cidade que deu as costas para os rios, passando a venerar as estradas de rodagem e a rua comercial.

Mas é importante perceber que esse é um processo histórico de construção dos usos e do espaço da cidade que podem ser historicamente analisados, tão logo, pode contribuir para o ensino de história de Timbó, visto que, em sua história oficial foi na “confluência dos rios Benedito e Cedros, na cidade de Timbó, foi estabelecido o primeiro comércio, cujo proprietário era o senhor Frederico Donner, imigrante alemão que foi denominado fundador da cidade [...]” (BERTRAM, 2019.p.37). Portanto, o rio é cenário do mito fundante da cidade de Timbó, não só na historiografia oficial da cidade como também na praça que no centro da cidade de Timbó possui um busto em homenagem ao fundador, e não tão distante o museu do imigrante cuja proposta é referendar a história da imigração como um todo, através de muitas peças manuais que faziam parte do acervo da família do fundador da cidade Frederico Donner.



Vista do centro da cidade de Timbó na confluência dos rios Benedito e Cedro, vê- a praça Frederico Donner, e o complexo turístico Jardim do imigrante e nela o museu do imigrante. De acordo com a historiografia esse é o recorte espacial que deu origem a cidade de Timbó em 1869

Foto: Google Earth: <https://earth.google.com/web/search/Timb%C3%B3/@-26.82646582,-49.27521327,68.42179722a,500d,35y,347.53842737h,0t,0r/data=CigiJgokCfhNOe5PUyrAEabHOXiIZirAGXooaidlIFLAlehmtioOJILA>



Busto em homenagem ao Fundador de Timbó – Frederico Donner – a praça passou por um recente processo de revitalização, mas o busto instalado em 1969 na festa do Centenário de Timbó foi mantido. Ao fundo foi construída uma casa em estilo enxaimel fazendo referência a técnica construtivista trazida da Alemanha no século XIX.

Foto Google Earth: <https://earth.google.com/web/search/Timb%C3%B3/@-26.82646582,-49.27521327,->

Entretanto, vale ressaltar que a ocupação da cidade de Timbó não ocorreu a partir da chegada de Friedrich Donner, pois foi anterior, a partir da Colônia Blumenau localizada na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-açú seguindo rio acima na direção ao sul da colônia. Portanto, pode-se afirmar que a ocupação dos lotes no século XIX pelos europeus seguiu margeando os rios partindo da Colônia Blumenau seguindo o rio acima. Logo, é possível

afirmar que a localidade da povoação de Timbó não foi inicialmente ocupada na região dos rios Benedito e Cedros, e sim, anteriormente na região do Ribeirão Mulde<sup>27</sup> que corta os atuais municípios de Timbó e Indaial.

Além disso, outra localidade deve aqui ser nominada como o início da ocupação europeia na cidade de Timbó. Trata-se da localidade denominada caminho de Arapongas e Araponguinhas que também é uma picada aberta que seguiu o ribeirão araponguinhas com a presença de muitos agricultores ainda hoje. Portanto, considerando o processo de ocupação da colônia Blumenau, essa região foi ocupada antes do que a região dos rios Benedito e Cedro no que se refere o centro da cidade de Timbó.

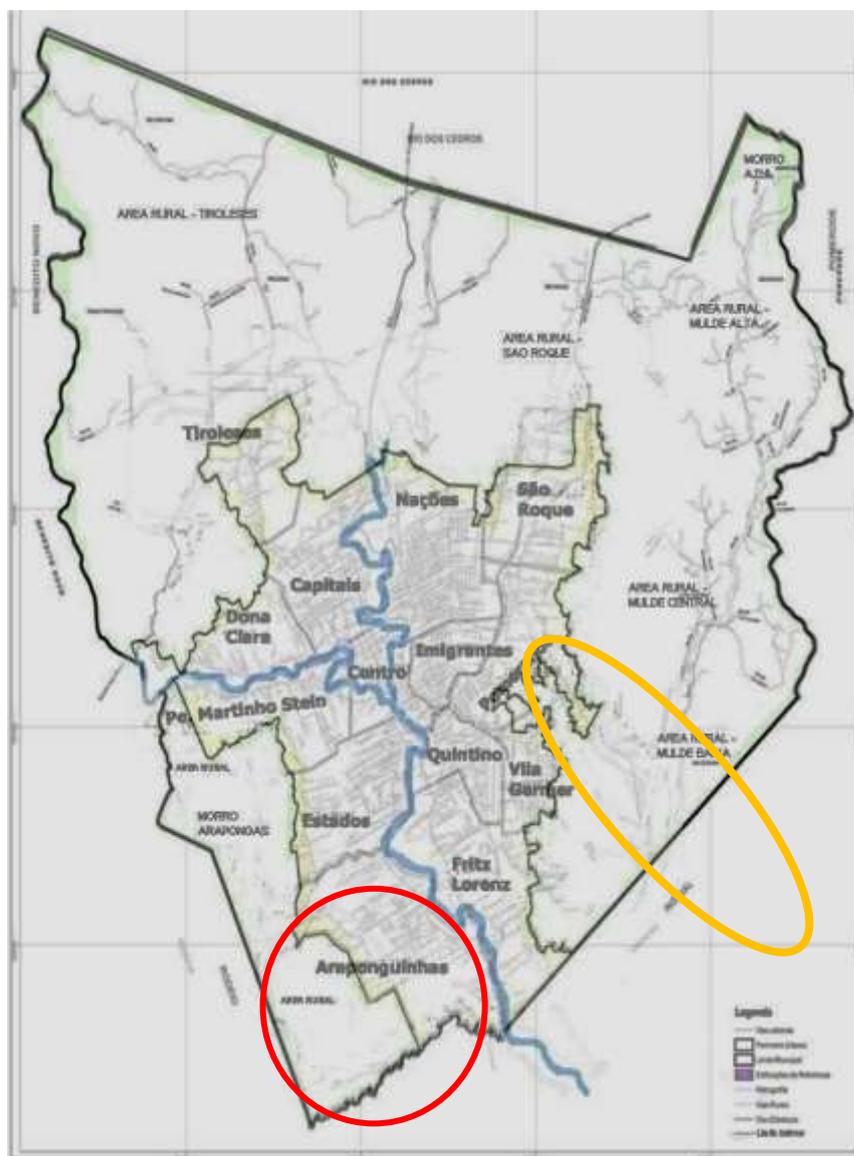
Portanto, como se pode perceber, Timbó está inserida na sub-bacia do rio Benedito que é uma das sub-bacias da Bacia Hidrográfica do Itajaí. O rio Bendito recebe como afluente o rio dos Cedro ambos rios que cortam o centro da cidade, sendo que, o Rio Benedito desemboca no rio Itajaí-Açú, portanto, uma via de entrada que interessou o processo de ocupação a partir da sede a Colônia Blumenau.

Entretanto, a bacia sub-bacia do Rio Benedito é composta por outros rios e ribeirões fazem parte da cidade e que também influenciaram a ocupação do solo na região de Timbó, são eles: ribeirão Arapongas que é a evidencia natural para o limite da cidade de Timbó e Indaial; ribeirão Pomeranos que tornou-se um caminho importante para a sede de Rios dos Cedros. E, ainda separado da sub-bacia hidrográfica do Benedito existe o ribeirão Mulde que é o primeiro fluxo de água antes do rio Benedito, sendo esse, o primeiro local de ocupação mais ordenada em direção ao futuro município de Timbó.

Feitas essas considerações de cunho mais geográfico, passo agora a tratar da relação que os imigrantes europeus tinham com os rios e a mudança de visão ao longo de tempo. Esse olhar também vai trazer uma abordagem importante na HQ que será produzida como produto contribuindo com o ensino de história local, reorganizando a ideia de ponto de partida da colonização tão presente na historiografia, bem como, na apostila de 2019.

---

<sup>27</sup> Essa é região em que o agricultor Gabriel Weiss Rocaglio encontrou uma ponta de flecha Laklãnõ/Xokleng em sua agrofloresta em 2019. O que reforça ainda mais a ideia de que história oficial oculta a presença indígena.



Em amarelo a região da Mulde e seu ribeirão, provavelmente primeira via de acesso para a colonização de Timbó, nessa localidade foi encontrada a ponta de flecha que figura na História em Quadrinhos do Laklãnõ/Xokleng. Em vermelho a localidade de Araonguinhas, uma das primeiras áreas ocupadas e com a maior concentração de ruas com nomes que fazem referências aos povos indígenas. Mapa: Prefeitura Municipal de Timbó.

A apostila da história de Timbó de 2019 dá uma tônica mais forte para os rios Benedito de Cedros tão logo reforça a ideia da fundação de Timbó em 1869, sendo que, o local da confluência dos rios Benedito e Cedros tornam-se o cenário de um suposto “início” da povoação Timbó, portanto, a apostila incorpora uma narrativa histórica bastante oficial, obrigando o professor problematizar as narrativas.

Nas páginas 78 e 79 a apostila distancia-se um pouco da interpretação histórica e dá uma abordagem de cunho mais geográfico, conceituando a hidrografia e o que é bacia hidrográfica. Além disso, propõe uma atividade em que os alunos devem listar os principais rios e as pontes da cidade, fazendo também uma breve referência a questão das enchentes (BERTRAM, 2019). Ainda que não problematize o uso dos rios ao longo do tempo, a apostila pode abrir espaço para pensar a mudança simbólica dos rios e as apropriações que a cidade fez das correntes fluviais ao longo do tempo. Um exemplo prático, e, não abordado pela apostila é o nome dos rios que antecedem a nomenclatura Timbó para a localidade. As regiões que hoje constitui a cidade de Timbó eram anteriormente denominadas pelo nome dos rios e suas respectivas margens: direita e esquerda.

Mas como a apostila remete a ideia de início para a confluência dos rios Benedito e Cedros, ela tira de evidencia localidades como a região da Mulde e Araponguinhas de evidencia no processo de ocupação dos lotes partido de Blumenau, para a região de Indaial e subsequentemente para Timbó. Dentro dessa realidade a apostila reforça a ideia da presença europeia como início da história em detrimento da presença de outros moradores como os Laklãnõ/Xokleng e até mesmo outros posseiros que já habitavam isolados na região. Diante disso, a abordagem a HQ produzida como produto educacional para o ensino de história local em seu primeiro capítulo trabalha a questão os Laklãnõ/Xokleng. Na intenção de mostrar a presença indígena a narrativa inicia com o Jovem Gabriel encontrando um ponta de flecha em sua agrofloresta no ano de 2019.



Na cena o jovem agricultor encontra uma ponta de flecha no solo na região do bairro Mulde. Outras dessas pontas e outros instrumentos foram encontrados em outras localidades como na estrada de Pomeranos e Tiroleses em Timbó.

De fato, o episódio e o personagem são reais, e depois a narrativa histórica insere-se entre fatos reais e ficção para dar corpo a narrativa. Entretanto, o que já de antemão deve ficar evidente, é o local da Mulde como um demarcador do início da colonização e reforçando a presença indígena na região de Timbó, ainda que, muitas vezes essa realidade fique tão esquecida e apagada.

Mas a presença dos rios não pode ser ignorada na conformação da cidade e em sua ocupação, tampouco se pode deixar de analisar a influência desse fator geográfico nessa dissertação.

A medição dos primeiros lotes de terrenos seguiu o sistema de alocação padronizado utilizado pela Diretoria da Colônia Blumenau, que divide os lotes com base na trajetória dos rios, córregos e riachos. O primeiro passo era usar um facão e machados para fazer uma picada no meio da mata para abrir o caminho que serviria de estradas aos imigrantes sem margeando o rio. “ A partir dessas picadas, os lotes ou *hufen* foram traçados de forma que todos pudessem contar com acesso à água para irrigar a lavoura, para consumo doméstico, em certos casos para o transporte” (SIEBERT, 2000.p.12)

Portanto, o rio é uma presença constante na vida do imigrante europeu que ocupa as terras do Vale do Itajaí, e o interesse por terras nos cursos de águas do rio Benedito já está registrado em um relatório do viajante belga Charles Van Lede, em 1842 que visitou a região com a intenção de conhecer os diversos afluentes do Rio Itajaí-Açu entre eles o rio Benedito sendo esse citado como ainda inexplorado. (LEDE, 1959.p.41)

Entretanto, o fato que chama atenção é que Van Lede não dá nome ao rio, em seu relato o rio já está nominado, o que indica que a região já era visitada e conhecida por canoieiros antes mesmo de uma ocupação mais sistemática.

Outro europeu que faz relatos sobre os rios Bendito e Cedros é Hermann Otto Blumenau. Em 1848 ele fez uma viagem de reconhecimento da região que compreende a Sub-bacia do rio Benedito, área essa que depois foi ocupada por imigrantes a partir de sua colônia particular. Após sua viagem de reconhecimento Hermann Blumenau escreve uma carta aos pais relatando detalhes da região. O imigrante faz sua descrição com um olhar bastante característico dos viajantes do século XIX, e cita que: “quanto mais subia, mais linda se tornava a vista, e vi, no rio Benedito e Cedros as mais lindas paisagens [...]Passei dois dias maravilhosos nesta solidão, distante da civilização, e onde nenhum ser civilizado havia chegado antes de mim.” (BLUMENAU, 1848)

No relato acima feito pelo imigrante ele considera-se precursor na exploração dos rios e da localidade, entretanto, a carta revela o preconceito aos povos originários, assim como, desconsidera possíveis moradores locais, também chamados caboclos que já poderiam estar habitando esparsamente a região, ou mesmo, já explorando essas áreas, visto que, o viajante Van Lede<sup>28</sup> já havia utilizado a denominação rio Benedito em 1842.

Entretanto, outro fator que chama atenção é o ocultamento da presença indígena que não era desconhecida pelos viajantes, assim, poucos relatórios faziam um registro mais atento para a questão indígena, visto que, esse poderia ser um fator que poderia desinteressar a vinda de imigrantes europeus para os empreendimentos de colonização.

Após esses dois relatos sobre o rio a primeira exploração documentada com intenções de instalar imigrantes na região de Timbó ocorreu em 1863 pelo engenheiro da Colônia Blumenau Augusto Wunderwald. Na expedição que durou aproximadamente dezoito dias o engenheiro relata:

[...] no dia 10 de fevereiro ao cair da tarde cheguei à barra do rio Benedito com o rio dos Cedros. [...] O rio tem em média, uma largura de 30 braças e é navegável, à canoa, sem dificuldades. O terreno é alto e não sujeito a inundações, de maneira que, as terras, sem exceção, poderão servir para a agricultura (RELATÓRIO DO ENG. AUGUSTO WUNDERWALD, 1986.p.87-89).

O relato do engenheiro deixa evidente a ausência de estradas e picadas, mostra o interesse geográfico na ocupação do lugar, não cita moradores, e nem faz nenhuma referência aos indígenas que já eram conhecidos pelos imigrantes na região. Além disso, mostra desconhecimento acerca das dinâmicas das cheias que são um elemento natural de uma região que está entrecortada por rios em um vale.

A preocupação do engenheiro em relatar a navegabilidade do rio por canoa já expressa o interesse no uso dos rios como via de locomoção. A abertura de caminhos através de picadas foi logo aplicada desde o início da ocupação do solo, contudo, o uso da canoa e do rio como um meio de transporte viável é um elemento marcante desse uso do rio. Um

---

<sup>28</sup> No século XIX e início do XX, o Vale do Itajaí foi percorrido por estrangeiros que também deixaram registros importantes. Esses viajantes que adentraram, por via fluvial, o Vale do Itajaí, teceram comentários sobre as pessoas e suas residências, entretanto, seus olhares estavam direcionados ao estabelecimento de colônias, através do recrutamento de imigrantes europeus. Em 1842, o viajante Belga Charles van Lede, relatou sobre o Rio Itajaí-açu e seus diversos afluentes entre eles cita o Rio Benedito.

relato do imigrante Wilhelm Butzke nascido em 1843 relata a prática do uso das canoas em 1875 no falecimento de sua esposa. Sobre esse episódio ele relata:

[...] minha querida esposa Frederike [...] faleceu ao dar a luz a uma criancinha. Aqui na mata virgem não havia assistência naquele idos. Condução também não havia. Friedrich Donner transportou o esquife de canoa pelo rio dos Cedros [...] (WEINGARTNER, 2008.p.65)

A presença marcante do rio no século XIX também é muito visível nas nomenclaturas dos lugares. Diferentemente do que se imagina o nome Timbó não foi inicialmente utilizado, e, nem localizado na documentação da colônia Blumenau. O que prevaleceu foram as nomenclaturas dos rios já existente desde a década de 1840 utilizada pelos viajantes. A listagem de imigrantes 1869 que na verdade mais parece um recenseamento, visto que, lista o nome do “chefe de família” quantidade de pessoas na propriedade, as idades e a religião, não faz nenhuma referência a Timbó. O documento que não cita o nome de criança nem mulheres, lista a localidades como “XX Distrito do Rio Benedito margem Direta”, “XXI Distrito do Rio Benedito Margem Esquerda”, “XXII Distrito da Povoação do Rio Benedito”, “XXIII Distrito do Rio dos Cedros margem direita” “XXIV Distrito do Rio dos Cedros Margem esquerda” “XXV Distrito do Ribeirão da Mulde”.(BLUMENAU, 1870) Essas cinco áreas distintas mostram como a Colônia Blumenau organizou a sistematização de distribuição e posse dos lotes, entretanto, não percebe-se nenhuma referência a nomenclatura Timbó. Outra evidencia da utilização do nome dos rios são registros de nascimento, dados que foram compilados pelo pastor Nelso Weingartner dos registros da Igreja Luterana de Timbó. Para as crianças nascidas de 1866 até 1871 as localidades referenciadas estão associadas aos rios “Cedros e Benedito” (WEINGARTNER, 2008.p.37 e 38) Portanto, percebe-se que os rios são importantes referencias, e, presentes não só na vida dos primeiros moradores como também nos documentos oficiais.

A organização mais evidente da região de Benedito e Cedros originou-se da implantação da cidade de Blumenau em 1883. A nova organização do município alterou a estrutura administrativa e a divisão política da região de Blumenau, surgindo assim novas divisões distritais.

Dentro desse novo contexto “cabe ressaltar que a denominação “Timbó” inicialmente não estava presente nos documentos da colônia, tampouco nos primeiros momentos do recém-criado município de Blumenau. ” (FERREIRA, CRISTINA, 2008.p.209) portanto,

percebe-se que a nomenclatura com referência aos rios ainda está consolidada junto à comunidade.

Sobre isso, O historiador Jacques Revel argumenta que a particularidade de um lugar é formada por uma combinação de muitos fatores como [...] um solo, um clima, uma vegetação, um regime de águas [...] o número de homens [...] e as suas tradições”. (REVEL, 1989, p.126). Logo, todos esses elementos associados ao recorte espacial dão elementos para a constituição de uma nomenclatura específica para um local.

É difícil precisar quando a utilização do nome Timbó foi utilizada pela primeira vez, mas, é possível analisar quando o termo começa a ser utilizada com mais frequência. De acordo com os historiadores Cristina Ferreira e Daniel Koepsel, após extensa pesquisa documental a utilização da expressão povoação Timbó inicia-se por volta de 1886 quando ocorre a criação do distrito de Indaial. (2008.p.209). Nesse período nas atas da Câmara de vereadores de Blumenau, regista o pedido de moradores para a execução de obras nas localidades de Timbó, Benedito e Cedros (CAMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 1894).

Outra evidência já tardia da presença do nome Timbó é uma Certidão de Confirmação 1894 do jovem Richard Augusto Johann Zumach onde aparece a expressão Timbó, já incorporada pela Igreja Luterana. Portanto, já na década de 1890 a utilização da nomenclatura Timbó passa a ser incorporada, colocando o nome dos rios em segundo plano.

A importância do uso do rio no final do século XIX pode ser percebida pelo imigrante alemão Karl Kleine quando ele viaja pela região dos rios Benedito e Cedros. Kleine era residente da sede Blumenau, mas fez diversas expedições pelos rios da região do Vale do Itajaí e na década de 1880 sem saber precisar a data, ele se refere a região da desembocadura do rio Cedros:

a mata ao longo dos cedros desapareceu, a terra é habitada por colonos diligentes, já bem instalados. No lugar [...] existe a casa do balseiro junto a uma venda. Casas ladeiam as margens do rio Benedito. [...] Continuamos a viagem por rio e por terra. (KLEINE, 2011.p.233).

O relato do imigrante traz importantes elementos, visto que, Kleine já havia feito outras expedições nas regiões dos dois rios. Importante perceber que por meados de 1880 ela ainda faz referência aos rios, ele cita o balseiro mostrando que o rio ainda é utilizado

como via de comunicação em especial pela ausência de uma ponte no local<sup>29</sup>. Portanto até o ano 1893 a travessia para a região do centro de Timbó era feita por balsa. Somente a partir desse ano que a nova ponte seria inaugurada, e, posteriormente seria chamada de Ponte Walter Muller. Entretanto ele já cita a presença de picadas o que lentamente vai mudar o meio de locomoção abandonando-se as canoas.

O registro de Karl Kleine quando afirma que as casas que já haviam ladeavam as margens do rio Benedito, mostra a sistemática de medição e distribuição de lotes sempre associado aos rios. A ocupação de toda a região seguiu o critério de organização dos agrimensores que mediam lotes perpendiculares ao rio, isto é, estreitos e profundos.

Na região que hoje compreende o município de Timbó, a medição de lotes seguiu este modelo, ou seja, as picadas foram traçadas de tal maneira que os lotes coloniais foram organizados e medidos de forma que todos pudessem contar com o acesso à água. Seguindo a lógica todos os lotes deveriam ter acesso ao rio, os lotes ficaram organizados na Colônia Blumenau com 200 metros de frente/largura por 1.000 metros de comprimento/profundidade. Por conta da geografia do lugar os lotes estavam extremados de um lado pelo rio, e de outro pelos morros, sendo mais aproveitável para a plantação, moradia e picada, e que posteriormente viraram estradas na parte mais plana e próxima aos rios.

Com base nessa medição de lotes e na geografia do Vale do Itajaí, as picadas foram abertas margeando os rios e ribeirões, assim como as casas que apesar de terem em alguns casos boa distância dos cursos de água, eram construídas com sua fachada frontal para o rio. No centro da cidade de Timbó um exemplo desse tipo de edificação é o Museu do Imigrante. “A história do imóvel se inicia por volta de 1870, [...] quando o imigrante alemão, Christian Benz, vem para a região, onde já possuía sua propriedade, e dá início a construção da primeira atafona de milho, prédio que fica ao lado do museu (Thapioka)<sup>30</sup>. Em 1890 é construído o “Solar dos Benz”, casa que então serviria de morada para a família de Christian e que hoje dá lugar à instituição.” (FUNDAÇÃO CULTURAL, 2020).

A edificação que é uma casa enxaimel assomada de elementos autoportantes, recebeu a construção de vários anexos, entretanto, o que chama atenção é que originalmente essa

---

<sup>29</sup> A presença da nomenclatura das localidades a partir dos rios também é percebida na documentação de “ataques/assaltos” realizados pelos Laklãnō/Xokleng aos locais de ocupação dos imigrantes. Na compilação feita por Sylvio Coelho dos Santos ela relata localidade como Rio dos Cedros, Benedito, Liberdade. (1973.p.107). Todas essas localidades tinham esses nomes a partir da nomenclatura dos cursos de água.

<sup>30</sup> Thapioka é o nome comercial de uma restaurante que tem concessão de exploração desse patrimônio público.

edificação ficava com sua fachada principal de frente para o rio. Com o advento da instalação da rua comercial hoje denominada Getúlio Vargas<sup>31</sup> a fachada principal dá lugar para uma nova entrada de frente para a rua e de costas para o rio.



Fachada lateral e frontal do museu do Imigrante de Timbó, mais à esquerda era a entrada principal que ficava de frente para o rio. Com o advento da rua comercial a fachada principal tornou-se a frontal. Foto: Daniel Koepsel (2017)

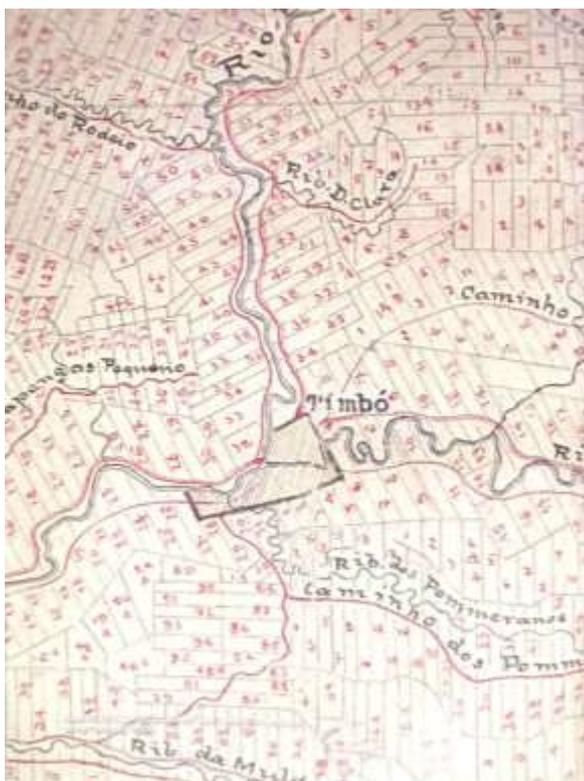
Portanto, neste contexto do século XIX até início do século XX, não só as casas estavam de frente para rio, mas, o rio possuía importância ligada ao transporte, locomoção, para irrigação, e usado como força motriz para movimentar rodas d'água para atafonas de milho, mandioca e serrarias, logo, é possível metaforizar que a cidade estava de frente para o rio. A partir do final do século XIX ainda impulsionada pelo impacto geográfico dos rios na povoação de Timbó, percebe-se a abertura de muitos novos caminhos sempre margeando os rios. É nesse contexto que surgem novas picadas que foram mais tarde denominados caminhos. O mapa de 1928 feito por José Deeke ainda mostra a distribuição de lotes e o desenho de vários caminhos margeando o rio. Nesse mapa vê-se caminhos como o de Rodeio que margeia o Rio Benedito, caminho da Mulde que margeia o ribeirão de mesmo nome, o caminho de Pomeranos, que na documentação mais antiga é conhecida como Pommerstrasse, e, que margeava um ribeirão, além dos ribeirões o mapa mostra que a sede da povoação de Timbó ficava em posição de estaque junto a confluência dos rios Benedito e Cedros. (FERREIRA; KOEPESEL, 2008.p.206). Ainda que o mapa avance mais de 30 anos do início das primeiras picadas, ele é uma ótima representação da distribuição de lote e da abertura dos caminhos. E, através desse mapa, e da análise de outros documentos, percebe-se que o crescimento da cidade é influenciado pelos rios, e o crescimento demográfico e espacial exige um novo desenho para o espaço da cidade que coloca os rios em segundo

---

<sup>31</sup> A referência a denominação ao ex-presidente Getúlio Vargas faz parte do processo de nacionalização empreendido pelo “Estado Novo” na década de 1930. Até o presente não se tem o nome que era dado anteriormente a via cortava o centro da cidade e que na década de 1930 passou a ser a mais importante estrada comercial da cidade, juntamente com a avenida Nereu Ramos.

plano com a construção de pontes. Pontes estas tão marcantes no centro da cidade de Timbó até os dias atuais.

No ano de 1893 foi inaugurada uma ponte sobre o Rio Benedito, de acordo com o Livro representações da cidade: discussões sobre a história de Timbó em 1885 foi indicada uma quantia de dinheiro para a construção de uma ponte sobre o rio Benedito para Frederico Donner que também era o balseiro. (FERREIRA, KOEPSSEL, 2008.p.213).



Parte extraída de mapa de José Deeke de 1928 que apresenta a distribuição de lotes e a composição dos rios e ribeirões na região de Timbó

Mas sua conclusão ocorreu somente em 1893, tratava-se uma obra de grande magnitude e símbolo de inovação para a povoação Timbó. No período em questão o Jornal Blumenauer Zeitung cita a ponte como uma construção de grande necessidade há muito tempo, “uma obra de grande significado” (BLUMENAUER ZEITUNG, 1893)

A necessidade de pontes foi acompanhada pelo desenvolvimento do Vale do Itajaí, pois a localização geográfica da área exige a passagem segura sobre os rios de um caminho a outro. Dentro desse contexto outra ponte foi construída no centro da povoação Timbó sobre o rio dos Cedros em 1902. A obra dessa ponte gerou reportagens jornalísticas acaloradas nesse período, essa obra também foi responsável por intensas discussões na Câmara de Blumenau.

A construção da ponte sobre o rio dos Cedros distante menos de um quilômetro da ponte sobre o rio Benedito, encontrou diversos entraves políticos regionais, da mesma forma

na povoação de Timbó, visto que, não havia “unanimidade quanto a localização da ponte” o que demonstra as lutas pelo espaço urbano. (KILIAN, 1979.p. 306). Após todas as disputas políticas a ponte foi inaugurada em 1907 com a presença do governador Coronel Gustavo Richard. Na ocasião a ponte recebeu o nome de “Ponte Frau Donner” em homenagem a esposa de Frederico Donner que foi o construtor da ponte, mas também ressaltando a figura de Clara Donner que muito se empenhou pela obra de acordo com o Jornal Blumenauer Zeitung (BLUMENAUER ZEITUNG, 1907).

As duas pontes mostram visivelmente a mudança urbana em relação aos rios, o uso de canoas lentamente foi abandonado ocorrendo um aprimoramento no uso de estradas de rodagem. De acordo com FERREIRA e KOEPEL a partir de 1905 o município de Blumenau aumentou os investimentos no interior do município. Localidades como Mulde e Fundos, Alto Riberão Mulde, Estrada de Pomeranos, Cedros, Encruzilhada, Ribeirão Cunha, Benedito Velho, Benedito Novo, Ribeirão Tigre e Timbó receberam investimentos na construção de pontes e consertos de estradas. (2008, p.215)

Esses investimentos demonstram a valorização de estradas e caminhos interiores em detrimento de hidrovias, cujo acesso era restrito em algumas áreas do rio Itajaí-açu e, em diversas situações, obrigava os moradores a abrirem caminho no meio da mata por iniciativa particular afim de chegar ao destino desejado.

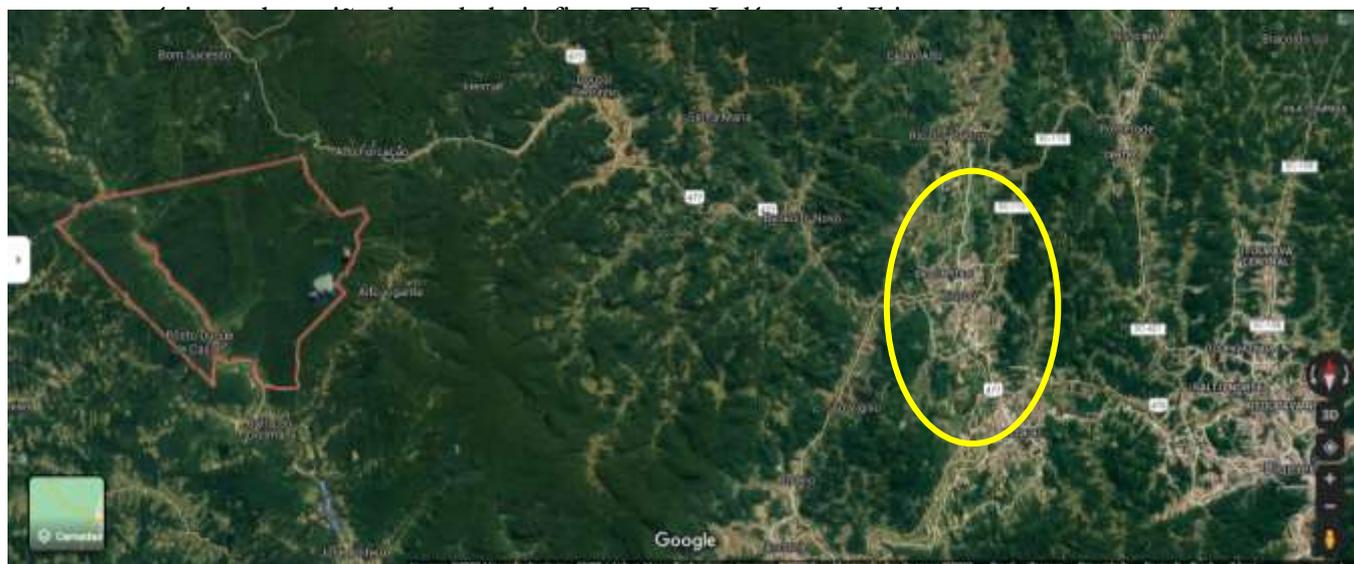
As duas pontes podem ser entendidas como os símbolos de um processo de urbanização da cidade de Timbó, melhorando consideravelmente a mobilidade urbana de uma cidade que está entre dois rios. Tão logo, é a partir da década de 1920 que a cidade com suas estradas e pontes passam a ter a configuração que hoje conhecemos, em resumo, constituída por duas vias comerciais que também constituem a malha viária do centro da cidade estrangulada por dois rios, o Benedito e o Cedros.

Esse novo planejamento, que privilegiou o uso das estradas em detrimento do transporte fluvial, abandonando o uso da canoa e das balsas, fomentou uma nova construção simbólica do espaço da cidade. O rio aparece a partir de então em uma posição secundária, de invisibilidade, ou mesmo relacionado com um passado pejorativo associado a catástrofes como as enchentes muito comuns na cidade de Timbó, assim como em todo Vale do Itajaí.

Todo esse processo de modernização da cidade empenhado no final do século XIX e início do XX mostra o crescimento da cidade e aumento da ocupação na região do que atualmente é o centro da cidade e seus arredores. Esse crescimento obrigou os povos Laklãnõ/Xokleng a reorganizarem seus espaços de exploração das áreas visto que [...] de

setembro a abril os indígenas exploraram a floresta na coleta de mel, do palmito, larvas conhecidas como coró e outros alimentos. Havia certa facilidade em se obter o necessário a sobrevivência, enquanto o branco não ocupou seu território (SANTOS, 1973, p.99). Um indicativo de que os indígenas buscavam alternativas e que ocorreu um distanciamento dos Laklãnõ/Xokleng é a diminuição de notícias sobre “assalto/ataques” nos relatórios oficiais nas regiões próximas ao rio Benedito.

A análise do quadro I<sup>32</sup> – que é a relação de assaltos compilada pelo professor Silvio Santos Coelho, percebe-se que o último ataque mais recente na região próxima ao centro de Timbó ocorreu no ano de 1884 na estrada de Tiroleses. Em 1911 um assalto ocorreu em Ribeirão dos Russos<sup>33</sup>, sendo que essa região dista em aproximadamente 15 quilômetros do centro da cidade de Timbó. Ainda a partir da análise desse quadro, percebe-se que a maior parte dos “assaltos e ataques” a partir do início do século XX ocorreram em regiões mais



Mapa que mostra a localização das Terras Indígenas de Ibirama – Laklãnõ em vermelho e a região de Timbó está circundada de amarelo.

Fonte: <https://www.google.com.br/maps/place/Ibirama+-+Paca,+Jos%C3%A9+Boiteux+-+SC/@-26.7956998,-49.9226901,86507m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x94de38b4dbb818d9:0x85d303422dcb1b01!8m2!3d-26.8291234!4d-49.6871785>

Essa percepção de uma nova rota não quer dizer que não houvesse a presença indígena, ou então, que não havia mais embates entre povos originários e imigrantes, visto que, relatos feitos por Eduardo Hoerhann informavam que os Laklãnõ Xokleng

[...] muitas vezes, deixavam a área do Posto para caçar e coletar pinhão e/ou mel, atividades históricas desta etnia. Muitas vezes, estas excursões causavam problemas com os colonos que, ao perceberem a presença indígena, reclamavam ao responsável oficial pelos índios. (WITTMANN, 2005.p.169).

<sup>32</sup> SANTOS, 1973.p. 107-108

<sup>33</sup> Atualmente na cidade de Benedito Novo

Portanto, pode-se inferir que a medida que processo de estabelecimento dos Laklãnõ/Xokleng nas terras do Alto Vale foi ocorrendo, houve também um afastamento da memória e de sua presença na região, constituindo-se inicialmente uma memória negativa que com o passar dos anos gerou uma espécie de ocultamento, visto que, a presença de monumentos, memoriais não são comuns nos espaços de memória turisticamente mais acessados na cidade de Timbó. A presença memorial a povos originários na cidade de Timbó é mais comum no bairro Araponguinhas, entretanto, de maneira bastante genérica conforme veremos um pouco mais adiante.

A partir desse processo modernização urbana e de seleção da memória a cidade passa a moldar-se a partir da rua comercial que ganha prestígio, pois é o local que aglutina todo tipo de serviços, como comércio, serviços religiosos, cartórios, entre outros. Essa veneração a rua comercial passa também a transformar a lógica de construção das casas que se voltam para a estrada, ou seja, a partir de então as casas são construídas ou reconstruídas com sua fachada frontal para a rua, e não mais para o rio.

No centro da cidade de Timbó além do museu que teve sua fachada frontal mudada para a rua comercial, outros patrimônios históricos deixam essa evidência como a Pharmacia Central. Esse é um exemplar urbano de grande porte de dois pavimentos construído por volta de 1930, tornou-se um ponto de referência no centro da cidade de Timbó [GUMZ, [s.d]. A edificação é representada em muitas fotografias da década de 1930. Em uma reprodução fotográfica da década de 1930 no livro Representações da cidade: discussões sobre a história de Timbó em um mesmo cenário vê-se a Pharmacia, a Casa comercial de Frederico Donner, a Relojoaria Herweg, além de crianças e carroças todas aglutinada na principal rua do centro da cidade, atualmente conhecida como avenida Getúlio Vargas. Portanto, casas, comércios e pessoas todas concentradas na rua comercial.



A Pharmacia Central e o aspecto da cidade em 1939 com a valorização da rua comercial. Fonte: Arquivo Público Professor Gelindo Sebastião Buzzi

A valorização da rua comercial ganha grande destaque a partir da década de 1920, mas a presença dos rios é sempre uma constante no planejamento da cidade em todo o século XX. Em 1966 já nos preparativos da festa do centenário o prefeito Henry Paul que nomeia 69 ruas solicitando a colocação de placas indicativas e sugere uma primeira divisão que daria origem aos bairros da cidade. Em sua justificativa afirma que existia uma grande dificuldade na organização de diversos serviços que exigiam o endereço completo para melhor atendimento dos órgãos públicos. Tão logo, sugere que se adote o seguinte critério para denominar as ruas:

- a) O lado direito do Rio Benedito – nomes de estados e territórios brasileiros;
- b) Entre os Rios do Cedro e Benedito – nomes de grandes cidades brasileiras;
- c) O lado esquerdo do Rio dos Cedros e Rio Benedito, descendo até encontrar o Ribeirão Pomeranos – nomes de países;
- d) A começar o Ribeirão Pomeranos, descendo pelo lado esquerdo do Rio Benedito até o fim do perímetro urbano – nomes de Municípios Catarinenses. (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, 1966)

Esse projeto deu origem ao projeto de lei nº 435 de 1966 que deu denominação de mais de 70 ruas para o município, mas não cria a efetiva divisão sugerida pelo prefeito Henry Paul. Contudo, ainda assim deixa evidente que apesar da cidade agora estar muito mais

efetivamente ordenada a partir dos logradouros, os rios são sempre um desafio na elaboração e tentativa de modernização do espaço urbano.

Contudo, apesar de não criar oficialmente a divisão por bairros essa lei já deu a tônica da divisão do espaço até os dias atuais, e assim, surgem nomenclaturas para os bairros como: bairro das capitais, bairro das nações, bairro dos imigrantes, bairros dos estados<sup>34</sup>.

Tão logo, percebe-se que é a partir do século XX que é possível inverter a metáfora do século XIX, ou seja, a cidade passa a dar as costas para o rio, reelaborando uma nova memória coletiva do rio como vilão do progresso da cidade devido à inferência de catástrofes ambientais na vida cotidiana das pessoas, ou então, os rios resumem-se como o local do marco fundador da cidade através de um discurso excessivamente repetido.

Esse repetido debate sobre as enchentes é de uma importante recorrência no Vale do Itajaí. O transbordamento dos rios é um episódio que de tempos em tempos assolou a região devido a ocupação do solo feita com pouco planejamento e grande intervenção no meio natural existente antes da chegada europeia. Um problema que gerou debates sobre a construção de represas e outras intervenções humanas que mais uma vez geraram impasses também com os povos originários região que novamente viam seu território invadido.

O transbordamento dos rios na cidade de Timbó não é um evento recente, desde o século XIX os relatos acerca das enchentes são uma constante, mas em 2010 o prefeito da cidade de Timbó relatava que “nossas famílias sofrem a cada nuvem preta que paira no céu. É um tormento para nós [...] (JORNAL DO MÉDIO VALE, 29/01/2010). A fala do prefeito da cidade em 2010 permite que se olhe para as enchentes e para os rios como um processo já de longa duração. Portanto, existe uma relação do humano com o natural. Toda vez que a administração pública se refere às cheias como uma tragédia e faz uma promessa de planejamento e melhoria existe um predomínio do homem sobre o mundo animal e vegetal e a forma como se racionalizou tal predomínio constitui é um tema inquietante para a historiografia (THOMAS, 1988, p. 19).

Portanto, apesar das enchentes serem uma constante em uma região geográfica cuja formação é um vale próximo aos rios e ribeirões, para a colonização ela desempenhou um papel negativo devido à falta de planejamento na ocupação do solo, ignorando um processo natural de cheia dos rios. Diante desse contexto os *hufen* – lotes – eram atingidos pelas cheias que periodicamente ocorriam ultrapassando a calha natural dos rios, mas que, no início da ocupação dos rios Benedito e Cedros foram consideradas como eventos naturais esporádicos,

---

<sup>34</sup> Todos bairros que fazem referência a nome de países, municípios, estados e imigrantes na cidade de Timbó, além de, nomes de heróis brasileiros mais concentrados no centro da cidade de Timbó.

entretanto, sua recorrência começou a ser mais frequente a medida que os assentamentos europeus aumentavam por meio da colonização.

Na verdade, o transbordamento dos rios faz parte de um processo dinâmico natural, mesmo, com pouca intervenção humana. Entretanto, ocorreu um agravamento dessas cheias após a ocupação do solo pelos imigrantes europeus. Nas áreas planas e nas encostas a mata nativa sofreu grande exploração desde o século XIX, para a abertura de clareiras e uso da terra para fins agrícolas, de pastagem e de comercialização de madeira.

Entretanto, o que ocorre é que muitas vezes a temática da enchente passa a ser relativizada como um fenômeno natural que não pode ser minimizado, ou seja, existe uma dificuldade de se perceber que a intervenção europeia sobre o espaço geográfico natural potencializou a problemática da cheia no Vale do Itajaí. Portanto, ela é tratada como um fenômeno histórico como pode ser percebido na apostila de 2019 que faz um recorte descontextualizado do plano diretor.

As áreas mais baixas sofrem com enchentes periódicas, com grandes prejuízos para a comunidade de Timbó. Os registros históricos documentaram a ocorrência de enchentes já no ano de 1911. As maiores enchentes dos últimos anos ocorreram em 1983, 1984 e 1992 (10 a 12 metros) atingindo grande parte da malha urbana” (PLANO DIRETOR, 2006. Apud BERTRAM, 2019.p.78)

Tão logo percebe-se que apenas a catástrofe é citada sem realizar nenhuma análise da ação humana como um fenômeno histórico. Uma análise mais problematizada feita por Mattedi, científica que o assento de novos grupos humanos na bacia hidrográfica do Rio Itajaí-Açu desde meados do século XIX transformou as cheias em um problema ambiental. A intensa exploração das matas ocasionou um agravamento das cheias dos rios que periodicamente já extrapolavam as calhas naturais. (2000, p. 225).

Mattedi ainda reforça que a relação entre as cheias dos rios e a vegetação “[...] na região constitui um sistema em equilíbrio dinâmico, no qual a vegetação sempre desempenhou um papel decisivo, como uma espécie de amortecedor (2002.p.229). Entretanto, pouco observada pela colonização europeia em sua ocupação do solo a partir de lotes perpendiculares aos rios. Além disso, as concentrações de chuva em períodos de final de verão e inverno dificultam o escoamento das águas através da calha natural dos rios.

No entanto, deve-se destacar que o transbordamento dos rios que compõem a bacia do Itajaí-Açu já é uma situação enfrentada pelos povos indígenas que viviam na área antes do assentamento dos europeus. “A ocupação indígena era formada por aldeias com grupos

pequenos, geralmente situadas nas áreas mais elevadas do vale, elemento que serve de comprovação que as cheias sempre existiram na região” (FERREIRA, KOEPEL. 2008,p.191)

Cabe ressaltar que a relação humana com o rio e as cheias também precisa ser problematizada no contexto das práticas humanas junto ao meio natural. “É impossível desemaranhar o que as pessoas pensavam no passado sobre as plantas e os animais daquilo que elas pensam sobre si mesmas. (THOMAS, 1988.p. 19).

Portanto entre os povos indígenas Laklãnõ Xokleng a dimensão relacional com o meio natural em que estão inseridos diverge do conceito europeu. Um exemplo dessa relação pode ser percebida nos mitos ou lendas ainda lembrados, como o da criação dos humanos. No mito dos Laklãnõ/Xokleng, vários heróis surgiram de diferentes direções, celebrando juntos e criando animais com árvores e troncos. Também há a narrativa do dilúvio que conta-se como:

uma chuva ininterrupta fez seus antepassados migrarem sucessivamente para o platô, para os cumes das montanhas e finalmente para o topo das árvores, onde se alimentavam de parasitas, folhas, larvas, insetos e frutas. Passado o dilúvio, os homens voltaram para as planícies e vales, mas muitos lá ficaram por terem se acostumado. Por isso, dizem, hoje existem os macacos, filhos dos homens que ficaram nas árvores. (XOKLENG. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xokleng>. Acessado em: 28/04/2002.

Diante dessa relação memorial percebida na narrativa desse povo originário percebe-se que a relação com o meio natural não é tão dicotômica como é o imigrante europeu. Portanto, as cheias não figuravam um problema para os assentamentos Laklãnõ/Xokleng que tem em sua narrativa essa problemática já refletida. Entretanto, essa não é a mesma conjuntura que se percebe junto a colonização europeia, visto que, sua visão acerca do meio difere da visão indígena.

O historiador galês Keith Thomas, ao estudar a relação do humano com a natureza afirma que desde o tempo moderno, entre 1500 e 1800 houveram muitas mudanças na forma em que homens e mulheres percebiam e classificam suas relações no mundo natural em que estavam inseridos. Em seu estudo realizado na Inglaterra o historiador afirma que a convivência do ser humano com outras espécies foi antes pelo direito de explorar espécies animais, vegetais e outros recursos em benefício próprio sofreu mudanças e passou a ser contestada (1988.p.18). Contudo, essa realidade não é tão evidente aqui na região do Vale do Itajaí, visto que as enchentes são ampliadas pela ação do colonizador e “[...] colonizar

significa, antes de tudo, romper com as barreiras naturais e, claro, seguir em frente e não considerar as consequências” (MATTEDI, 2000.p.230).

Dentro desse olhar colonizador a cidade foi ganhando novos contornos, mas ainda assim o rio e as cheias tornavam-se um empecilho. Parte dessa problemática ainda cercava os debates sobre a reforma da ponte sobre o Rio dos Cedros em 1953. A ponte que no início do século era narrada pelos jornais “um gigante do mato. Para a armação de madeira a ponte do Cedro, foi derrubado recentemente no morro Arapongas, um pé de araribá cujo comprimento foi de 103 palmos.<sup>35</sup>” (BLUMENAUER ZEITUNG, 1906) Mas, nas décadas de 1950 ela enfrentava problemas estruturais.

No entanto, não se tratava somente de uma reforma, o movimento que está por trás de sua derrubada e reconstrução evocava o sentimento de progresso, visto que, a ponte do início do século XX era considerada uma grande estrutura, feita de madeira com cobertura, sendo esse tipo ponte muito comuns na região do Vale do Itajaí. De acordo com o professor Gelindo Sebastião Buzzi a ponte tinha 74 metros e cada pilar distava 36 metros. (1969, p.39). Porém, sua cobertura era um problema para a frota de caminhões que começavam a fazer parte do crescimento urbano da cidade. Portanto, tratava-se de uma grande ponte, contudo, devido as sucessivas enchentes precisou ser demolida e construída outra em seu lugar. A ponte que foi demolida em 1953 foi substituída por um pontilhão provisório que cruzava o rio nas imediações da atual Sociedade Recreativa Cultural. A localização do pontilhão provisório foi referenciada na LEI Nº 0164/1955 que em seu teor informa a presença da ponte cruzando o rio dos Cedros até a rua Marechal Deodoro da Fonseca (Timbó, 1955)

A ponte que anteriormente era denominada Frau Donner levou quase dois anos para ser reconstruída, entre os problemas citados temos a citação de enchentes “que por duas vezes, com sua fúria, muito prejudicaram os trabalhos, carregando, mesmo, estaleiros, andaimes, material. (BUZZI, 1969.p.40). Assim após dois anos a ponte foi inaugurada com a presença de autoridades estaduais como o Governador Jorge Lacerda e de acordo com o professor Buzzi, por aclamação do povo a ponte ganharia uma nova denominação: Ponte Frederico Donner (1969, p.40)

A outra ponte localizada no centro da cidade conhecida como Ponte do Rio Benedito na década de 1950 também passou por um processo de demolição e reconstrução após o término da Ponte Frederico Donner. Essa ponte que no século XIX substituiu os trabalhos da antiga Balsa que cruzava o rio Benedito foi substituída por uma ponte ainda

---

<sup>35</sup> Aproximadamente 23 metros

mais moderna. Assim como a ponte sobre o Rio dos Cedros tratava-se de uma ponte de madeira com cobertura e pilares de pedra. Da antiga ponte ainda hoje restam os pilares de pedra ainda preservados e mantendo a estrutura e concreto até os dias atuais.

Assim em 1957 foi inaugurada pela Lei nº 2019 de 13 de dezembro do mesmo ano ela passou a ser denominada ponte “Vereador Walter Müller”. Essa ponte ainda passou por uma recente reforma, no ano de 2011. O Jornal do Médio Vale noticiava que “pelo projeto, os passeios eram de 1,25 metros de largura e atualmente são de 3 três metros. No centro das novas passarelas foram construídas ainda mirantes” (JORNAL DO MÉDIO VALE 21/10/2011.P.28)

O que se pode perceber que ambas as pontes propõem uma ideia de desenvolvimento urbano em uma cidade cortada por dois rios como uma pequena Mesopotâmia. A representação dessa modernização não está apenas caracterizada pela reconstrução da obra em si, mas, também nas novas nomenclaturas que recebem. De um lado a ponte de Frau Donner que passa a denominar-se ponte “Frederico Donner”, entretanto, mais conhecida como ponte dos Cedros. Já, a ponte do Rio Benedito passou a denominar-se ponte vereador Walter Müller.

Tão logo, a substituição de nomes também passa a destituir a característica natural do lugar, ou seja, deixa de fazer menção aos rios, fruto do início da colonização, para dar nomes de autoridades colocando a cidade cada vez mais de costas para o rio. Portanto, a análise e os debates sobre os rios e suas respectivas pontes colocam elas em posição de destaque político como elementos que representam o progresso urbano desde o século XIX e XX quando elas são construídas e amplamente noticiadas em jornais da região. Essa conjuntura que faz lembrar a modernidade é retomada na década de 1950 com a demolição e reconstrução das mesmas em um cenário de ampliação da concepção urbana da cidade.

Essas modernizações escondem processos complexos de esquecimento e lembrança que constituem a cidade, visto que, as pontes não somente colocam o rio e sua paisagem em segundo plano, assim como, fazem esquecer problemas advindos das cheias dos rios e uma análise da problemática das enchentes como um problema local nunca muito resolvido. Juntamente com a modernização vem também os nomes próprios de autoridades, heróis e datas comemorativas que se desejam fazer lembrar. E mais uma vez a presença memorial indígena passa despercebida pelo processo de modernização local, visto que, sua presença ficou a cada ano mais restrita as Terras Indígenas de Ibirama-Laklânço. E estes últimos também passaram a sofrer com as cheias a partir da construção da Barragem Norte que visava diminuir as enchentes do Vale do Itajaí, mas que passou a causar cheias para os

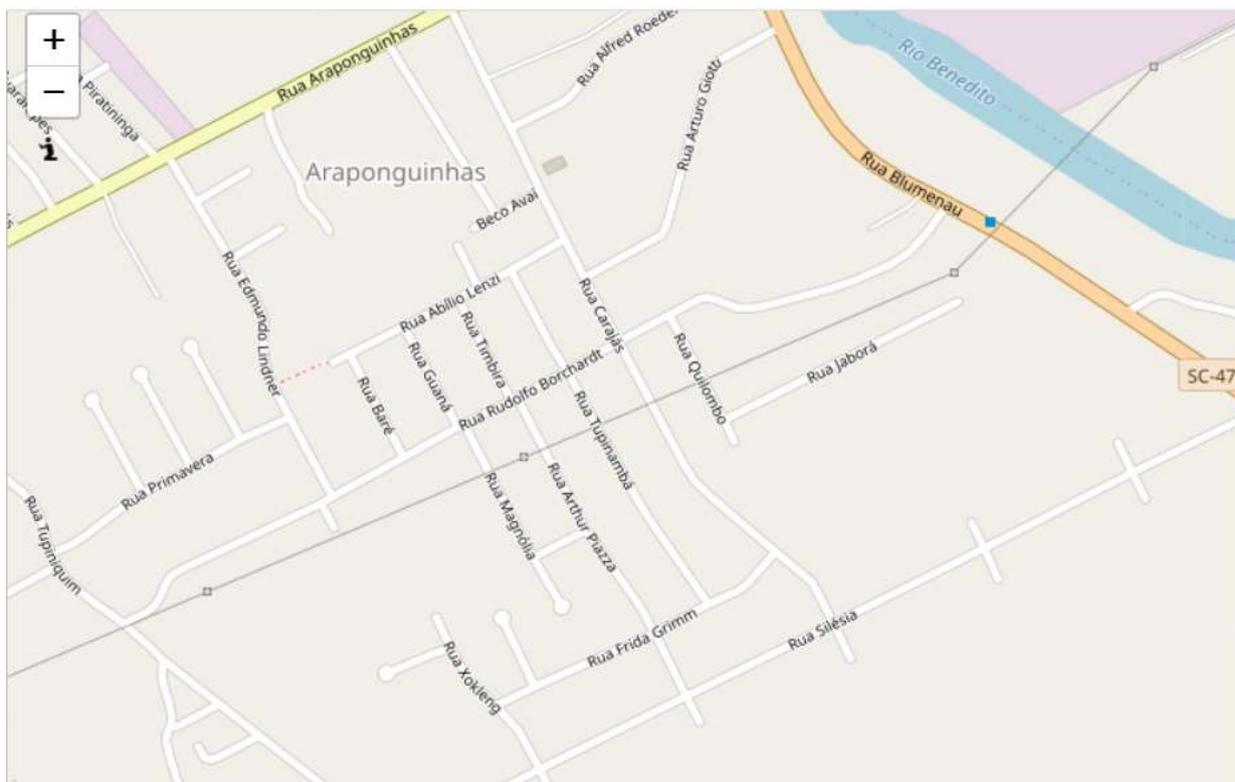
habitantes das Terras Indígenas. Tão logo a situação da enchente em suas terras é o resultado da intervenção branca, visto que, aos Laklânô/Xokleng as cheias era um processo natural entendido e respeitado por eles.

Essa dinâmica que produz silenciamentos sobre determinados grupos na cidade de Timbó, ou então, evita a polifonia produzindo uma memória bastante homogênea vai se delineando na constituição da cidade física também. Quando se analisa a história indígena na cidade de Timbó e a sua produção historiográfica percebe-se que evita-se falar em genocídio dos povos originários. Tão logo, percebe-se que a memória da cidade bem como a história indígena fica à margem da narrativa europeia e do mito fundante da cidade. Importante perceber que a historiografia cita a presença indígena na região, mas insere a história indígena em um campo meramente no âmbito do passado.

Diante disso, fica a sensação de que os indígenas simplesmente desapareceram e estão apenas inseridos em um campo da memória congelado no passado do século XIX e início do XX quando ocorre a pacificação e o início da reserva indígena no Alto Vale. Entretanto, ainda hoje essas terras, a memória indígena, fazem parte das relações históricas com o Vale do Itajaí através das constantes reivindicações que esses povos fazem sobre seus direitos e espólios.

Mas essa marginalização da memória Laklânô/Xokleng pode ser percebida na constituição da cidade?

Uma possibilidade de análise para essa questão é o gabarito de vias de 2020, trata-se de um documento que aglutina as ruas, os decretos de criação, e também as praças. A análise desse documento com base nos nomes de ruas e praças demonstrou a pouca visibilidade da memória indígena na constituição da cidade. Das 508 ruas analisadas 43 fazem referências a alguma nomenclatura indígena, entretanto, de maneira bastante generalista referenciando várias etnias brasileiras. Quanto a questão do Laklânô/Xokleng, somente uma rua faz referência a eles, sendo que, a mesma denomina-se Xokleng de acordo com o decreto 036 de 1997 e sancionada pela lei 2915 de 22 de setembro de 2017. (TIMBÓ,2020). Essa rua está em um loteamento recente, em um bairro que fica em região limítrofe com o município de Indaial também conhecido como bairro Araponguinhas.



O guia de rua da cidade de Timbó mostra a rua Xokleng no bairro Araponguintas, outras ruas com denominações indígenas aparecem como: Carajás, Tupinambá, Guanã, Timbira. Fonte: Prefeitura Municipal de Timbó

O gabarito de vias ainda traz também uma relação de praças e seus decretos de criação. De acordo com o documento Timbó possui 27 praças oficiais com cadastro imobiliário. A análise desse documento mostra que a utilização de nomenclaturas, ou qualquer outro tipo de referência a cultura Laklãnõ/Xokleng também é inexistente. Importante ressaltar que a análise foi feita a partir de dados oficiais do município, sabe-se que muitas praças e espaços de convivência surgem por vontade de uma comunidade local que ocupa e territorializa o espaço, entretanto, não há evidências desse tipo em Timbó até o momento.

Ainda analisando o documento quando se observa o gabarito de ruas percebe-se que das 43 ruas que trazem genericamente termos e denominações indígenas a maioria estão localizadas no bairro Araponguintas<sup>36</sup>, ou com alguma ligação com a principal rua do bairro que também se denomina Araponguintas. Essa é uma rua extensa que corta três bairros da cidade: Araponguintas com divisa em Indaial, bairro dos Estados e bairro Pe. Martinho Stein que faz ligação com as cidades de Rodeio e Benedito Novo.

<sup>36</sup> O nome Araponguintas e Araponguintas é bastante antigo e faz referência a uma ave muito comum na região.

A ocupação territorial dessa localidade já remonta o período da colonização, entretanto, a partir da década de 1980 que o bairro passou crescer muito rapidamente com a chegada de muito imigrantes que passaram a residir na cidade de Timbó. O bairro teve um grande crescimento, antes era praticamente cortado por duas vias e com muitas áreas ainda agricultáveis. Posteriormente passou a ter novos loteamentos abertos, boa parte deles foram criados sem estrutura básica como coleta de águas pluviais, esgoto e outros serviços básicos. A procura por essa região deu-se por alguns motivos: por possuir o menor preço imobiliário, por estar próximo a cidade de Indaial e da Zona Industrial na cidade de Timbó o que facilita o acesso às empresas. Entretanto, a localidade também passou a ser estigmatizada como periferia na perspectiva do termo do sociólogo Norbert Elias como o local dos *outsiders*.<sup>37</sup>

Nessa recente realidade e sob o estigma criado a partir dessa ocupação de imigrantes (recentes) existe uma dicotomia entre aqueles são os estabelecidos e os *outsiders*. Portanto, assim como o bairro que sobre o estigma de ser um bairro de periferia na cidade de Timbó, ocorre que a utilização de nomenclaturas indígenas estão presentes em maior quantidade nessa localidade corroborando também a ideia de que a memória indígena esteve sempre em posição periférica na memória da cidade.

Essa realidade sobre a presença de uma memória indígena somente nos tempos mais recentes pode ser percebida a partir do recenseamento de 1936 feito na cidade de Timbó que deixa bastante evidente como a cidade e suas ruas se constituíram de uma memória baseada em personalidades brasileiras, heróis pátrios e imigrantes, sem nenhuma referência aos povos originários.

Dentro desse contexto passo a analisar como se constituiu a memória oficial da cidade em detrimento a cultura indígena a partir de uma análise cartográfica da cidade com base no recenseamento da década de 1930.

Em 1936 o município de Timbó realizou um recenseamento que apesar de ser um documento todo escrito, sem mapas, permite um olhar cartográfico sobre o espaço urbano da cidade. Tão logo, a análise desse conjunto documental nessa dissertação está restrita somente ao distrito sede da recém-formada cidade de Timbó, existindo também distritos que não foram considerados nessa pesquisa, visto que, extrapolam o recorte espacial planejado, contudo, ainda assim são registros importantes para serem analisado em outro momento.

---

<sup>37</sup> “Os Estabelecidos e os *Outsiders*”, Norbert Elias discorre acerca das normas de socialização e relações de poder estabelecidas numa pequena comunidade da Inglaterra nos arredores de uma zona industrial composta de três setores; que, apesar de não diferirem quanto ao aspecto econômico, sustentavam uma pluralidade latente em suas práticas e preceitos de socialização, reproduzindo sentimentos de discriminação, delinquência e exclusão entre os moradores de diferentes grupos.

O Recenseamento geral de 1936 da cidade de Timbó é um conjunto de documentos todos manuscritos com informações que revelam dados das principais ruas da recém-criada cidade de Timbó (1934). O material traz informações como: sexo, idade, estado civil, nacionalidade, origem dos antepassados, cor, religião, profissão, se sabe ler e escrever, se é eleitor, serviço militar, e se frequenta a escola. Esse riquíssimo acervo já está digitado, o que permite fácil pesquisa aos dados. Entretanto, o Arquivo Público Professor Gelindo Sebastião Buzzi que é quem custodia esse acervo, não sabe precisar a origem e a intenção desses documentos. Diante disso, cabe aqui ressaltar que se trata de centenas de folhas com dados da população de Timbó que não se sabe se foi feito por solicitação federal, estadual ou municipal.

Com objetivo de analisar as práticas modernizadoras da cidade, e já citado anteriormente, utilizei-me apenas do distrito sede e suas ruas, para compreender como a cidade passou a apropriar-se e constituir uma organização cartográfica, visto que, a festa do Centenário da cidade de 1969 demarcou formalmente as intenções de rememorar e modernizar a cidade.

Como nenhum documento deve ser separado da realidade histórica em que foi criado, é preciso notar que essa documentação apresenta dados do recém-criado município de Timbó, ou seja, a localidade havia se municipalizado e se desmembrado da cidade de Blumenau no ano de 1934. Em 1936 o prefeito era Carlos Brandes, que se tornou o primeiro prefeito eleito pelo voto popular pela Ação Integralista Brasileira (AIB), mas que, permaneceu por um curto período na posição de prefeito, visto que, estava em curso a instauração do Estado Novo e a extinção dos partidos políticos, bem como, a perseguição aos inimigos políticos de Vargas. Entre os inimigos políticos do governo federal estava a AIB, partido que teve grande adesão no Vale do Itajaí junto aos descendentes de imigrantes alemães, tão logo, Carlos Brandes e a Ação Integralistas Brasileira figuravam como um sinal de impedimento aos interesses do presidente, e também das lideranças políticas de Santa Catarina no período.

Apontado esse contexto histórico brasileiro, o Recenseamento de Agosto de 1936 esteve sob os cuidados da gestão de Carlos Brandes no distrito Sede e revela a presença de 18 estradas gerais mapeadas, com aproximadamente 984 famílias/sobrenomes<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> A organização do Recenseamento de Agosto de 1936 fazia a divisão por Famílias, logo, em muitas localidades mais de um sobrenome aparece repetidamente, logo, a relação entre famílias e sobrenomes se analisado detidamente haverá diferença matemática entre esses dados. Além disso, em localidades como Rua Aristiliano Ramos e Rua Nereu Ramos encontramos sobrenomes diferentes agregados sobre uma mesma

Na análise das 18 ruas percebe-se que a referência dos rios ainda é a nomenclatura oficial em algumas regiões, como Benedito Margem Esquerda e Direta, Rio dos Cedros margem Direita e Esquerda, além disso, percebe-se que outras localidades ganham destaque a partir de ribeirões como é o caso do Ribeirão do Russos e Ribeirão Treze.

Nesse contexto da década de 1930, e com base nos dados do recenseamento de agosto de 1936 a região mais ocupada era Mulde com 143 famílias. A origem ocupacional dessa localidade relacionada ao Ribeirão Mulde, ainda ocupada no século XIX. A segunda região mais habitada é a estrada Margem Direita do Rio Benedito com 106 famílias/sobrenomes. Uma terceira localidade de bastante destaque ocupacional é a localidade de Pomeranos que contava com 99 família/sobrenomes, estes também ainda mantem a nomenclatura da ocupação que seguiu o curso do ribeirão Pomeranos. (SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 1936)

As próximas duas localidades analisadas que ganham destaque em termos de ocupação, são as ruas Aristiliano Ramos que integra a rua principal da cidade de Timbó, e que posteriormente veio a denominar-se Avenida Getúlio Vargas, e a rua Nereu Ramos que ainda hoje mantem essa nomenclatura. A rua Aristiliano Ramos contava com 93 famílias/sobrenomes e a segunda com 95 sobrenomes/famílias de acordo com o recenseamento. (SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 1936). Entretanto vale ressaltar que nessas duas localidades existe uma disparidade entre famílias e sobrenomes, visto que, o formulário do recenseamento sempre começa pelo chefe da casa, que se pode intuir como pai, depois é complementado pelos membros da família. Mas nessas regiões percebe-se a incorporação de outros sobrenomes que não compõem o núcleo familiar tradicional, e portanto, são denominados como: criados, funcionários, ou como no caso de uma residência na rua Nereu Ramos que cita-se pensão. (SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 1936)

Tão logo, a interpretação sobre esses dados mostra sinais de uma pequena urbanização com a concentração de trabalhadores no centro da cidade, além de uma classe um pouco mais abastada que consegue ter em suas residências trabalhadores para atividades diversas. Nas demais localidades o censo revela uma presença quase que massiva de agricultores.

Outra análise importante para as duas localidades citadas acima são as denominações, visto que, as duas ruas recebem denominação de autoridades políticas

---

família, contudo, a análise do documento leva a pensar que não fazem parte da mesma, visto que, consta dados como mora de “pensão”, “criada”, “empregado”. O que indica que podem residir junto de seus patrões.

estaduais ainda vivas na época, e totalmente integradas aos interesses varguistas. Pode-se inferir que as denominações dessas ruas haviam sido inseridas recentemente naquela época, e, mostra o evidentemente entrelaçamento entre a memória e política estadual no contexto de organização do governo federal e no fortalecimento das lideranças estaduais.

O uso dessas duas novas nomenclaturas reelabora uma nova memória e desconecta o lugar do nome. Tão pode-se ao menos inferir que a utilização desses nomes vem no sentido de homenagear essas autoridades políticas que tiveram participação crucial no desmembramento de várias cidades do Vale do Itajaí da cidade Blumenau como é o caso de Indaial, Gaspar e Timbó.

Cabe aqui contextualizar que essa política de desmembramento visava enfraquecer grupos políticos locais em detrimento de figuras e apoios para políticos como Aristiliano Ramos que era interventor federal entre os anos de 1933 e 1935. Dentro desse contexto foi assinado o Decreto 527 de 28 de fevereiro de 1934 elevando Timbó a categoria de município, e assinado pelo interventor federal Aristiliano Ramos. (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 1934).

Ainda dentro desse contexto político em 1935, Nereu Ramos foi eleito governador, o que pode fazer refletir sobre as nomenclaturas dessas duas ruas, visto que, eram ruas de destaque na cidade, sendo uma delas acesso para a cidade e a outra integra a principal rua comercial da cidade.

O recenseamento ainda mostra outros elementos de memória como a rua Blumenau, que ganhou esse nome por ser o caminho que margeava o rio Benedito em direção a sede Blumenau e contava com 55 famílias sobrenomes. Outra localidade é a estrada Rodeio, que era via de acesso também margeando o rio Benedito em direção a atual cidade de Rodeio. Portanto, percebe-se que algumas nomenclaturas tiveram seus nomes dados com base no caminho de acesso para outras localidades, mas que com o passar do tempo ganharam novas nomenclaturas como é o caso da rua Rodeio que em 1939 passou de denominar-se Marechal Floriano Peixoto através do decreto Legislativo nº 40 de 29 de abril de 1939 (TIMBÓ, 2020).

Entretanto, algumas localidades como a região da estrada Arapongas continuaram mantendo sua nomenclatura. A localidade que é limítrofe entre a região de Timbó e Indaial teve sua ocupação já no século XIX, mas ainda assim, é uma das regiões que teve um crescimento mais tardio. No ano de 1936 a estrada era habitada por 43 famílias/sobrenomes, um número considerável se levarmos em conta a comparação com outras localidades. A estrada deu origem ao atual bairro que atualmente chama-se Araponguinhas, fazendo referência a uma ave que se faz presente na região do Vale do Itajaí. Além disso, o bairro é

o que mais figura com menções a nomes de rua com identificação indígenas, fazendo referência a problemática citada no capítulo anterior.

Portanto, a análise desse documento indica memórias da cidade a partir de uma cartografia das ruas, percebe-se que a referência a elementos da imigração europeia e até mesmo a indígena está pouco citada. Existiu um esforço em reforçar personalidades políticas, considerando o contexto nacional que se descortinava pela presença de um governo nacionalista, e, autoritário gerido pela figura de Vargas e de seus apoiadores.

Mas, o que chama atenção em meio ao contexto nacionalista da década de 1930 é a estrada geral Dona Clara, que fazia uma indireta menção a memória da fundação da cidade. A rua fazia referência a Clara Donner segunda esposa do considerado fundador da cidade Friedrich Donner. A região era habitada por 20 famílias e curiosamente nenhum sobrenome que residia na localidade fazia referência a família Donner, o que pode indicar que de fato se tratava de uma homenagem a esposa do fundador. Atualmente a rua Dona Clara não existe mais, entretanto, o bairro onde essa rua passava ficou denominado como Dona Clara.

Portanto, o que se percebe é o estabelecimento de referenciais de memória acerca da fundação de Timbó e de seus personagens vai ocorrer posteriormente, enquanto que, durante todo o período varguista os espaços da cidade foram recebendo um conjunto de referenciais de cunho mais nacionalista.

O esforço por uma memória nacionalista formalizadas na história da cidade pode ser percebida pela decreto lei nº 41 de 23 de março de 1939 que atribuiu a uma das ruas da cidade uma homenagem ao General o Osório. Na lei o prefeito Walter Mueller afirmava que:

considerando que no dia 24 de maio se comemora a batalha do Tuiuti; considerando que Tuiuti assinala umas das maiores glórias do Exército Brasileiro; considerando que o herói de Tuiuti é o invicto General Manoel Luis Osório, Marquez de Herval

Art. I Fica denominada Rua General Osório a Avenida Getúlio Vargas á Avenida Nereu Ramos, nesta cidade. (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, 1939)

A presente lei precisa ser analisada pela cautela do historiador da história local, pois aparentemente poderia tratar-se apenas de mais um documento citado que faz referência a um decreto-lei problematizado pelo contexto histórico nacional. Contudo, aqui também ocorre um ocultamento como em um palimpsesto, método de análise da história da cidade

já usado por outros historiadores como a pesquisadora Sandra Jatahy Pesavento em seu artigo intitulado *Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto* na revista *Esboços* publica pela Universidade Federal de Santa Catarina (PESAVENTO, 2004.p.25). Assim como em um palimpsesto<sup>39</sup> que é um antigo pergaminho que depois de escrito poderia ser apagado através de uma raspagem e posteriormente reescrito. Esse apagamento e reescrita também é percebido em alguns aspectos das ruas do recém-criado município de Timbó. A análise da memória da localidade como um palimpsesto pode ser percebida pela comparação do recenseamento de 1936 e o decreto-lei nº 41 acima citado. Visto que, em 1936 a Avenida Getúlio Vargas (que ainda tem esse nome) era denominada Aristiliano Ramos, e a nova denominação para a rua General Osorio era referenciada em 1936 como “estrada para o Hospital” (SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 1936).

Tão logo, o decreto-lei de 1939 editado pelo prefeito Walter Muller nomeia as ruas de maneira que não se faz menção as antigas denominações, portanto, sem o olhar do historiador essa marca do tempo passa despercebida como uma marca quase invisível para a memória. Portanto a cidade com suas ruas, precisa ser entendida como um espaço construído e também imaginado, dotado de sentidos, que com a passagem do tempo sofre alterações não só pelo desejo destrutivo, mas também pelo anseio de modernização, e assim, opera através de seus gestores na superação de nomes e memórias que considera não funcionais ou anacrônicas em seu tempo, e portanto, desgastadas para então serem substituídas.

Mas cabe ao historiador da cidade, como já bem reforça Sandra Jatahy Pesavento “despertar, revelar, expor, fazer lembrar, dizer como foi um dia são todos procedimentos que, articulando História e Memória, dão a ver o passado, no caso, a cidade de uma outra época.” (2004,p.28). Portanto, a cidade e sua própria memória e história não podem ser apenas entendidas como um elemento já pronto, passa por reformulações que estão em um conflito de lembrar e esquecer. E na década de 1930 e também da década de 1940 havia um processo de reorganização da memória que se articulava por elementos bastante nacionalistas.

Outro exemplo evidente desse intento nacionalista ocorre em 1943 pelo prefeito Theodolindo Perreira também empossado como interventor municipal durante o período varguista. Com o objetivo de exaltar o nacionalismo da época o interventor através do

---

<sup>39</sup> Essa expressão utilizada pela pesquisadora Pesavento (2004) revela que nas cidades a memória está sendo constantemente raspada e reconstruída. Isso pode ocorrer no âmbito da cidade edificada, mas também no âmbito da memória da cidade como a nomenclaturas das ruas. Essa memória que passa por uma raspagem que pode ser entendida como uma tentativa de esquecimento sempre deixa algum vestígio como também ocorria nos pergaminhos já muito reutilizados.

decreto 78 de 7 de setembro que estabeleceu a criação de uma praça com a denominação de Barão do Rio Branco (TIMBÓ, 2020). Além de ressaltar a figura do Barão do Rio Branco que ficou consagrado na história oficial como importante diplomata na resolução de questões fronteiriças no Brasil, o decreto foi editado no dia 7 de setembro, feriado nacional que comemora a Independência do Brasil. Entretanto, essa realidade bastante nacionalista já era adotada no ano de 1939 durante o mandato do Prefeito Interventor Walter Müller que assumiu em lugar de Carlos Brandes. Os interventores do período estabeleceram os nomes de ruas com referências a heróis nacionais, como Marechal Floriano Peixoto, Quintino Bocaiuva, Benjamim Constant, General Osório e Marechal Deodoro da Fonseca (TIMBÓ, 2020). Ruas essas que ainda mantêm essas nomenclaturas.

Com o fim do governo Getulista e a retomada democrática, percebe-se que a cidade começa a condecorar com nomes de ruas moradores e autoridades locais. Esse processo não se deu de imediato, visto que, durante o período varguista a utilização de nomes e sobrenomes europeus era vedada em especial durante o período da Segunda Guerra Mundial. Mas, à medida que esse sentimento de proibição vai se arrefecendo percebe-se que existe uma retomada dessa prática. Um exemplo dessa mudança em relação as denominações de ruas ocorrem em 1955, quando o prefeito Gustavo Brandes através da lei 164 de 25 de agosto dá denominação a várias da cidade. Ao analisar as nomenclaturas percebe-se a mudança, visto que, nomes como: Július Scheidemantel um dos primeiros professores e imigrante alemão, Luiz Benz imigrante chegado no século XIX e Friedrich Donner considerado fundador, passam a denominar ruas na cidade. Algumas dessas ruas como a Julius Scheidemantel e Luiz Benz ficam bem no centro da cidade, e, ainda que a rua Frederico Donner (atualmente Barão do Rio Branco), não estivesse em posição de destaque no centro da cidade, ainda assim, houve um esforço no sentido de dar memória ao imigrante alemão e considerado fundador da cidade. Vale reforçar ainda que a memória da fundação da cidade foi ainda reforçada com a denominação da rua 12 de outubro que fazia referência a data oficial da fundação da cidade de Timbó. (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, 1955)

Portanto, é importante problematizar a constituição dessa esfera pública que passa a se fazer presente nas nomenclaturas das ruas da cidade a partir da década de 1950. A análise dos documentos e a comparação com os anos anteriores mostra que não há evidências de uma ruptura sobre as nomenclaturas nacionalistas inseridas durante o período varguista. Mas, percebe-se uma retomada de antigos sobrenomes, autoridades locais, imigrantes, professores e datas comemorativas que estabelecem na esfera pública uma espécie de memória étnica homogênea que faz forte rememoração a fundação da cidade e referência as

figuras europeias. Assim, essas leis que estabelecem as nomenclaturas das ruas da cidade passam também a construir uma memória cartográfica da cidade que silencia conflitos étnicos, esconde contradições, estabelecendo um passado mitificado, apologético, que constitui uma visão da cidade pautada por sua última camada de memória o nome da rua. Por isso, o importante papel do historiador do local, que deve desafiar-se a ver a cidade como um palimpsesto, cheio de camadas de história muitas vezes ocultada pelo último sobrenome ou data.

Tão logo, dentro desse esforço de se enxergar as marcas ocultadas por uma nova memória o historiador do local precisa que “revele muitas outras cidades, como diz Ítalo Calvino, é preciso que o historiador coloque tais cidades, as do passado e a do presente, em conjunção, estabelecendo as correspondências, as rupturas e as continuidades. (PESAVENTO, 2004, p.28)

Todas essas transformações e nomenclaturas, vão dando contorno aos bairros, assim, estabelecem-se nomes pouco problematizados na historiografia da cidade, cabendo ao historiador contribuir para o ensino de história local apresentando um olhar que não é pronto e acabado.

Diante disso, ao analisar a apostila de 2019 percebe-se que ela problematiza pouco as nomenclaturas utilizadas, mas, discute a questão dos bairros e a inexistência de uma lei que formalize a divisão dos bairros e explica didaticamente a necessidade de se dar nomes as ruas. De acordo com a apostila de 2019:

O município de Timbó nem sempre foi dividido em bairros como conhecemos hoje. No passado existiam poucas ruas, não existiam placas de identificação nas ruas, mas com o passar dos anos a cidade foi crescendo até que ficou difícil encontrar o endereço das pessoas, colocando placas na ruas e dividindo a cidade de bairros (BERTRAM, 2019 .P. 33)

A narrativa inserida na apostila aparentemente natural, faz parte de uma mensagem do prefeito Henry Paul enviada à Câmara de Vereadores da cidade com o propósito de aprovar o Projeto de Lei 10/66 que dava nomenclaturas novas as ruas, bem como, estabelecia a divisão dos bairros<sup>40</sup>. Na mensagem o prefeito reforçava a grande dificuldade na organização dos diversos serviços de cadastramento da prefeitura bem como de outros órgãos que necessitassem o endereço correto das pessoas como, por exemplo, o Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos. (PREFEITURA DE TIMBÓ, 1966)

---

<sup>40</sup> Este projeto gerou a lei no. 435 de 28-09-1966 denominando as ruas, mas não a divisão oficial dos em bairros.

Apesar de não citada pela apostila essa medida já fazia parte do efeito modernizador da cidade dentro da organização da Festa do Centenário dirigida pelo Prefeito Henry Paul que estava na gestão da cidade no ano de 1969. E, é através da festa, de novos decretos, leis, e comissões que vai se consolidar uma memória cartográfica dos espaços corroborando para uma história homogênea que fica muito evidente na apostila de história de Timbó, material produzido para o ensino de história das séries iniciais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construir uma História em Quadrinhos (HQ) foi o desafio final desse trabalho que durante a caminhada no Profhistória foi se descortinando. A ideia era antiga, os meios de produzi-la não estavam bem pensados, mas o programa de pesquisa do Mestrado Profissional de Ensino de História ampliou essa possibilidade dando a potência necessária para a execução desse trabalho contribuindo para o ensino de história local.

Portanto, o resultado final do produto educacional foi em decorrência da análise de como ocorre o ensino de História a partir de um material muito particular na cidade de Timbó que é a “Apostila Escolar do Município de Timbó. – História de Timbó”.

Essa apostila é um suporte didático para professores e alunos do quarto ano do ensino fundamental I para o componente curricular de história. A apostila que foi concebida já no ano de 2012 passou por vários processos de atualização e incremento de sua escrita, e, em 2019 tornou-se o material oficial para o ensino de história da cidade de Timbó.

O material foi concebido a partir da organização da professora Rosangela Bertram, e contou com o apoio de várias professoras da área de pedagogia que foram contribuindo para composição da apostila. Além dessas profissionais, a apostila recebeu colaboração de historiador o Professor Elmir Bertram, que também atua como técnico arquivista no Arquivo Público Professor Gelindo Sebastião Buzzi em Timbó.

Ao analisar o material percebe-se que o grupo de professoras teve como referência em geral informações produzidas pelos órgãos administrativos como sites da prefeitura, sites da Fundação Cultural de Timbó, fotos e textos fornecidos pelo Arquivo Público Professor Gelindo Sebastião Buzzi, e alguns textos esparsos de produções historiográficas da cidade. Tais referências, em geral, tendem a transmitir o ponto de vista do poder político ou econômico, levando estudantes e professores a resguardar uma memória da elite local, contribuindo para a construção de uma identidade coletiva e individual a partir de um referencial elitista e destituída de lutas e contradições.

Foi a partir desse ponto inicial que a ideia de trabalhar a Presença Laklãnõ/Xokleng em Timbó – Vale do Itajaí ganhou relevância para a produção da história em quadrinhos. Dessa forma tem-se um material que visa contribuir com outras narrativas e sob um suporte diferente que é a história em quadrinhos valorizando a agência indígena na história da cidade e da história regional.

Portanto, a grande contribuição desse trabalho foi refletir como se dá o ensino de história da cidade (local) no âmbito das séries iniciais. Na Base Nacional Comum Curricular

a história das cidades está inserida no terceiro e quarto ano. Diante disso o trabalho de pesquisa foi executado em quatro partes que nessa dissertação está dividida em três capítulos e o produto educacional.

O primeiro capítulo demonstrou como o ensino de história local é pensando a partir da apostila de 2017 e 2019 e sua relação com os profissionais da pedagogia que apesar de terem algum contato com o ensino de história durante sua formação, não tem a mesma formação de um historiador. Logo, o que se percebe nas apostilas é que elas foram concebidas sem considerar os avanços no ensino de história, prevalecendo uma historiografia mais tradicional e que possivelmente isso também ocorra no universo do ensino em sala de aula. Essa prerrogativa torna o ensino em parte vulnerável porque ele deixa de cumprir aquilo que se propõe inclusive nos documentos oficiais como a Base Nacional, que vê o ensino de história como instrumento necessário para o respeito à pluralidade cultural, social e política, bem como para o enfrentamento de circunstâncias marcadas pela tensão e pelo conflito. Portanto, o ensino de história nos anos iniciais apropriou-se de narrativas que se baseia nessa historiografia mais tradicional e pautada em discursos oficiais principalmente a partir das narrativas estabelecidas na festa do centenário que corroborou a história da cidade a partir do mito fundante da localidade por meio da chegada de Friedrich Donner a localidade. Essa tendência no ensino de história fica ainda muito corroborada visto que

o pedagogo, possivelmente por sua formação generalista, costuma ensinar história de forma semelhante à que aprendeu na escola. Isto torna seu ensino, nos anos iniciais bastante vulnerável, mesmo após mudanças substanciais no currículo e nas metodologias indicados para essa fase da escolarização. (DAMÁZIO, 2017, p. 73)

Diante desse contexto o que se percebe após a análise do material é que a história contada na apostila tem característica muito episódica e personalista, tenta problematizar algumas questões com limitações em alguns termos o que em parte dificulta a compreensão dos processos históricos sempre remetendo a uma ideia de início e de origem. Essa escolha acaba ocultado a diversidade dos grupos sociais presentes no passado como luso-brasileiros, indígenas que também fizeram parte do processo de construção e da memória da cidade.

As narrativas que remetem ao mito fundador, muito recorrente na apostila não pode ser considerada como um produto especialmente arquitetado por seus autores. A influência da historiografia da festa centenário foi respaldado no modo como esses profissionais

aprenderem história na escola, uma história que oculta as diferenças e que pressupõe um projeto de cidade, e de cultura homogênea apesar de toda sua heterogeneidade.

O segundo capítulo mostrou a invisibilidade dos povos originários na história de Timbó. A história do Povo Laklãnõ/Xokleng em Santa Catarina é a história dos povos invisíveis. A sua presença sempre está resumida a um passado idílico “selvagem” sem a percepção de que vivem e são resistência no tempo presente. Pode-se afirmar que inclusive entre historiadores da história local o protagonismo indígena resume-se a poucas páginas publicadas falando de um passado que foi marcado pelo silenciamento de suas vozes como se tivessem sido passivos a todo processo de colonização.

O capítulo apresenta a presença material da cultura Laklãnõ/Xokleng a partir de instrumentos como pontas de flechas em localidades do interior, nesses locais onde ainda se pratica a agricultura, e em muitos casos ainda cultura familiar. A presença desses objetos já foi reportada várias vezes por agricultores o que coloca a presença desses povos materialmente na história da cidade. Entretanto, o questionamento desse capítulo seria como reorganizar as narrativas a ponto de colocar a presença Laklãnõ/Xokleng a partir de seu próprio protagonismo e em seus próprios termos.

Dentro desse contexto o capítulo aponta a importância do Ensino de História Indígena e Afro-brasileira dentro do contexto da lei 11.645 /2008 que dá uma nova redação a Lei de Diretrizes Básicas da Educação, que estabelece o ensino de história e Cultura-Brasileira e indígena no ensino fundamental e médio dos sistemas de ensino público e particular, contudo, não é muito enfática na sua execução, logo, uma lei inicialmente não garante a efetividade do ensino dessas etnias.

Considerando já antecipadamente essa questão, essa mesma lei pode-se tornar aquilo que o professor e doutor Clovis Antônio Brighenti chamou de “letra morta” (2016.p.231), por se tratar apenas de um ato normativo devido a não aplicação efetiva da mesma.

Esse problema também ocorre porque a temática indígena na sala de aula ainda está relacionada a um imaginário positivista pelo qual qualquer cultura que não fosse letrada e nos moldes europeus de sociedade estariam fadados a desaparecer. Tão logo, qualquer expressão cultural que não fosse a dos moldes ocidentais europeus estaria relegada ao atraso, e, seu ensino assume em muitos casos um caráter folclórico e estagnado no século XIX. Na visão de Brighenti “essa perspectiva foi intencionalmente criada a fim de justificar o esbulho das terras indígenas, fato que ocorre até o tempo presente.” (2019.p.232). Dentro desse contexto, a lei 11.645/2008 se propunha superar e eliminar as desigualdades socioculturais

e segregações raciais tão evidenciadas através do racismo estrutural tão presente no país. Entretanto, ela é ineficaz se não for inserida de fato nos currículos escolares.

Partido dessa crítica e da dificuldade de implementação dessa lei, o capítulo aponta que a história em quadrinhos pode ser um adequado caminho para essa problemática. Contudo, a partir de comparações feita com trabalhos de HQ já produzidas, percebeu-se a fragilidade de uma história em quadrinhos que não tenha a intenção de trabalhar a narrativa histórica a partir das problemáticas e dos embates vividos pelos indígenas e sua relação protagonista com esse embate no passado e no presente.

O terceiro capítulo aponta as escolhas feitas para a elaboração da História em quadrinhos: Presença Laklãnõ/Xokleng em Timbó – Vale do Itajaí em contraponto com a apostila de 2019, bem como, com a historiografia da cidade. Tão logo, as histórias em quadrinho não são simples relatos que unem desenho e texto, elas

“[...] transmitem conceitos, modos de vida, visões de mundo e até informações científicas. Trazem também temáticas facilmente compreendidas pelos estudantes. Utilizá-las na perspectiva do ensino possibilita alguns indicadores de aprendizagem, quais sejam: identificação, descrição, contextualização e interpretação – fundamentais para a construção de um senso crítico, permitindo ao educando compreender os diversos elementos em que a imagem apresenta. (COSTA, 2019.p.14)

Portanto, a HQ proposta como produto educacional para essa pesquisa orientou-se pela visão de Eisner para a formulação de uma narrativa intencional que pudesse problematizar e também tirar da invisibilidade a presença Laklãnõ/Xokleng na narrativa histórica da cidade.

E por fim, o capítulo aponta para uma construção cartográfica homogênea da cidade. Essa construção tem por base a questão da ocupação europeia, e o processo de modernização e progresso da cidade que desde a década de 1930 consolidou uma memória espacial muito ligada ao getulismo. Posteriormente a cidade e os espaços passam ressaltar a questão da imigração europeia nos nomes de ruas e locais de memória. Entretanto, é a comemoração do centenário da cidade que tenta estabelecer uma ideia de progresso a partir da colonização europeia e que contribuiu para ocultar a presença indígena na história e na memória da cidade.

O grande desafio foi estabelecer uma narrativa histórica a partir de uma arte sequencial que pudesse inserir a história e o protagonismo indígena. Trazer a presença indígena como cidadãos que vivem nas cidades do Vale do Itajaí, bem como, também tem

descendentes que vivem na Terra Indígena Ibirama – Laklãnõ no Alto Vale do Itajaí. A HQ foi concebida como uma ferramenta que pensa a história indígena a partir da presença indígena como resistência no passado e no presente.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Walderes **Cocta Priprá. Mõg como instrumento pedagógico na educação escolar indígena: uma experiência Laklãnõ/Xokleng.** Florianópolis: UFSC, 2015. (TCC)
- BERTOLINO, Mateus. **DAS HQS À IMAGINAÇÃO HISTÓRICA:** Reflexões para o ensino de história. Niterói, 2018. Dissertação (Mestrado profissional em Ensino de História) - Universidade Federal Fluminense.
- BERTRAM, Rosangela C. M; HOFFMANN, Ruth A; ANESI, Izelde; ANTONIO, Luiza M.F. **Apostila de escolar:** Escola Padre Martinho Stein – 4º Ano. Timbó: 2017.
- BERTRAM, Rosangela (orgs). **Apostila de escolar do município de Timbó: 4º Ano.** Timbó: 2019.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino De História:** fundamentos e métodos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BLUMENAUER ZEITUNG, 30/03/1907. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Tradução: Elisabeth Germer
- BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular.** (3ª versão) MEC, 2017. Disponível em [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf) Acesso em 10 de maio de 2019.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato207-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato207-2010/2008/lei/111645.htm)>. Acesso em 22 dez.2020.
- BRASIL, Post: **O centenário de nascimento de Eugen Fouquet.** In: Blumenau em Cadernos. Blumenau, Tomo 28, n.5/6, maio/junho. 1987.
- BRIGHENTI, Clovis A. Colonialidade e decolonialidade na ensino de História e cultura indígena. In SOUZA, Fabio Feltrin de; WITTMANN, Luiza Tombini. (Orgs) **Protagonismo indígena na história.** Tubarão: Copiart; Erechin: UFFS, 2016.p.231-254.
- BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história.** In: Magia e técnica, arte e política – Obras escolhidas; v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas.** v. 2. Rua de mão única. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BUZZI, Gelindo Sebastião. **Centenário de Timbó: a Pérola do Vale: 1869 – 12 de outubro – 1969.** Blumenau: Gráfica 43 SA, 1969.

CAIMI, Flávia. **Progressão do conhecimento histórico**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (coord.). Dicionário de Ensino de História. Rio de Janeiro: FGV, 2019, p.209-213.

CAIMI, Flávia. **Por que os alunos (não) aprendem História?** Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. Tempo, p.17-32,2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n21/v11n21a03>.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo : Folha de S. Paulo, 2003.

CERRI, Luis Fernando. **O ensino da história e as histórias em quadrinhos**: Algumas considerações. Artigo. EDUCERE. PUCPR. 2006.

COSTA, Jonathan D. **Desenhos que ensinam sobre o passado** : aplicabilidade das histórias em quadrinhos (HQs) no ensino de história. Mossoró, RN, 2019.

CRUZ, Conceição Lays. **Memória Laklãnõ/Xokleng**: conhecimento, silenciamentos e temporalidades. Florianópolis, UFSC.2020. Tese (Doutorado)

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DAMAZIO, Rosiane M. A. **Entre Cultura Histórica e Historiografia**: a construção da história local como saber escolar nos anos iniciais do ensino fundamental. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina.

DAGNONI, Cátia. **Indígenas do Alto Vale**: o povo Laklaño Xokleng e a Colonização de Rio do Sul. Rio do Sul: Nova Letra, 2016.

DEEKE, José. **O município de Blumenau e a história do seu desenvolvimento**. Blumenau: Nova Letra, 1995.

DER URWALDSBOTE, 10/10/1919. Acervo: Arquivo histórico José Ferreira da Silva. Tradução Elisabeth Germer [ NOTÍCIAS LOCAIS: cinquentenário jubilar de Timbó]

DER URWALDSBOTE, 14/10/1919. Acervo: Arquivo histórico José Ferreira da Silva. Tradução Elisabeth Germer [ NOTÍCIAS LOCAIS: Festejos Jubilares em Timbó]

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro : J. Zahar, 2000.

EISNER, Will. **Narrativas gráficas**. Princípios e práticas da lenda dos quadrinhos. 2. ed. São Paulo: Devir, 2008.

FERREIRA, Cristina; KOEPEL, Daniel Fabricio. **Representações da cidade**: discussões sobre a história de Timbó. Blumenau : Edifurb; Timbó : Fundação Cultural, 2008.

FONSECA, Selva Guimarães. **Fazer e ensinar história**. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ. **Pesquisa e edição**: patrimônio arquitetônico de Timbó – SC. Timbó: FCT, [s.d.]

GAULKE, Jonathan Arno. **No circuito das festas regionais**: Timbó e a festa do imigrante. 2008. 46 f, il. Trabalho de Conclusão de Curso - (Graduação em História) - Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2008.

GONTIJO, Rebeca. **Sobre cultura histórica e usos do passado: a Independência do Brasil em questão**. Almanack [online]. 2014, n.8, pp.44-53.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Decreto de Nº 527, de 28 de Fevereiro de 1934. Acervo: Arquivo Público Professor Gelindo Sebastião Buzzi. Timbó/SC

GUENTHER, Alex. **O Desbravador**: a fundação da Colônia Blumenau. [s.d.]

GIDDENS, Anthony. Central problems in social theory: action, structure and contradiction. In: **Social Analysis**. Berkeley: University of California Press, 1979.

HOMEM, Lopo. **Tabula hec regionis magni Brasilis**: frente. Paris [França]: Raimundo de Castro Maya Candido, Guinle de Paula Machado, Fernando Machado Portella, Banco Boavista S.A., 1965]. 1 mapa, col., 35,2 x 51cm em f. 46 x 72,1. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart395878/cart395878.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart395878/cart395878.pdf). Acesso em: 23 ago. 2021. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart395878/cart395878.html](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart395878/cart395878.html). Acesso em: 23 ago. 2021.

IANNONE, Leila Rentroia; IANNONE, Roberto Antonio. **O mundo das histórias em quadrinhos**. São Paulo: Moderna, 1994.

KLEINE, Karl. **Mais uma excursão à mata**. Blumenau em Cadernos, Tomo XLVII, n 5/6, p. 9-57, maio/junho.2006. p.55

KLEINE, Karl; KLEINE, Theo; FERREIRA, Cristina. **Vivências e narrativas de um blumenauense**. Blumenau : Cultura em Movimento, 2011.

KILIAN, Frederico. **A ponte sobre o rio dos Cedros em Timbó**. In Blumenau em Cadernos, Tomo 20, n.11/12, novembro/dezembro.1979.

LAVINA, Rodrigo. **Os Xokleng de Santa Catarina**: uma etnohistória e sugestões para arqueólogos. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.p.98

LIMA, Douglas Mota Xavier. Histórias em quadrinhos e ensino de História. **Revista História Hoje**, v. 6, nº 11, p. 147-171 - 2017

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses 'Sobre o conceito de História'*. São Paulo, Boitempo, 2005.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. **História em quadrinhos e ensino de História**. In: Revista História Hoje, vol. 6, nº 1. 2017.p. 147-171.

LITTLE, Paul E. . **Espaço, memória e migração**: por uma teoria da reterritorialização. Textos de História , Brasília, v. 2, n.4, p. 5-25, 1994 – Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27706>

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio. Uma leitura das teses 'Sobre o conceito de História'. São Paulo, Boitempo, 2005.

MELO, Mateus Cavalcanti. **CONTANDO HISTÓRIA EM QUADRINHOS**: A visão de Joe Sacco sobre os conflitos e cotidiano na palestina (1991-2009) Florianópolis, UDESC. (TCC)

PESAVENTO. Sandra Jatahi. A cidade como palimpsesto. **Esboços**: Cidade e Memória, Florianópolis, no. 11, Pp. 25-30, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ. Lei Nº 41 de 23 de março de 1939. Acervo: Câmara de Vereadores de Timbó. Timbó/SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ. Lei Nº 164, de 25 de agosto de 1955. Acervo: Câmara de Vereadores de Timbó. Timbó/SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ. Projeto de Lei Nº 435 de 28 de setembro de 1966. Acervo: Arquivo Público Professor Gelindo Sebastião Buzzi.

REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989.

SANCHES, T. C. **Consciência histórica de professores das séries iniciais**. In: IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino da História, 2011, Florianópolis. *Anais eletrônicos do IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino da História*. Florianópolis, abril, 2011, p 1-10.

SANTOS, Silvio Coelho dos, **Índios e Brancos no sul do Brasil**: a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: Edeme, 1973.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria de Paula (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Recenseamento Geral de Agosto de 1936**. Timbó, 1936. Acervo Arquivo Público Professor Gelindo Sebastião Buzzi.

SEVERINO, José Roberto. **Itajaí e a identidade açoriana: a maquiagem possível**. Itajaí : Ed. da UNIVALI, 1999.

SCHMIDT, M. A. **O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica.** In: MONTEIRO, A. M.; GASPARELLO, A. M.; MAGALHÃES, M. de S. (Org.). **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas.** Rio Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2005. p. 187-198

SIEBERT, Claudia. A evolução urbana de Blumenau: a cidade se forma (1850-1938). In: THEIS, Ivo Marcos; MATTEDI, Marcos Antonio; TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas (orgs). **Nosso passado (in)comum: contribuições para o debate sobre a história e historiografia de Blumenau.** Blumenau: Ed. Da Furb: Ed. Cultura em Movimento, 2000.

SILVA, Cristiani Bereta da. Conhecimento Histórico Escolar. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (coord.). **Dicionário de Ensino de História.** Rio de Janeiro: FGV, 2019, p.50-54.

SIMAN, Lana Mara de Castro. **Memórias sobre a História de uma Cidade: A História como Labirinto.** *Educação em Revista* | Belo Horizonte | n. 47 | p. 241-270 | jun. 2008

THEIS, Ivo Marcos; MATTEDI, Marcos Antonio; TOMIO, Fabricio Ricardo de Limas. **Nosso passado (in) comum: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau.** Blumenau : Ed. da FURB : Ed. Cultura em Movimento, 2000.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação as plantas e aos animais (1500-1800).** São Paulo : Companhia das Letras, 1988. 454

TIMBÓ. **Gabarito de vias de 2019.** Disponível: <https://www.timbo.sc.gov.br> > Gabarito-de-Ruas-2019. Acesso: 21 dez. 2020

WEINGÄRTNER, Nolso.. **História da comunidade Evangélica de Timbó.** Blumenau: Otto Kuhr, 2008.

WILLE, Otto. **Minha imigração para Hansa-Hammônia, hoje Ibirama, no ano de 1904.** In: *Blumenau em Cadernos.* Blumenau, 35 (6), 1994.

WITTMANN, Luisa Tombini. **Atos do contato: histórias do povo indígena Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926).** Dissertação (mestrado) Campinas, SP : [s.n.], 2005.

WUNDERWALD, Augusto. **Relatório: viagens da Colônia Blumenau para o Vale dos Rios Benedito e Cedro entre os dias 10 a 27 de fevereiro no ano de 1963.** In *Blumenau em cadernos,* Blumenau, 27 (3) 1986.